

RESUMO

Na presente dissertação é abordado o “núcleo fundador” da Cidade Universitária de Lisboa, planificado pelo Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro, nas suas vertentes construtiva e decorativa, visando uma compreensão do seu espírito orientador global.

A par de um entendimento acerca da existência material da Universidade de Lisboa desde a sua fundação em 1911, atenta-se na acção levada a cabo pela I República no que toca a medidas encetadas para prover uma instalação condigna às recém-criadas Faculdades.

São evidenciados os edifícios universitários cuja premência construtiva foi assumida como indiscutível praticamente desde a sua instituição, simultaneamente ao novo Hospital Escolar: Reitoria e Faculdades de Direito e de Letras. Analisa-se o aparecimento destes equipamentos pedagógicos, pretendidos modernos e compassados com a produção estrangeira, no seio das obras públicas patrocinadas pelo Estado Novo; atendendo ao cenário político-económico, procura-se descortinar o moroso processo projecção e edificação do complexo.

É objectivo deste trabalho, concomitantemente, estudar de forma concertada o património artístico integrado nos três edifícios supracitados. São consideradas as funções e as conotações atribuídas pelo regime às artes plásticas, bem como o desenlace das encomendas oficiais sob o Ministério das Obras Públicas, procurando deste modo assimilar os artistas intervenientes, o papel e os significados das obras artísticas integradas na Cidade Universitária de Lisboa.

Palavras-chave

Cidade Universitária

Poder

Obras Públicas

Arquitectura

Artes Integradas

ABSTRACT

This research approaches the “founder core” of the University City of Lisbon planned by the Architect Porfírio Pardal Monteiro, concerning its constructive and decorative aspects in order to comprehend the global orienting spirit of the ensemble.

Taking the material existence of the University of Lisbon since its foundation in 1911 into account, the focus is made on the action of the “I República”, to understand the measures undertaken until 1926 for the purpose of promoting a condign installation for the new Faculties.

The Rectorate and the Faculties of Law and of Letters, simultaneously to the new School Hospital, were the university buildings where the construction was considered the most urgent practically since their establishment. The appearing of these equipments, which were desired as modern buildings according to the foreign examples, is regarded within the public equipment building process sponsored by the “Estado Novo”. By analysing the political and economical scenario during this period, it is intended to disclose the slowness that defined the projection and the construction of these buildings.

In addition, the aim of this research is to study the artistic patrimony integrated in the three above-mentioned buildings. In order to assimilate the intervening artists, as well as the role and the meanings of the works of art integrated in the University City of Lisbon, the reflection concerns the way the political regime understood, financed and attributed functions to the fine arts, and the outcome of the official orders sponsored by the Public Equipment Ministry.

Key words

University City

Power

Public Equipment

Architecture

Integrated Arts

AGRADECIMENTOS

O aparentemente solitário caminho trilhado durante as diferentes fases da presente dissertação não teria chegado ao final sem a colaboração de diversas pessoas, às quais desejo manifestar os meus mais sinceros agradecimentos.

À Professora Doutora Clara Moura Soares, pela confiança e dedicação com que acompanhou este projecto, na sua qualidade de orientadora científica, partilhando conhecimentos, aprendizagens, formulando pistas para a investigação e sugestões várias. Pelo rigor crítico e por uma metódica e constante indagação, que nos permitiu elevar o trabalho a patamares de início desconsiderados.

À Professora Doutora Maria João Neto agradeço o empenho e a transmissão de saber, a continuada confiança nas nossas capacidades, bem como o apoio no que toca à possibilidade de aprofundar estes estudos para lá do âmbito da dissertação.

Ao Professor Doutor Nuno Simões Rodrigues agradeço o interesse com que encarou o trabalho e o apoio imprescindível que prestou na tradução e localização de passos da literatura clássica.

Ao Professor Doutor Vítor Serrão, pela sua contínua presença, entusiasmo e pelo permanente incentivo, os meus agradecimentos. Estendo o reconhecimento a todos os Professores que nos acompanharam durante o Mestrado e que, de distintas formas, contribuíram para o produto final que se apresenta.

Uma parte insubstituível do trabalho foi o contacto com os intervenientes no complexo da Cidade Universitária de Lisboa. Aos Arquitectos António Pardal Monteiro e M. Norberto Corrêa agradeço a disponibilidade e as conversas esclarecedoras, que me permitiram uma visão muito peculiar sobre os projectos e levaram a reflexões ponderadas. Ao Mestre Querubim Lapa e ao Mestre Manuel Cargaleiro agradeço a simpatia e a amabilidade com que fui recebida; a partilha de experiências, as longas conversas e o interesse muito dedicado por esta investigação enriqueceu não apenas o trabalho final, como me dotou de uma percepção realista e vivida da condição de artista. Pela memória viva e pela lucidez, a todos dedico um profundo reconhecimento.

No que concerne à investigação, impensável seria sem o auxílio de determinadas pessoas e instituições. No Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares, Ministério da Educação, pude contar com a preciosa ajuda e o esmerado empenho dispensado pela

Engenheira Júlia Serra ao longo de praticamente todo o período de trabalho – qualquer agradecimento afigura-se insuficiente para tamanha cooperação. As palavras de agradecimento destinam-se também ao Dr. João Paulo Machado e à Dra. Cátia Martins do Forte de Sacavém (IHRU); aos Arquitectos Sérgio Coelho, João Sousa e D. Luísa Monte da Divisão de Obras e Manutenção da Reitoria da Universidade de Lisboa; à Dra. Eugénia Balsas e ao Designer Leonel Ângelo da Divisão de Relações Externas da Reitoria da Universidade de Lisboa; à Dra. Rita Sáez e ao Dr. José Rafael Antunes do Centro de Artes das Caldas da Rainha; à Dra. Isabel Carneiro do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas; à D. Fernanda Fortunato da Manufatura de Tapeçarias de Portalegre. Às várias instituições em que procedi à investigação – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivos Municipais de Lisboa, Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca Nacional, Bibliotecas das Faculdades da Universidade de Lisboa.

Agradeço também auxílios, partilha de informação e incentivos, alguns pontuais mas decisivos. À Mestre Ana Almeida, da Rede Temática em estudos de azulejaria e cerâmica João Miguel dos Santos Simões, agradeço a disponibilidade e o contributo que constituíram as múltiplas informações que partilhou. Ao Mestre Joaquim Caetano e à Dra. Alice Cotovio da Mural da História agradeço as conversas e a possibilidade de observar de perto a intervenção na fachada da Faculdade de Letras. À Doutora Marta Lourenço, no âmbito da Comissão Executiva do Centenário da Universidade de Lisboa, um agradecimento pelo constante encorajamento numa fase final do trabalho.

O meu apreço pelas companheiras de mestrado, em especial às amigas Ana Pinto e Vera Mariz, e por todos os colegas, de agora e de outrora, que, à sua maneira, marcaram esta etapa. Aos amigos, que compreenderam a minha dedicação pelo trabalho e não deixaram que o afastamento temporário se tornasse numa barreira.

As últimas linhas dedico às pessoas mais do que destacadas ao longo do meu percurso.

À minha irmã Sandra, pelo interesse e pelo acompanhamento quotidiano.

Ao Duarte, pela força, apoio e encorajamento, pela presença constante, pelas discussões e pela paciência. Pela companhia incansável e por todas as partilhas.

Finalmente, aos meus pais, a quem dedico este trabalho e que em todos os momentos contribuíram para que seguisse os caminhos acertados. À minha Mãe, pelo exemplo de determinação e coragem; pela crença inabalável nas minhas capacidades, pelo interesse com que sempre me acompanhou. Ao meu Pai, pela transmissão de interesses, pelo continuado incentivo e fomento do conhecimento. A ambos, pela sabedoria e pelo amor com que diariamente me presenteiam.

ÍNDICE

Resumo	3
Abstract	4
Agradecimentos	5
Introdução	13
I. Os Antecedentes: A I República e a Reforma do Ensino Universitário	29
1. As origens: da fundação do Estudo Geral aos alvares do século XX	31
2. Instituição da Universidade de Lisboa em 1911 e consequente acção legislativa	38
3. A premência de edifícios condignos ao moderno ensino superior	47
II. A Cidade Universitária de Lisboa: uma herança para o Estado Novo	69
1. A escassez de condições lectivas nos edifícios do ensino superior universitário: urgências e propostas de instalação malogradas (1926-1934)	72
1.1. A construção ao Campo Grande defendida pelo Arquitecto Carlos Ramos	76
1.2. A primeira comissão de estudo e o “projecto integral” sob reitorado de Caeiro da Mata (1930)	79
1.3. O empenho de Carneiro Pacheco: o <i>Relatório</i> e os modelos universitários de além-fronteiras	83
1.4. O arranque definitivo do projecto: a instituição da Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários – CANEU (1934)	87
2. O Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro: uma escolha do Engenheiro Duarte Pacheco	91
3. Da intenção à morosa efectivação: projectos, retrocessos e construção da Cidade Universitária de Lisboa (1935-1961)	98
3.1. A localização nos terrenos da zona da Palma de Cima	100
3.2. A visita a modelos universitários estrangeiros: um suporte na concepção dos primeiros projectos de Pardal Monteiro	102
3.3. Os Ante-Projectos dos Edifícios Universitários: o impasse das sucessivas rectificações (1938-1945)	105
3.4. A reformulação da encomenda e os novos ante-projectos de Pardal Monteiro (1952-54)	112

3.5. O Antepiano de Urbanização: um estudo prévio dos arquitectos João Simões e Norberto Corrêa	117
3.6. A concretização das obras das Faculdades de Direito e de Letras e da Reitoria (1956-61)	119
III. A Cidade do Saber: O Património Artístico integrado da Cidade Universitária de Lisboa	123
1. O Poder Político e a Arte	125
1.1. A promoção artística como reforço ideológico do regime salazarista	127
1.2. A integração das artes plásticas na arquitectura	141
2. A decoração integrada na Cidade Universitária de Lisboa: a equipa de colaboradores do arquitecto Pardal Monteiro	151
3. Glorificação da Universidade de Lisboa e apologia do Saber: os programas artísticos e iconográficos	159
3.1. Faculdade de Direito: Para uma visão histórica e alegórica da disciplina	164
As gravuras incisas de Almada Negreiros: uma viagem histórica pelo Direito	164
Os baixos-relevos de Salvador Barata Feyo e de António Duarte, alegorias aos valores do Direito	170
O painel cerâmico e a tapeçaria de Lino António: O Estudo Geral e as Ordenações Manuelinas como enaltecimento do Direito nacional	172
Na senda do espírito decorativo original: a tapeçaria de Guilherme Camarinha e a estátua de Martins Correia	174
3.2. Faculdade de Letras: Apologia do Saber e Memorial de Personagens Histórico-Literárias	175
“Figuras e alegorias do pensamento e da literatura universal e portuguesa” nas gravuras incisas de Almada Negreiros	175
A inspiração das Musas nos baixos-relevos de Álvaro de Brée e de Leopoldo de Almeida	179
D. Pedro V: a escultura de Martins Correia	180
Os bustos em bronze de alguns notáveis Professores de Letras	182
O painel cerâmico de Jorge Barradas: a vitória da luz do conhecimento sobre as trevas da ignorância	183
A fundação do Estudo Geral em Lisboa na tapeçaria de Manuel Lapa	185

3.3. Reitoria, “o lar comum”: Sublimação da Universidade de Lisboa	187
Os painéis gravados de Almada Negreiros, um hino ao templo do Saber	187
Os azulejos padronizados de Fred Kradolfer	189
Mosaicos de António Lino e Vitrais de Lino António no enobrecimento dos Passos Perdidos	190
“No limiar da Idade Atómica” através da tapeçaria de Rogério Ribeiro	193
A “glorificação do trabalho intelectual” no painel cerâmico de Querubim Lapa	194
Equipamentos decorativos de excelência: a porta da Aula Magna dirigida por Lino António e a guarda da escadaria de José Farinha	194
Os projectos de arquitectura de interiores de Daciano da Costa	196
A reprovação de certas obras de arte e a oferta de painéis cerâmicos de Hein Semke	197
3.4. O espírito decorativo dos programas: algumas considerações	198
Considerações finais	203
Fontes e Bibliografia	211
Índice de Abreviaturas	227
Anexos	229
Apêndice Imagético	231
Apêndice Documental	293

A Cidade do Saber. Estudo do Património Artístico integrado nos edifícios projectados
pelo arquitecto Porfírio Pardal Monteiro para a Cidade Universitária de Lisboa (1934-1961)

“Le voyageur qui franchit sa montagne dans la direction d’une étoile,
s’il se laisse trop absorber par ses problèmes d’escalade,
risque d’oublier quelle étoile le guide.
S’il n’agit plus que pour agir, il n’ira nulle part.”

Antoine de Saint-Exupéry, *Lettre à un otage* (1943)

Para os meus pais.

A Cidade do Saber. Estudo do Património Artístico integrado nos edifícios projectados
pelo arquitecto Porfírio Pardal Monteiro para a Cidade Universitária de Lisboa (1934-1961)

INTRODUÇÃO

A Cidade Universitária de Lisboa constituiu uma das obras públicas de grande envergadura patrocinadas pelo Estado Novo na “Capital do Império”. Sofrendo inicial impulso construtivo graças à intervenção do Ministro Duarte Pacheco (1899-1945), foi a concretização de uma necessidade sentida logo aquando da criação da Universidade de Lisboa por acção da I República, em 1911. Malogradas as iniciativas desencadeadas entre 1911 e 1926, devido à instabilidade política que definiu o período e às dificuldades de imposição da instituição no país perante a secular Universidade de Coimbra, coube ao regime estadonovista materializar o desejo enunciado na I República. Ao longo de aproximadamente duas décadas, foram os edifícios em condições mais precárias – Faculdades de Direito e de Letras e Reitoria – planeados por um dos arquitectos que mais proficuamente laborou sob o regime salazarista em Lisboa, Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957). Concebido na esteira dessa política de fomento de equipamentos públicos, procurou apresentar-se o complexo universitário como uma “obra total” – um aspecto tão importante para o regime –, completada por um programa artístico adequado ao espírito universitário, realizado por uma plêiade de artistas em funções neste período, cultores de expressões plásticas variadas.

O trabalho que de seguida se apresenta visa o estudo e a compreensão das vicissitudes que pautaram o processo de projecção e de edificação da Cidade Universitária de Lisboa, atendendo ao período cronologicamente dilatado em que decorreu, 1934-1961; simultaneamente, pretende-se examinar o património artístico integrado e o seu programa norteador, no que respeita ao primeiro núcleo de edifícios construídos de raiz: Faculdades de Direito e de Letras e Reitoria. Embora tenha sucedido igualmente neste primeiro momento a construção do Hospital Escolar (1944-1953), futuro Hospital de Santa Maria no qual passou a funcionar a Faculdade de Medicina, não será considerado como objecto de particular análise nesta dissertação, pois à questão de a obra ter estado a cargo de uma comissão técnica distinta daquela que orientou o núcleo acima referido, acresce o facto de não ter sido pensado de origem um programa artístico para ornamentação do edifício, o que o diferencia. No entanto, o edifício será naturalmente tido em consideração, bem como serão observados os modernos equipamentos que foram implantados aquando do levantamento do mencionado primeiro núcleo – referimo-nos ao Estádio Universitário e ao Centro de Estudantes.

A presente dissertação surge como corolário de um longo e, por diversas vezes, ponderado percurso, tendo nascido do desejo de incrementar e aprofundar os nossos conhecimentos acerca do desenvolvimento da arte portuguesa na primeira metade do século XX. Se as artes plásticas e as suas ligações com o poder instituído, nomeadamente no que ao período do Estado Novo concerne, representam um dos temas de investigação colocados no topo dos nossos interesses – não só académicos, pois que invariavelmente pautam a nossa pesquisa continuada a nível particular, na busca de um constante crescimento pessoal – a realidade é que a viagem pelo curso de mestrado foi iniciada sem um objecto de estudo concreto, embora a enorme vontade de investigação tenha sido um motivo para encetá-la.

O estudo da Cidade Universitária de Lisboa, numa concepção lata, foi-nos proposto pela Professoras Doutora Clara Moura Soares e Doutora Maria João Neto, numa altura em que se iniciavam as comemorações do centenário da Universidade de Lisboa e volvia cerca de meio século sobre a inauguração dos edifícios em causa. Após breves leituras sobre a temática, foi impossível ignorá-la e partir para outro assunto. Para além de termos efectuado a nossa formação a nível da licenciatura, em História da Arte, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o que nos propiciou um contacto diário com o conjunto de edifícios traçados pelo arquitecto Porfírio Pardal Monteiro, o facto de se apresentar como um complexo parcamente considerado no que respeita a estudos de fundo, contribuiu para que o presente trabalho se tornasse aliciante enquanto investigadora, e como matéria e contributo para o progresso dos campos de estudo analítico da disciplina.

À medida que se avança num projecto de investigação, assimila-se o alcance real do projecto que inicialmente se sugeriu; possibilidades e opções diversas vão-se apresentando, sendo imperioso fazer escolhas e seguir o caminho que nos propusemos trilhar. Se num primeiro momento se enveredou por um estudo global do projecto arquitectónico erigido sob vigência do regime salazarista, rapidamente nos apercebemos de que não poderia ser descurada a vertente artística integrada nos edifícios. Por tal se afigurar, numa primeira instância, como uma proposta bastante extensa, sobretudo no que aos intervenientes respeita, prosseguimos as nossas pesquisas centradas sobre o caso específico da Faculdade de Letras, pela relação óbvia que com ela estabelecemos. O trabalho ganhou contornos, os esforços concentraram-se sobre a compreensão deste edifício e do programa artístico que lhe foi apostado, os seus executores e a sua inserção no

mais vasto panorama arquitectónico e artístico então dominante no país. A determinada altura do processo, porém, compreendemos que o primeiro impulso de estudar o *campus* universitário, enquanto conjunto coordenado, se afigurava como o mais acertado. Impôs-se a percepção de que, inevitavelmente, a história material da Faculdade de Letras se prende com a mais abrangente história da Cidade Universitária de Lisboa – a Faculdade é uma das “peças do puzzle”, erguida segundo um projecto amplo cuja contextualização não pode, de modo algum, escapar a um trabalho deste âmbito. Tornava-se impossível estudar o edifício, conferindo-lhe esse destaque individualizado, porquanto se incorria na constante referência aos restantes edifícios projectados por Porfírio Pardal Monteiro para o local. As Faculdades de Letras e de Direito foram, desde início, planificadas a par da Reitoria, sendo estes os três edifícios da Universidade que se encontravam em condições de instalação mais precária, o que potenciou a primazia que se intentou dar à sua construção. Daqui decorre a necessidade de estudar este grupo como um todo, sem descurar a vertente particular de cada edifício, sendo que, à semelhança da arquitectura, o património artístico integrado se rege por um denominador comum embora apresente aspectos particulares em cada caso.

Delimitou-se, então, a dissertação propondo-se um estudo do complexo arquitectónico que primeiro se implantou na Cidade Universitária, projectado por Pardal Monteiro e marcado por uma morosidade extrema, procurando compreender as obras artísticas decorativas integradas nesse espaço dedicado ao estudo e ao progresso do saber, prática corrente nas obras públicas estadonovistas. Concomitantemente, fomos desenvolvendo uma visão global dos projectos que em paralelo surgiram como complemento imprescindível de um *campus* universitário moderno.

O título proposto pretende-se inequívoco e preciso, permitindo uma apreensão imediata do objecto de estudo. A designação “Cidade do Saber” reporta-se não só às intenções pedagógicas e de investigação científica deste conjunto universitário, conglomerado e desejado como uma autêntica cidade – meta que se previa baseada em exemplos estrangeiros, que no entanto não seria alcançada na totalidade; refere-se igualmente à ideia norteadora do programa artístico inserido na Cidade Universitária da capital, na linha de um espírito que busca o fomento do trabalho intelectual e, simultaneamente, a glorificação da Universidade de Lisboa enquanto instituição, capaz de inspirar à Sapiência.

Estado da Questão

O âmbito temático da dissertação, no seu conjunto abarcando as componentes arquitectónica e artística da Cidade Universitária de Lisboa, não havia ainda sido alvo de estudo aprofundado, garante de um certo grau de inovação e de originalidade. Nenhum dos edifícios inseridos neste projecto tinha sido objecto de monografia ou de artigo que se debruçasse especificamente sobre o seu património artístico, o que demonstra ser este um estudo com toda a pertinência e, no panorama dos estudos sobre a Universidade de Lisboa, fulcral para a sua História material e cognitiva. De facto, o complexo universitário lisboeta tem sido relativamente ignorado pelos estudiosos destas matérias; considerada como uma obra que perpetua, retardatariamente, uma estética conotada ideologicamente, quando referida, somente surge como exemplo de uma arquitectura sem grande valor, de segunda categoria, patrocinada pelo regime num período de paulatino esgotamento. Mesmo no que concerne à obra do arquitecto Pardal Monteiro, assinalavelmente estudada, os edifícios universitários têm sido desconsiderados enquanto projecto de final de vida, pouco inovador ou relevante no seu percurso. Iremos verificar se tais conotações correspondem à realidade.

Ao contrário da congénere Cidade Universitária de Coimbra, à qual já diversos estudos académicos foram dedicados nos últimos anos¹, tanto no respeitante à edificação arquitectónica como à leitura iconológica das artes integradas, apenas recentemente, no ano de 2007, foi apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa uma dissertação de Mestrado, em História da Arte, sobre a Cidade Universitária de Lisboa. *Cidade Universitária de Lisboa (1911-1950): génese de uma difícil territorialização*. Da autoria da arquitecta Patrícia Santos Pedrosa, reflecte um cuidadoso estudo acerca da implantação do *campus* universitário na capital portuguesa, desde a fundação da Universidade no ano de 1911 até à definitiva concretização dos projectos arquitectónicos mais prementes. O trabalho debruça-se exclusivamente sobre o processo de localização e inserção territorial do complexo, abordando a vertente

¹ Nuno Rosmaninho, *O princípio de uma "revolução urbanística" no Estado Novo: os primeiros programas da cidade universitária de Coimbra, 1934-1940*, Coimbra, Minerva, 1996; *Idem, O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006 (Dissertação de Doutoramento); Sandra Vaz Costa, *A Cidade Universitária de Coimbra. Um projecto de Modernização Cultural. Utopia e realidade*, 3 vols., Tese de Mestrado em História da Arte Contemporânea, FCSH-UNL, 1998; Marco Daniel Duarte, *Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: ícone do poder. Ensaio iconológico da imagética do Estado Novo*, Coimbra, Câmara Municipal, 2003.

arquitectónica e urbanística, explorando os projectos até à data de 1950. A autora não menciona, de forma alguma, o património artístico integrado, cuja execução extravasa o limite cronológico da dissertação. Leitura obrigatória e, de certa forma, base de trabalho, este estudo forneceu-nos de dados de extrema importância para a compreensão da evolução das discussões em torno da Universidade de Lisboa na primeira metade do século XX, nomeadamente no que à de documentação arquivística inédita diz respeito.

A obra clássica de José-Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, cuja primeira edição data de 1974, representa ainda actualmente um ponto de partida para qualquer estudo histórico-artístico. O autor dedicou algumas linhas à Cidade Universitária lisboeta², tanto no âmbito das intenções de Duarte Pacheco durante a ocupação da pasta das Obras Públicas³, como quanto à sua tardia construção e à sua tipologia arquitectónica monumentalista⁴. Considera os três edifícios de Pardal Monteiro como “edificações equivocadas (...) que nos anos 50 degradaram um projecto de 1940, mais digno e mais actual no gosto”⁵, crítica que importa considerar atendendo à falta de distanciamento histórico face ao Estado Novo. Menciona, ocasionalmente, as obras de arte criadas para incorporá-las, ao abordar individualmente os diversos artistas que intervieram no programa plástico.

No que respeita a uma apreciação interpretativa da prática arquitectónica nacional do século transacto, não se pode negligenciar o contributo do texto de Nuno Portas, “A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação”, inserido na tradução portuguesa da obra *História da Arquitectura Moderna*, de Bruno Zevi, de 1973. No entanto, o arquitecto não menciona concretamente o caso da Cidade Universitária de Lisboa – embora na edição mais recente conste uma fotografia do conjunto, no grupo de obras situadas “entre resistência e compromisso”⁶; Nuno Portas alude, ainda, à viagem que Pardal Monteiro realizou com Duarte Pacheco a Itália para observar a arquitectura universitária sob Mussolini⁷.

² José-Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, 3ª edição, Venda Nova, Bertrand Editora, 1991, pp. 244-245, 255 e 448-449.

³ Considerações que o autor recuperou e repetiu noutra obra. Cf. *Idem, O Modernismo na Arte Portuguesa*, 3ª edição, Lisboa, ICALP, 1991, pp. 67-68.

⁴ Ideia retomada como exemplo para especificar a vida que a zona do Campo Grande ganhou na altura. Cf. *Idem, Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, 5ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 100.

⁵ *Idem, A Arte em Portugal no Século XX (...)*, p. 255.

⁶ Nuno Portas, “Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: Uma Interpretação”, *A Arquitectura para Hoje seguido de Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal*, 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 231.

⁷ *Idem, Ibidem*, p. 179.

Mais recente, o catálogo da exposição *Arquitectura do Século XX. Portugal*⁸, patente em Lisboa em 1998, inclui diversos textos dedicados ao assunto, tanto de âmbito cronológico como temático. Destaquem-se os textos de João Vieira Caldas, Nuno Teotónio Pereira e Ana Tostões. O primeiro autor aborda, entre outros casos, a obra de Pardal Monteiro no contexto da apreensão da arquitectura modernista no país, sem citar o caso da Cidade Universitária⁹ – porém, trata o *campus*, os projectos abandonados e a sua retoma na década de 50 com alguma minudência na monografia que dedicou ao arquitecto¹⁰. Do arquitecto Nuno Teotónio Pereira foi incluso no catálogo um ensaio sobre “A Arquitectura de Regime”. Nas considerações que tece acerca das práticas e da imposição de uma arquitectura dita do Estado Novo, e das influências recebidas do regime alemão, incorpora a encomenda do Hospital Escolar ao arquitecto de Hamburgo Hermann Diestel (1875-1945) e refere as imponentes Cidades Universitárias de Coimbra e de Lisboa, levantadas após o I Congresso Nacional de Arquitectura (1948), como projectos já anteriormente elaborados que mantêm o vocabulário típico do regime, inspirados na arquitectura fascista italiana¹¹. A arquitecta Ana Tostões explora o período entre 1948 e 1961, abordando tópicos que desenvolvera na sua dissertação de mestrado, *Arquitectura portuguesa nos anos 50: "Os verdes anos" ou o movimento moderno em Portugal*¹²; no texto do catálogo, cita os conjuntos universitários coimbrão e lisboeta como um prolongamento “da retórica do império fixada ao longo dos anos 40, sujeita a sucessivas actualizações”¹³. No final do catálogo são elencados diversos projectos arquitectónicos do século XX, mas não foi inserida apresentação de qualquer um dos edifícios erigidos para a Cidade Universitária nesse largo espectro temporal.

Das obras de carácter geral, para além das sínteses histórico-analíticas efectuadas por Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes no 14º volume da *História da Arte em Portugal*¹⁴, destaque-se uma publicação do Departamento de Património Cultural da

⁸ Annette Becker, Ana Tostões, Wilfried Wang (org.), *Arquitectura do Século XX. Portugal*, Lisboa, Prestel-DAM, 1998.

⁹ João Vieira Caldas, “Cinco Entremeios sobre o Ambíguo Modernismo”, Annette Becker *et al.*, *op. cit.*, pp. 23-32.

¹⁰ João Vieira Caldas, *Porfírio Pardal Monteiro – Arquitecto*, Lisboa, AAP, 1997, pp. 62-63, 73 e 88-90.

¹¹ Nuno Teotónio Pereira, “A Arquitectura de Regime, 1938-1948”, Annette Becker *et al.*, *op. cit.*, pp. 33-39, pp. 34-35 e 38.

¹² A dissertação foi apresentada à FCSH-UNL, em 1994. Utilizámos o livro publicado com base na tese: Ana Tostões, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*, 2ª edição, Porto, FAUP, 1997.

¹³ *Idem*, “Modernização e Regionalismo, 1948-1961”, Annette Becker *et al.*, *op. cit.*, p. 47.

¹⁴ Pedro Vieira de Almeida, José Manuel Fernandes (ed. lit.), *História da Arte em Portugal*, vol. 14 – *Arquitectura Moderna*, Lisboa, Alfa, 1986.

Câmara Municipal de Lisboa, por ocasião da exposição *Do Saldanha ao Campo Grande. Os originais do Arquivo Municipal de Lisboa* (1999). Partindo de documentos relativos à urbanização da cidade, um texto de Vasco Brito expõe, em traços gerais, o processo de implantação, os estudos e a edificação da Cidade Universitária, embora com alguns equívocos¹⁵. O ponto de interesse reside na consideração do conjunto como “obra total”, dando alguns exemplos das “inúmeras obras de arte que enriquecem os edifícios, tanto nos interiores como exteriormente”¹⁶ – apesar de elencar somente os artistas que laboraram na Reitoria.

No plano da implantação territorial, duas dissertações dedicam alguma reflexão ao nosso objecto de estudo; fazendo uma breve leitura cronológica, predomina uma leitura do presente, em termos de planificação urbana e de adequação pedagógica, bem como a sua evolução em comparação com outros casos, nacionais e estrangeiros. Para obtenção do grau de Doutor em Engenharia do Território, Madalena Cunha Matos apresentou *As Cidades e os Campi. Contributo para o estudo dos territórios universitários em Portugal*¹⁷; no âmbito do Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Maria Graça Azevedo defendeu a tese *A Integração da Universidade na Cidade. O caso das Universidades no continente português*¹⁸.

Ainda no campo dos trabalhos académicos, as já citadas dissertações de Nuno Rosmaninho e de Sandra Vaz Costa mencionam, brevemente, a congénere lisboeta. Nuno Rosmaninho expõe a sua planificação pautada por valores de monumentalidade e inspiração classicista, ao analisar as relações da arquitectura com o poder sob os regimes totalitários¹⁹. Já Sandra Vaz Costa ocupa-se do caso em analogia com as edificações universitárias na Alta de Coimbra, equiparando a implantação coimbrã à *Città Universitaria* romana e a localização lisboeta ao complexo madrileno²⁰. A autora, na sua dissertação de doutoramento dedicada a Duarte Pacheco, apresenta a Cidade Universitária

¹⁵ O autor refere, por exemplo, que Salazar estaria muito interessado na construção da Cidade Universitária de Lisboa, o que verificaremos não corresponder à realidade; em adição, considera o arquitecto António Pardal Monteiro como filho de Porfirio e não sobrinho, e refere como arquitecto responsável pela Cantina o olisipógrafo Norberto de Araújo, ao invés do arquitecto M. Norberto Corrêa.

¹⁶ Vasco Brito, “Cidade Universitária”, *Do Saldanha ao Campo Grande. Os originais do Arquivo Municipal de Lisboa*, Lisboa, CML, 1999, p. 140.

¹⁷ Madalena A. da Cunha Matos, *As Cidades e os Campi. Contributo para o estudo dos territórios universitários em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Engenharia do Território, UTL-IST, 1999.

¹⁸ Maria Graça Azevedo, *A Integração da Universidade na Cidade. O caso das Universidades no continente português*, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, FLUL, 1998.

¹⁹ Cf. Nuno Rosmaninho, *op. cit.*, p. 40. Pontualmente, surgem menções à CUL e seus intervenientes.

²⁰ Sandra Vaz Costa, *op. cit.*, vol. I, pp. 122-125.

de Lisboa e a construção do Hospital de Santa Maria como exemplo das obras impulsionadas pelo Ministro no que ficou designado como “Década de Ouro das Obras Públicas”²¹.

O complexo arquitectónico da Cidade Universitária de Lisboa tem sido, como se afere, pouco considerada no que concerne a estudos de fundo, se excluirmos o contributo da dissertação de mestrado de Patrícia Santos Pedrosa. Concernindo os arquitectos intervenientes no projecto durante o período em análise, somente Porfírio Pardal Monteiro tem sido alvo de estudos aprofundados. Em adição à citada monografia da autoria de João Vieira Caldas, a dissertação de mestrado de Ana Assis Pacheco, *Porfírio Pardal Monteiro, 1897-1957. A Obra do Arquitecto*, na qual a Cidade Universitária é estudada com algum pormenor²² – mesmo que se apresente como um elenco de factos, sem grande reflexão crítica, tendo em conta a vastidão de projectos incorporados no trabalho. Recentemente, Ana Tostões publicou um interessante livro biográfico sobre o arquitecto, incluindo trechos do inédito diário de memórias de Pardal Monteiro²³; a Cidade Universitária é apresentada em breves linhas como obra pautada “por uma composição axialmente hierarquizada aplicada a um dimensionamento sumptuoso”²⁴, acompanhada de fotografias e de um desenho de 1953 – a vizinha Biblioteca Nacional surge bem mais enfatizada.

Os arquitectos intervenientes no complexo, António Pardal Monteiro (1928-), João Simões (1908-1994) e Manuel Norberto Corrêa (1926-), encontram-se parcamente estudados, bem como o Arquitecto Paisagista António Viana Barreto (1924-), responsável pelo ajardinamento do complexo²⁵, merecendo estudos futuros.

No campo específico das artes plásticas integradas, nenhum trabalho foi exclusivamente dedicado ao nosso objecto de estudo, afigurando-se o cenário bibliográfico bem menos extenso.

²¹ *Idem*, *O País a Régua e Esquadro. Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco*, Dissertação de Doutoramento em História, especialidade Arte, Património e Restauro, FLUL, 2009, pp. 205 e 210.

²² Ana R. R. de Assis Pacheco, *Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957): A Obra do Arquitecto*, 2 vols., Dissertação de Mestrado em História da Arte, FCSH-UNL, 1998, pp. 97-100 e 186-189.

²³ Ana Tostões, *Pardal Monteiro, Pardal Monteiro. Fotobiografias Século XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2009.

²⁴ *Idem*, *Ibidem*, p. 165.

²⁵ Embora o seu trabalho seja mencionado no catálogo *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a Primeira Geração de Arquitectos Paisagistas, 1940-1970*, Lisboa, FCG, 2003.

Artur Portela, na sua obra *Salazarismo e Artes Plásticas* publicada em 1982, elenca o arranque das obras do complexo universitário no final dos anos 50, elogiando somente o papel de Almada Negreiros no que toca à decoração dos edifícios de Pardal Monteiro²⁶. Também José-Augusto França reflectiu sobre as gravuras incisas de Almada nos edifícios universitários lisboetas, no livro que dedicou ao artista²⁷; na obra *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, para além da menção às gravuras, foca o facto de conviverem na obra artistas da “segunda” e “terceira” gerações, inclusivamente adeptos do neo-realismo, sem no entanto especificar ou reflectir sobre o assunto²⁸. No supracitado catálogo *Arquitectura do Século XX. Portugal*, encontra-se um texto do mesmo autor, concernindo o tema “Arquitectura e Artes Plásticas”; reportando-se às artes enquanto elementos decorativos do espaço arquitectónico desde o início da centúria, cita novamente o trabalho de Almada e a censura que sofreu o seu projecto para a Faculdade de Direito²⁹.

No entanto, nenhuma síntese foi publicada sobre o assunto após a edição das publicações do Ministério das Obras Públicas, em parceria com a CANIU, referentes aos novos edifícios universitários por altura das inaugurações: *O Novo Edifício da Faculdade de Direito* (1957), *O Novo Edifício da Faculdade de Letras na Cidade Universitária* (1958), *O Novo Edifício da Reitoria da Universidade de Lisboa* (1961), *Restaurante e Zona de Convívio do Centro de Estudantes da Cidade Universitária de Lisboa* (1962). Nelas, são enumeradas as obras de arte e os respectivos criadores, bem como a temática representada. Em relação às obras artísticas deste conjunto e ao seu entendimento como uma unidade previamente programada nada existe escrito, nenhuma reflexão de fundo se elaborou. Dispomos, porém, de algumas referências às peças em bibliografia concreta respeitante aos artistas intervenientes; como dissertações académicas para o caso de Querubim Lapa³⁰, monografias como a dedicada a Jorge Barradas³¹, catálogos de diversa natureza – vejam-se os catálogos dedicados a Lino António³² e Daciano da Costa³³, e artigos inseridos em dicionários específicos, por exemplo. Assim, o estudo deste

²⁶ Artur Portela, *Salazarismo e Artes Plásticas*, 2ª edição, Lisboa, ICALP, 1987, p. 118.

²⁷ José-Augusto França, *Almada. O Português sem Mestre*, Lisboa, Estúdios de Cor, 1974, pp. 169-170.

²⁸ *Idem*, *A Arte em Portugal no Século XX* (...), p. 448.

²⁹ *Idem*, “Arquitectura e Artes Plásticas”, Annette Becker *et al.*, *op. cit.*, p. 91.

³⁰ Maria Clara F. Borges, *Querubim Lapa: cerâmica, identidade e imaginário*, 2 vols., Dissertação de Mestrado em Teorias da Arte, FBAUL, 2004.

³¹ António Rodrigues, *Jorge Barradas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

³² Sandra Leandro (coord.), *Lino António (1893-1974)*, Leiria, C.M./Banco de Portugal/TMN, 1998.

³³ João Paulo Martins (ed. lit.), *Daciano da Costa. Designer*, Lisboa, FCG, 2001.

complexo universitário englobando a sua componente artística assume uma considerável importância e ineditismo.

Pesquisa e Fontes Documentais

Atendendo ao panorama bibliográfico exposto, compreende-se ter sido imprescindível proceder a uma aturada pesquisa arquivística por forma a localizar documentação correspondente ao empreendimento em análise. Ao contrário da Universidade de Coimbra, a Universidade de Lisboa não possui um arquivo centralizado dotado de elementos fulcrais acerca da história da instituição – embora o Arquivo Histórico da Divisão de Obras e Manutenção da Reitoria armazene alguma da memória dos primórdios da Cidade Universitária. Nesta investigação, deparamo-nos com núcleos documentais relativamente dispersos, cuja coordenação e organização teria um enorme interesse.

O espólio da Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários (CANEU), em 1957 renomeada como Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias (CANIU)³⁴, transitou do Ministério das Obras Públicas (MOP) para o Ministério da Educação, onde em parte se encontra actualmente. Em virtude da criação da Direcção-Geral das Construções Escolares (DGCE), em 1969, que reuniu todos os serviços do MOP com competência na área das construções escolares, foram extintas as citadas comissões administrativas e criada, na orgânica da DGCE, a Direcção das Instalações Universitárias. No seio do Ministério da Educação, o espólio encontra-se à guarda do Núcleo do Arquivo Técnico das Construções Escolares³⁵. Deste arquivo fazem parte sobretudo peças escritas e gráficas, como plantas e desenhos, respeitantes aos projectos de Porfírio Pardal Monteiro, completados por diversos *dossiers* contendo uma grande percentagem da correspondência oficial relativa ao processo; pelo meio, algumas referências e documentos sobre os planos dos arquitectos João Simões e M. Norberto Corrêa. Muito elucidativa foi a observação de vários álbuns e sacos contendo fotografias, da autoria de Horácio Novais, realizadas durante a construção e por altura da conclusão do complexo universitário.

³⁴ Decreto-lei nº 41173, *Diário do Governo*, I série, nº 150, 4 de Julho de 1957, p. 692.

³⁵ Inclusivamente, durante a nossa investigação, este Núcleo ocupou um novo espaço, transitando da Av. 24 de Julho para a sede do Ministério da Educação na Av. 5 de Outubro, em Lisboa, durante o ano de 2009.

Se este Núcleo detém a maioria da documentação respeitante a Pardal Monteiro, importa focar que um dos arquivos pertencentes ao Ministério, localizado nas caves da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, em Alvalade, se encontrou inacessível durante o nosso período de investigação. Estando em condições de conservação degradadas e totalmente por catalogar, foi-nos referido que algum material referente à Cidade Universitária aí poderia constar.

A documentação existente no supracitado Arquivo Histórico da Divisão de Obras e Manutenção da Reitoria é proveniente do focado arquivo das Construções Escolares; detendo um enorme manancial de plantas dos diversos edifícios, alberga ainda um considerável conjunto de documentação escrita e gráfica, nomeadamente memórias descritivas, correspondência e projectos. No entanto, toda esta informação encontra-se desordenada e carece de inventariação, estando algumas peças num estado de desintegração avançado.

Tendo em conta a passagem da tutela da documentação administrativa para o Ministério da Educação, o Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, em Lisboa, apenas nos forneceu algumas pistas através da leitura dos *Relatórios de Actividade do MOP* referentes ao período 1952-1964.

Importante foi, de seguida, a consulta dos espólios na posse do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), no Forte de Sacavém. Foi frutífera a análise do espólio do arquitecto Porfírio Pardal Monteiro, proveniente do *atelier* do sobrinho, predominantemente constituído por plantas, alçados e desenhos dos diversos projectos executados. Examinámos igualmente o material produzido pelo Arquitecto Paisagista António Viana Barreto, relacionado com o ajardinamento do complexo, bem como foi consultado o espólio do arquitecto Carlos Oliveira Ramos (1922-), encarregue de rever o antepiano de urbanização da Cidade Universitária em 1971. Finalmente, foi de extrema importância a pesquisa do espólio do *designer* Daciano da Costa (1930-2005), responsável pela arquitectura de interiores de algumas salas destacadas da Reitoria, a par da concepção do mobiliário, cujos desenhos pormenorizados e estudos se encontram neste conjunto documental.

A memória da construção do núcleo inicial da Cidade Universitária de Lisboa, apesar de dispersa, encontra-se relativamente completa. O problema ganhou contornos ao debruçarmo-nos sobre a questão do programa artístico integrado. Os documentos pertencentes ao Ministério da Educação não englobam referências específicas no que

concerne à decoração, à parte de algumas breves menções nas actas das reuniões que a CANEU realizou com os arquitectos. Assim, procurámos de início localizar material proveniente da Junta Nacional de Educação (JNE), concretamente da 1ª Subsecção da 6ª Secção (Belas Artes), que orientava esteticamente os projectos estatais através da concessão de pareceres. Parte do espólio situa-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ao que se procedeu ao levantamento de informação pertinente nos livros de actas das sessões da mencionada subsecção. Intentou-se, de seguida, completar estes dados sumários através dos processos da JNE, situados no arquivo da Divisão de Documentação e do Património Cultural da Secretaria-Geral do Ministério da Educação. Recordem-se os anos que corresponderam à execução e aplicação de obras de arte nos edifícios das Faculdades de Letras e de Direito e da Reitoria: 1956 a 1961. Porém, somente existe uma pasta deste período, relativa a 1956; as restantes, até à década de 70, terão desaparecido, segundo informação que recebemos e atentando na catalogação disponível para consulta.

Não nos conformámos, porém, em deixar o assunto inacabado. Identificámos, através das actas das sessões da JNE, os principais vogais que emitiram pareceres sobre as peças artísticas a integrar a Cidade Universitária de Lisboa: Raul Lino (1879-1974), Diogo de Macedo (1889-1959) e Paulino Montês (1897-1988)³⁶. Dos dois primeiros vogais foram localizados os respectivos espólios na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa; a pesquisa foi proveitosa, encontrando-se a maioria dos relatórios elaborados após a visita dos *ateliers* dos artistas, que constituíam os pareceres apresentados nas sessões da subsecção. Em adição, observámos alguns núcleos de fotografias do espólio de Mário Novais

Não obstante, permanecia uma lacuna notável quanto a dados concretos relativos ao processo de encomenda e realização. Foi possível clarificar alguns destes aspectos através dos espólios pertencentes ao Centro de Artes das Caldas da Rainha. Se o legado do escultor Leopoldo de Almeida (1898-1975) comporta uma maquete em gesso que serviu de estudo ao baixo-relevo que o artista executou para a Faculdade de Letras, a consulta do eximamente organizado espólio do escultor António Duarte (1912-1998) permitiu compreender o modo como se efectuou o trabalho, da encomenda à colocação no local. Possui o Centro de Artes desenhos e informação documental referente às duas peças que o

³⁶ Poderíamos ainda mencionar o vogal Armando de Lucena, que emitiu dois pareceres neste conjunto. O espólio do Professor, integrado na Biblioteca da Escola Secundária Artística António Arroio, encontrava-se inacessível durante o nosso período de investigação, devido às obras de modernização de que a Escola foi alvo – o que implicou um empacotamento total da Biblioteca.

escultor realizou: um baixo-relevo para a Faculdade de Direito e um busto em bronze para a Faculdade de Letras. Dos restantes artistas, particularmente dos já falecidos, não foi possível aferir a existência de material, após o contacto com algumas entidades detentoras de espólios. Mencione-se, ainda, a disponibilidade por parte da Manufatura de Tapeçarias de Portalegre, na pessoa da D. Fernanda Fortunato³⁷, que certos esclarecimentos nos prestou quanto à execução das tapeçarias murais.

Finalmente, uma componente de relevância extrema, sobretudo se tivermos em atenção o panorama da documentação existente: o contacto e as conversas com os intervenientes da Cidade Universitária de Lisboa ainda vivos. Os arquitectos António Pardal Monteiro e Manuel Norberto Corrêa³⁸ elucidaram-nos não apenas sobre a questão do património artístico, mas também contribuíram para uma reflexão sobre o complexo arquitectónico. Dos artistas, pudemos trocar impressões com os ceramistas Querubim Lapa (1925-) e Manuel Cargaleiro (1927-); a experiência e a memória prodigiosa de ambos permitiram clarificar determinados aspectos e fundamentar questões que, na ausência de documentação, ficariam em aberto. Os contactos constituíram autênticas fontes, dada a recordação tão viva dos artistas deste episódio e do modo como marcou cada um; assim, revelaram-se um ponto imprescindível para o nosso trabalho.

Estrutura

À imagem das alterações que ao longo da dissertação foram equacionadas, a estruturação do presente trabalho sofreu algumas modificações face ao plano inicialmente proposto. Adoptamos para a análise dos acontecimentos uma perspectiva diacrónica, sempre reforçada através de uma leitura crítica, relacionando-a com as conjunturas que pautaram todo o processo de projecção e edificação. Procurámos, assim, estabelecer uma certa continuidade e progressão, atendendo à complexidade do tema e à profusão de agentes envolvidos.

O esquema da dissertação agrupa três capítulos que, embora distintos, se relacionam, necessariamente, entre si – tal como a temática, pautada pela continuidade, os capítulos compartimentam-se segundo uma indispensabilidade de organização.

³⁷ Funcionária da Manufatura desde a década de 1950.

³⁸ O arquitecto detém um arquivo pessoal meticulosamente organizado, muito completo.

Principiamos pela criação da Universidade de Lisboa, no ano de 1911, visando entender a abrangência desta reforma. Assim, no primeiro capítulo, com vista a um enquadramento geral no que toca à instituição, insere-se uma breve resenha sobre o ensino superior até ao advento da I República. Por forma a compreender o modo como, futuramente, seria recebido o problema das instalações universitárias pelo Estado Novo, é examinada a urgência de edifícios condignos ao moderno ensino universitário durante o período republicano: expondo as condições lectivas nos edifícios preexistentes, atenta-se ao digladiar entre Faculdades e às diversas propostas de estudo malogradas. Procura-se compreender as razões que contribuíram para o seu insucesso, nesse clima conturbado, e quais as Faculdades encaradas como preponderantes no que toca à obtenção de uma casa própria.

A implementação do regime estadonovista, na sequência da Ditadura Militar iniciada em 1926, representa o início do segundo capítulo da dissertação. Para além de se reflectir sobre a forma como a Universidade foi encarada pelo novo regime político, ocupamo-nos da evolução e dos retrocessos quanto à localização e a projectos defendidos por figuras de proa da instituição lisboeta. Culminando na implementação de uma comissão administrativa de obras, em 1934, foca-se com minudência o lento avançar da construção e as várias soluções propostas, incorporando as questões que contribuíram para esse protelamento por quase duas décadas. Em paralelo, atenta-se na escolha do arquitecto, Pardal Monteiro, bem como nos seus métodos de trabalhos e na relação estabelecida com o Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco.

O terceiro capítulo escapa um pouco ao sentido cronológico que até aqui definiu o estudo. Respeita concretamente ao património artístico integrado que foi planeado para ornamentar os edifícios universitários da traça de Pardal Monteiro. Procura compreender-se esta obra no quadro do fomento das artes plásticas pelo regime, através dos seus órgãos supervisores, bem como se busca um entendimento sobre o cunho decorativo aplicado às obras artísticas integradas no espaço arquitectónico, e o tipo de técnicas preferentemente patrocinado. Em termos concretos, aborda-se o programa que norteou a decoração da Cidade Universitária de Lisboa e que artistas intervieram na sua concretização – que razões para a convivência de figuras representativas de gerações e cultores de estéticas distintas? Neste sentido, revela-se o decurso da encomenda e da escolha dos artistas, explicitando-se o procedimento de imposição e aprovação do programa artístico focando o papel da Junta Nacional da Educação neste caso. Em adição, propõe-se uma leitura das

obras artísticas integradas, singularizando os edifícios mas tentando apreender a existência de uma ideia global que os defina. Em suma, a busca de uma visão de conjunto através da análise individualizadas das componentes.

Determinadas questões regeram a nossa pesquisa e conseqüente reflexão, colocadas de modo a que o presente trabalho assumisse um carácter inovador e diferenciado dos trabalhos já publicados. Extravasando uma abordagem da implantação territorial e de questões urbanísticas, estudadas por Patrícia Santos Pedrosa, interessou-nos uma compreensão do modelo arquitectónico aplicado. Procurámos destrinçar que circunstâncias levaram a que, num período avançado do regime, se perpetuasse um projecto de influências monumentalistas e classicistas – e, deste modo, enquadrar a Cidade Universitária no contexto das obras públicas estadonovistas. Trata-se de uma construção cronologicamente avançada face à “década de ouro” das obras públicas: como encará-la num ambiente em que novas propostas arquitectónicas emergiam e, inclusive, recebiam aval positivo das instâncias estatais?

Nesta linha de raciocínio, afigurou-se como premissa desenvolver a viagem que o arquitecto Pardal Monteiro realizou a Roma e Paris com Duarte Pacheco, no final da década de 30, para se compreender o seu impacto no que respeita à planificação do caso universitário lisboeta. Assim, procurámos destacar a relação entre estes dois homens, e as cambiantes entre os variados estudos apresentados pelo arquitecto. Encontrar justificação para um avanço tão demorado – e acidentado – das novas instalações, na “capital do Império”, condição herdada da I República, constituiu outro ponto decisivo.

Esta realidade aplicou-se igualmente ao campo das obras de arte integradas nos edifícios, e ao modo como a prática artística foi encarada pelo Estado Novo. Intentámos salientar o relacionamento dos artistas portugueses com o poder e o patrocínio governamental, particularmente no contexto das obras públicas, e de que forma se espelhou neste caso particular. Por outro lado, uma percepção das relações estabelecidas entre artistas e arquitectos no que toca a este tipo de obras; as obras de arte plásticas sujeitam-se ao espaço arquitectónico ou predominava uma colaboração entre as duas partes? Houve promoção da liberdade criativa ou uma dependência face ao programa superiormente estipulado? Na esteira destas ponderações, impõe-se o facto de nos três edifícios de Pardal Monteiro terem laborado não apenas artistas cuja obra sob o regime é

conhecida: veremos como foram enquadrados jovens criadores que se apresentaram como adeptos de estéticas opostas ao oficialmente promovido.

Fruto de um continuado processo de aprendizagem pessoal, espera-se com o trabalho concorrer para uma clarificação destas questões, bem como activamente contribuir para o progresso científico da nossa área de estudo.

I

OS ANTECEDENTES: A I REPÚBLICA E A REFORMA DO ENSINO UNIVERSITÁRIO

“Ora sucedeu que em 1911 um regime de fresca data e sangue na guerra
anunciou estrepitosamente que ia reformar o ensino e,
em vez de extinguir sem deixar rasto a vilipendiada Universidade,
bode expiatório dos nossos males,
manteve-a, ampliou-a e criou mais duas novas Universidades.”

A. Celestino da Costa, *A Universidade portuguesa e o problema da sua reforma* (1918)³⁹

³⁹ A. Celestino da Costa, *A Universidade portuguesa e o problema da sua reforma*, Conferências feitas em 19 e 22 de Abril de 1918 a convite da Federação Académica de Lisboa, Porto, Tipografia Renascença Portuguesa, 1918, p. 8.

A Cidade do Saber. Estudo do Património Artístico integrado nos edifícios projectados
pelo arquitecto Porfírio Pardal Monteiro para a Cidade Universitária de Lisboa (1934-1961)

1. As origens: da fundação do Estudo Geral aos alvares do século XX

A história da Universidade de Lisboa poder-se-ia afigurar relativamente recente dada a sua instituição se ter efectivado no ano de 1911⁴⁰, facto a que acresce a sua localização territorial num *campus* próprio apenas concretizada em meados do século transacto – a Cidade Universitária, necessidade desde logo sentida e que se desejava espelho de outras nações, celebra somente meio século de vida. No entanto, a sua existência remonta às origens medievais da Universidade em Portugal⁴¹, tendo sido na capital que se assistiu ao nascimento dos estudos universitários e, por diversos momentos, Lisboa os albergou e desenvolveu. As escolas superiores criadas e desenvolvidas na capital em Oitocentos constituíram as precursoras directas da Universidade lisboeta e do ensino que a partir da I República aí se ministrou.

O século XIII presenciou o florescimento de Universidades na Europa Ocidental, na sequência de um aperfeiçoamento dos estudos religiosos nas escolas monásticas: instituições surgidas em centros importantes como Bolonha, Paris, Oxford e Salamanca, sobretudo esta última procurada por portugueses, constituíram um mote de empenho para a criação de um Estudo Geral no território nacional. Data de 12 de Novembro de 1288 um documento assinado por diversos eclesiásticos portugueses, em Montemor-o-Novo, solicitando ao Papa Nicolau IV a confirmação da implementação de um Estudo Geral na cidade de Lisboa, justificando a sua necessidade urgente e pedindo autorização para o pagamento de seus mestres e doutores através das rendas de determinados mosteiros e igrejas⁴². Solicitação acedida também pelo Rei D. Dinis, somente volvidos dois anos foi recebida a resposta afirmativa do papa sob forma de uma bula⁴³. As aulas iniciaram, decorrendo em casas próprias no Campo da Pedreira, no local do actual Chiado, construídas especificamente com esse fim a mando do Rei.

⁴⁰ A Universidade de Lisboa foi criada a par da Universidade do Porto através do Decreto com força de lei de 22 de Março de 1911. *Vide Diário do Governo*, nº 68, 24 de Março de 1911, pp. 1261-1262.

⁴¹ Para um estudo mais aprofundado sobre a temática, no período anterior às reformas pombalinas de 1772, veja-se, por exemplo, *História da Universidade em Portugal*, Vol. I, Tomo I (1290-1536) e Tomo II (1537-1771), Coimbra, Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

⁴² Documento reproduzido e transcrito em Artur Moreira de Sá, *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, vol. I: 1288-1377, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1966, pp. 6-9.

⁴³ A bula data de 9 de Agosto de 1290, aprovando as disposições e concedendo os benefícios desejados; desse mesmo ano, uma carta de D. Dinis de 1 de Março demonstra o funcionamento das actividades lectivas ao promover a segurança dos que frequentam o Estudo Geral.

Esta fundação principia, porém, um longo período de vivência instável para a instituição, sucedendo-se transferências entre Lisboa e Coimbra que se arrastam até 1537 – e que deram azo a prolongadas querelas em torno da antiguidade da Universidade, discussões que se estendem até aos nossos dias⁴⁴. Logo em 1308, *O Lavrador* colocou o Estudo Geral em Coimbra⁴⁵, retornando à capital por ordem de D. Afonso IV trinta anos depois; não obstante, este monarca executou nova transferência para Coimbra em 1354. No ano de 1377, após vãs tentativas de mudança do Estudo Geral da Alta para uma área urbana mais liberta em Coimbra, D. Fernando inseriu-o em casas no bairro lisboeta de Alfama, onde permaneceu por cento e sessenta anos. No decorrer desta época, salienta-se o reforço outorgado por D. João I, defendendo que deveria permanecer “perpetuamente o dito Estudo em a dita cidade de Lisboa e não se mude dela (...) para todo o sempre”⁴⁶, bem como o papel do Infante D. Henrique como “protector” do Estudo doando casas na freguesia de S. Tomé para a instalação das aulas; conseqüentemente, deu-se uma sistemática perda de autonomia da Universidade enquanto corporação independente, devido à intromissão monárquica. Ainda neste período, durante a sua regência, D. Pedro terá encetado a instauração do Estudo Geral em Coimbra, sendo que o seu funcionamento não se efectuou.

Apenas no reinado de D. João III, após algum incremento das disciplinas leccionadas por intervenção de D. Manuel I e do contributo de figuras como Pedro Nunes e Gil Eanes durante os Descobrimentos, regressou a Universidade a Coimbra, em 1537, constituindo a única instituição universitária no País até ao advento da I República⁴⁷. Através da acção d’*O Piedoso* encetou-se, para além da transferência, uma vasta reforma universitária que contribuiu para uma estabilidade prolongada, que já anteriormente se vinha preparando; o monarca pretendia fortalecer a intervenção régia na Universidade, até

⁴⁴ Discussão retomada actualmente, a propósito da Comemoração do Centenário da Universidade de Lisboa (2011).

⁴⁵ Cidade de tradição no ensino graças ao Mosteiro de Santa Cruz, escolhida pela sua localização central no território português. Diversas razões seriam apontadas durante as subseqüentes mudanças, tomando como justificação, por exemplo, a turbulência em demasia na movimentada Lisboa, rixas entre estudantes, surtos de peste ou, em Coimbra, a distância face à capital do reino, ausência de alojamento para escolares e pessoal ao serviço da Corte aquando das suas longas estadas e professores estrangeiros recusando-se a viver fora da capital.

⁴⁶ “Carta de D. João, Mestre de Avis, determinando que o Estudo Geral ficasse perpetuamente em Lisboa e não mudasse para Coimbra nem para qualquer outro lugar do Reino (3-X-1384)”, reproduzido em Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, pp. 826-827.

⁴⁷ Curiosamente, em 1531, D. João III evidenciou pretensões de colocar o Estudo Geral em Torres Vedras, ainda antes de transferi-lo para Coimbra e salientando ser impraticável permanecer em Lisboa; opuseram-se os vereadores da vila, sobretudo devido à falta de meios económicos.

então completamente dependente da protecção papal. A Universidade de Coimbra, actualizada e humanista, distinguiu-se, a partir de então, do Estudo medieval. Em meados do século XVI viu a sua hegemonia ameaçada devido à criação da Universidade de Évora, cujo ensino foi acometido à Companhia de Jesus até à sua expulsão no final de Setecentos⁴⁸; porém, a sua existência não foi prejudicada, mantendo o seu prestígio e a exclusividade até ao século XX⁴⁹. Durante este longo período, destaquem-se o impulso construtivo levado a cabo no reinado de D. João V⁵⁰, bem como a acção modernizadora da reforma pombalina, cuja remodelação dos estudos superiores, através promulgação dos Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)⁵¹, encetou, “em meia dúzia de anos”⁵², igualmente uma profunda renovação dos espaços escolares.

Se é possível situar a emergência de uma abertura mental e cultural no século XVIII, concomitante ao aparecimento de Academias⁵³ – sendo um dos seus intuitos principais o progresso da instrução nacional, recebendo alunos –, é apenas no século seguinte que surgem instituições dedicadas exclusivamente ao ensino superior na capital.

Caminhava-se em direcção a novos rumos em termos de ensino, surgindo com êxito Escolas Militares, paralelamente às mudanças que Portugal sofreu devido às convulsões provocadas no seguimento das invasões francesas. O século XIX foi palco de agitações monárquicas, no seguimento da fuga da família real para o Brasil devido às invasões francesas, conjuntura que veio a favorecer um certo abalo na instituição universitária, desde sempre relacionada com a Coroa. Porquanto Coimbra mantivesse a

⁴⁸ A Universidade de Évora foi inaugurada no ano de 1559, tendo o ultimo dia de aulas sido a 8 de Fevereiro de 1759; reabriu somente em 1973.

⁴⁹ A Universidade de Coimbra, nunca entregue aos Jesuítas, detinha a exclusividade sobre o ensino da Medicina e do Direito; na Universidade eborense predominavam os estudos linguísticos e teológicos.

⁵⁰ Alargaram-se os locais da escola, cujo centro foi ocupado pelo majestoso edifício da Biblioteca Joanina, iniciado em 1717; foram também remodeladas a Sala do Exame Privado, as Escadas de Minerva e os aposentos dos reitores

⁵¹ Foi renovado o estudo das disciplinas tradicionais, implementando-se o ensino das ciências naturais e o método experimental, procurando acompanhar a evolução científica iluminista. Este investimento traduziu-se na criação das Faculdades de Matemática e de Filosofia Natural e na remodelação do ensino da Medicina. Como complemento indispensável ao ensino prático da ciência, encarado como ponto fulcral para a formação dos estudantes, foram erigidos o Laboratório Químico, o Gabinete de Física, o Observatório Astronómico e a Imprensa da Universidade. Projectos sob direcção do engenheiro militar inglês Guilherme Elsdén, desenhados na Casa do Risco, aos quais se juntaram o Museu de História Natural e o Jardim Botânico.

⁵² Nuno Rosmaninho, *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006, p. 60.

⁵³ Citem-se a Academia Real de História Portuguesa, criada por decreto em 1720, e a instituição da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1779, que em 1833 se veio a instalar no Convento de Jesus da Ordem Terceira de São Francisco – edifício que lhe seria doado na sequência da extinção das ordens religiosas em 1834.

sua relevância como única Universidade nacional, entretanto em Lisboa surgiram os primeiros, mesmo que fragmentários, indícios de desenvolvimento do ensino superior, que vieram reduzir a influência e a procura de Coimbra. Desenrolaram-se disputas várias⁵⁴, viveram-se anos desordeiros e perturbados subsequentes à Revolução de 1820, com regulares encerramentos da Universidade; ergueram-se, inclusivamente, vozes apologistas da abolição da Universidade “por ser uma instituição inútil”⁵⁵, proposta do liberal Borges Carneiro (1774-1833) nas Cortes. Em adição, o término dos colégios eclesiásticos conimbricenses, consequência da medida liberal de abolir as ordens religiosas, em 1834, levou ao “abandono e à pilhagem de vários imóveis, enquanto outros eram aplicados ou vendidos”⁵⁶.

A questão da instrução pública impôs-se na ordem do dia. Em 1823, Luís Mouzinho de Albuquerque (1792-1846), durante uma estada dedicada aos estudos em Paris⁵⁷, no mesmo ano em que foi nomeado provedor da Casa da Moeda⁵⁸, publicou um projecto de reforma educativa, intitulado *Ideias sobre o estabelecimento da instrução pública dedicadas à nação portuguesa e oferecidas aos seus representantes*. Tendo o autor contactado com o sistema escolar francês, ambicionava uma instrução gratuita em estabelecimentos públicos, que dividia em quatro categorias: escolas primárias, escolas secundárias, liceus e academias⁵⁹. Afirmou-se como defensor da destruição da Universidade, a ser substituída por academias compostas por Faculdades, sediadas em Lisboa, Porto e Coimbra. Estas propostas não foram aceites pelas Cortes liberais, embora se considerasse ser a instrução pública um aspecto da maior importância na administração do Estado. Volvidos alguns anos, era eminente a necessidade de pôr termo à desorganização e às divergências internas que pautavam a Universidade de Coimbra. Guilherme Dias Pegado (1803-1885), lente da Faculdade de Matemática de Coimbra, apresentou um *Projecto de lei de Organização Geral da Universidade de Portugal*, sob

⁵⁴ Para uma apreciação geral dos conflitos, sobretudo internos, na Universidade, vide Luís Reis Torgal, “A Instrução Pública”, José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 5 – “O Liberalismo (1807-1890)”, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 634-645.

⁵⁵ Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, p. 567.

⁵⁶ Nuno Rosmaninho, *op. cit.*, p. 60.

⁵⁷ Permaneceu na capital francesa entre 1820 e 1823, enquanto redactor de um jornal português, *Annaes das sciencias e das letras*, editado pelo seu sogro.

⁵⁸ Cargo outorgado durante a fase miguelista, embora Mouzinho de Albuquerque se afirmasse enquanto adepto do liberalismo; competia-lhe reger as aulas de Física e Química nos laboratórios da Casa da Moeda. Desempenhou-o com êxito dado o seu interesse de longa data pelas ciências experimentais.

⁵⁹ Dava particular relevo ao ensino das ciências, atitude progressista que pouco se compassava com outras propostas de deputados nessas Cortes de 1823. Cf. Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, p. 539.

ministério de Mouzinho de Albuquerque⁶⁰, um ano após regresso do exílio forçado em Brest, devido às suas ideias liberais. Em 1835, Dias Pegado⁶¹ apresentou esse extenso projecto, que não se debruçava apenas sobre aspectos relacionados com a Universidade propriamente dita, mas respeitava a todos os estabelecimentos de instrução pública, que divide em seis estabelecimentos distintos. No caso da formação superior, idealizou seis Faculdades – Letras, Teologia, Jurisprudência, Ciências Exactas, Ciências Físicas, Medicina e Cirurgia – e oito Escolas especiais⁶². Apesar de o redactor se demonstrar preocupado com o progresso do estado da instrução portuguesa e atento à realidade, a proposta não teve futuro. Merece ainda referência o *Projecto de reforma da Instrução Pública*, de 1836, igualmente recusado. Exposto por um lente de Matemática da Academia Real de Marinha, Albino de Figueiredo e Almeida (1803-1858), defende a criação de uma Universidade em Lisboa dotada do ensino de Ciências, Artes e Letras. Vero ataque à secular instituição coimbrã, na medida em que preconiza a abolição do ensino universitário fora da capital.

No que concerne a acções concretas, é incontornável a actividade legislativa de Manuel da Silva Passos (1801-1862), imbuído do espírito do movimento revolucionário setembrista. Passos Manuel, nos escassos meses em que geriu a pasta do Reino, encetou um amplo projecto no sentido da reforma do ensino, iniciado em 1836; abarcou todos os graus, publicando as medidas hierarquicamente, do primário ao superior. No âmbito dos estudos universitários, destaca-se o artigo 72º do seu documento reformador de 5 de Dezembro⁶³, que aparentemente colocava em risco o monopólio de Coimbra como sede exclusiva:

“as Escolas do Ensino Superior serão colocadas nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra, conforme a sua natureza, os fins para que são destinadas, e a oportunidade dos alunos”⁶⁴.

⁶⁰ À data encabeçando a pasta ministerial do Reino, no âmbito do qual se discutiam os assuntos concernentes ao ensino.

⁶¹ Que era também membro da Junta da Directoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino, extinta nesse ano de 1835.

⁶² Fortificação e Artilharia, Escola Naval, Militar, Escolas de Pilotos, de Farmácia, de Comércio, de Belas-Artes, de Artes e Ofícios, e Regimentais (para instrução de soldados).

⁶³ O artigo 72 corresponde ao segundo artigo respeitante ao ensino superior, pois nas três reformas foi utilizada numeração sucessiva sem haver cortes.

⁶⁴ Citado por Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, p. 567.

Embora se denote a intenção de tornar cada pólo distinto pelas disciplinas ministradas, o decreto nada adianta quanto à criação das citadas instituições, que terão de esperar ainda longos anos até à sua concretização. Cinge-se a reforma a questões relacionadas com a Universidade de Coimbra, estabelecendo-lhe cinco Faculdades⁶⁵, encetando uma revisão e actualização científica dos cursos.

Se a citada reforma setembrista não concretizou os meios de implementação de escolas superiores na capital, tal não inviabilizou a emergência dos antecedentes directos do que viria a constituir a futura Universidade de Lisboa. Várias iniciativas estipuladas por Passos Manuel tornaram possível dotar a cidade com equipamentos de ensino modernos, sobretudo aptos para um ensino prático, capazes de competir com a hegemonia coimbrã. Na capital e no Porto haviam, já em 1825, sido criadas por alvará as Escolas Régias de Cirurgia, instaladas nos Hospitais de São José e de Santo António, respectivamente – através de impulso do Cirurgião-Mor do Reino, Teodoro Ferreira de Aguiar (1769-1826), junto de D. João VI. Ambas, por meio de legislação de 29 de Dezembro de 1836, sofreram reforma e alteração de denominação para Escola Médico-Cirúrgica, tendo a cada uma sido anexada uma Escola de Farmácia.

O ministro do reino almejava criar nessas duas cidades escolas análogas à Faculdade de Filosofia de Coimbra, ao que a 11 de Janeiro de 1837 se fundou a Escola Politécnica de Lisboa, seguida pela congénere portuense⁶⁶ dois dias depois. Instituída no âmbito do Ministério da Guerra⁶⁷, funcionava no encerrado Colégio dos Nobres⁶⁸, e destinavam-se os cursos ministrados a preparar os alunos para frequência das escolas de aplicação do Exército e da Marinha. Acresce, como medida de Passos Manuel, a Academia Real de Belas Artes de Lisboa, decretada a 25 de Outubro de 1836, simultaneamente à congénere do Porto. Instalada no extinto Convento de São Francisco da

⁶⁵ Reformulando as seis Faculdades impostas por Pombal, compreendia a Universidade agora as Faculdades de Direito, Medicina, Teologia, Matemática e Filosofia, que se procurou dotar de novas matérias.

⁶⁶ Designada como Academia Politécnica do Porto, visou uma reformulação dos estudos ministrados na Academia Real de Marinha e Comércio daquela cidade.

⁶⁷ Tendo o decreto sido assinado pelo ministro da Guerra, Sá da Bandeira (1795-1876), e pelo ministro da Marinha, Vieira de Castro (1796-1842).

⁶⁸ Antigos terrenos do Noviciado da Cotovia, muito danificado pelo terramoto de 1755, tornado Colégio pelo Marquês de Pombal após a expulsão dos Jesuítas: “Destruído por um grande incêndio, na tarde de 22 de Abril de 1843, conseguiu a Escola reconstruí-lo, à custa de empréstimos contratados com o Banco de Portugal”. José Maria Queiroz Veloso, “A Universidade de Lisboa”, Ernesto Beleza Andrade (coord.), *Anuário da Universidade de Lisboa*, Ano Lectivo 1930-31, Lisboa, Imprensa Portugal-Brasil, 1933, p. 8.

Cidade, pretendeu reunir todas as aulas práticas de Belas Artes existentes⁶⁹; foi dotada de biblioteca própria e colocada sob a alta protecção de D. Maria II e D. Fernando.

As diversas medidas governativas neste curto período de Oitocentos⁷⁰ não colocaram totalmente à margem a iniciativa régia, no que respeita ao incremento do ensino. Embora já numa etapa distinta da monarquia constitucional, concomitante ao movimento regenerador e às acções de incremento nacional fomentadas por Fontes Pereira de Melo, é digno de destaque o impulso pessoal do culto rei D. Pedro V, filho mais velho de D. Maria II e D. Fernando II. A criação do Curso Superior de Letras, em Lisboa, constituiu uma inovação no panorama dos estudos superiores nacionais, que até aí não contemplavam currículos relacionados com a Literatura e a História⁷¹. Instituído por decreto de 30 de Outubro de 1858 e dotado com um fundo monetário no valor de 91.250 contos de réis proveniente de verbas particulares de D. Pedro V, foi estabelecido por carta de lei de 8 de Junho de 1859⁷². Apresentou-se como escola autónoma, ligada à Academia Real de Ciências e integrada nas suas instalações no antigo Convento de Jesus, no Largo de Jesus, perto de São Bento. Proveu-se, assim, a capital de uma instituição única no país, ministrando cursos inexistentes na Universidade – embora se levantassem vozes de protesto contra a sua implementação e localização na capital, longe de Coimbra⁷³. Refira-se, simultaneamente, a prevalência conferida ao ensino técnico industrial, agrícola e comercial, no âmbito do desenvolvimento nacional preconizado pelo Fontismo; insere-se nessa linha o aparecimento do Instituto de Agronomia e Veterinária, em 1864, sucessor da Escola de Veterinária⁷⁴. Em paralelo, criaram-se diversos estabelecimentos

⁶⁹ Medida de vincado espírito prático, para lá de pretender um desenvolvimento do gosto estético, reuniu a Academia extintas aulas de cariz teórico e prático implementadas por Pombal e D. Maria II. Compreendia cinco áreas: Desenho, Pintura, Escultura, Arquitectura e Gravura. Foi também criada uma Academia similar no Porto, surgindo paralelamente, fora da esfera oficial, instituições promotoras da actividade.

⁷⁰ Passos Manuel pediu a demissão em Abril de 1837 e saiu definitivamente do governo em Junho seguinte, perfazendo um total de nove meses como ministro do Reino.

⁷¹ No entanto, propostas para a criação de uma Faculdade de Letras em Coimbra não faltaram: em 1857, por iniciativa do lente de Filosofia José Maria de Abreu (1818-1871), e já em 1874 por António José Teixeira (1830-1900), lente de Matemática – apesar de se demonstrarem ainda bastante arreigadas à noção de cursos de Humanidades como respeitantes a estudos menores, preparatórios.

⁷² *Diário do Governo*, nº 141, 17 de Junho de 1859, p. 834. Porém, apenas foi regulamentado a 14 de Setembro do mesmo ano.

⁷³ Cf. Sérgio Campos Matos, “O Curso Superior de Letras e a vulgarização histórica em Portugal: Projectos em Confronto (1858-1901)”, *Universidade(s). História, Memória, Perspectiva. Actas do Congresso "História da Universidade"*, vol. 1, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso, 1991, pp. 367-388.

⁷⁴ Criada em 1830 por D. Miguel, veio a ser inserida no Instituto Agrícola de Lisboa em 1855.

complementares ao ensino superior, como o Instituto Geofísico⁷⁵ e o Instituto Bacteriológico⁷⁶.

Lisboa viu-se, então, dotada de escolas com carácter militar e técnico, predominando no campo das letras e rivalizando com Coimbra quanto ao ensino médico. No entanto, a última detinha o privilégio dos estudos jurídicos, mantinha o seu prestígio universitário exclusivo e o estatuto pleno do ensino dito “clássico”. Alguns anos ainda teriam de suceder para que fosse satisfeito “o desejo da criação, na capital e no Porto, de instituições que tenham, real e legalmente, valor idêntico ao da Universidade de Coimbra”⁷⁷.

2. Instituição da Universidade de Lisboa em 1911 e consequente acção legislativa

Aumentava o clima de tensão no país à medida que se caminhava em direcção ao final da monarquia; o republicanismo emergente procurava expurgar a fortaleza que era a Universidade de Coimbra, atacando-a de modo feroz, mormente devido à sua vincada doutrinação católica e à sua ligação centenária à monarquia. Tentativas de reforma do ensino superior revelaram-se, porém, inglórias – aponte-se o fracasso da legislação de 24 de Dezembro de 1901⁷⁸, que pretendeu reorganizar a Universidade de Coimbra, mas perpetuou normas e tradições do século XVII, como o juramento dos professores no início do ano lectivo na Real Capela. Sob Governo presidido por Hintze Ribeiro (1849-1907), assinalou-se nesse ano de 1901 um afã legislativo em termos de regulamentação de diversos serviços⁷⁹; porém, no mencionado decreto não se destrinçam modificações importantes no que toca à Universidade. Manteve-se a contestada Faculdade de Teologia, criando-lhe inclusivamente novas cadeiras, atitude similar aos melhoramentos elencados para as restantes Faculdades⁸⁰, o que não respondeu à ambicionada reforma da estrutura institucional por parte da oposição republicana – uma reestruturação que se constituiu “em

⁷⁵ Criado em 1853.

⁷⁶ De 1895, futuro Instituto Bacteriológico de Câmara Pestana.

⁷⁷ Patrícia Santos Pedrosa, *Cidade Universitária de Lisboa (1911-1950): génese de uma difícil territorialização*, Tese de Mestrado em História da Arte/Arquitectura, FCSH-UNL, 2007, p. 19.

⁷⁸ *Diário do Governo*, nº 294, 28 de Dezembro de 1901, pp. 3666-3677.

⁷⁹ Os decretos promulgados nessa véspera de Natal ocuparam muitas páginas no *Diário do Governo*, publicados nos dias sucessivos.

⁸⁰ Eram cinco as Faculdades em Coimbra: Teologia, Direito, Medicina, Matemática e Filosofia, para além do Curso de Farmácia e do Curso de Habilitação para o Magistério Liceal.

rigor, como «pseudo-reforma»⁸¹. Instaurada, a República apostou numa renovação da mentalidade nacional por via escolar, entrando nesta esfera de acção laica a abolição das tradições relacionadas com aspectos religiosos no seio da Universidade coimbrã: por um lado, o término dos juramentos sobre os Evangelhos em diversas ocasiões⁸², por outro, a extinção da Faculdade de Teologia.

O abalo maior sofreu, porém, com o já citado decreto com força de lei de 22 de Março de 1911, que criava “no Território da República, além da Universidade de Coimbra já existente, (...) mais duas Universidades – uma com sede em Lisboa e outra no Porto”⁸³. Cumpria-se, quase um século depois, a proposta renovadora de Luís Mouzinho de Albuquerque. Esta implementação, permitindo uma descentralização do poderio universitário de Coimbra, relaciona-se com uma mais ampla acção reformista e educativa dos primórdios da I República. No que toca à definição de uma política de protecção patrimonial, descentralizadora, supervisionada pelo Estado e separada da Igreja, cite-se a criação dos Conselhos de Arte e Arqueologia, órgãos consultivos correspondentes às circunscrições artísticas então instituídas, Lisboa, Coimbra e Porto⁸⁴; em paralelo, o início do aparecimento de uma rede de museus nacionais e regionais, sob um regrado *corpus* legal, destinada a gerir, em boa parte, o património que o Estado havia herdado em consequência da Lei da Separação do Estado e da Igreja⁸⁵. A reforma do Ensino Universitário coaduna e insere-se nesta via de actuação, pautada por uma intenção de ruptura com o passado monárquico – pretendia-se uma mudança estrutural e uma modernização efectiva do País.

Documento fundador, foi o decreto de 22 de Março assinado por figuras de proa do Governo Provisório: Presidente Teófilo Braga, Ministro do Interior António José de Almeida, Ministro das Finanças José Relvas, Ministro da Guerra António Xavier Correia

⁸¹ Rui Manuel Afonso da Costa, “A Universidade entre o conservantismo e a mudança nos primórdios do século XX”, *Universidade(s). História, Memória, Perspectivas, Actas do Congresso “História da Universidade”*, vol. 1, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso “História da Universidade”, 1991, p. 449.

⁸² Por exemplo, aquando da tomada de posse do Reitor ou dos mestres universitários, ou no momento da primeira matrícula dos estudantes.

⁸³ Artigo 1º, Decreto com força de lei de 22 de Março de 1911, *Diário do Governo*, nº 68, 24 de Março de 1911, p. 1261.

⁸⁴ Os Conselhos de Arte e Arqueologia, instituídos pela I República em 1911 no âmbito do Ministério do Interior, surgiram como substitutos dos anteriores organismos: Comissão dos Monumentos Nacionais (1882-1898), Conselho Superior de Monumentos Nacionais (1900-1902) e Conselho de Monumentos Nacionais (1902-1911).

⁸⁵ Decreto de 20 de Abril de 1911, *Diário do Governo*, nº 92, 21 de Abril de 1911.

Barreto, Ministro da Marinha e Ultramar Amaro de Azevedo Gomes, Ministro dos Negócios Estrangeiros Bernardino Machado e Ministro do Fomento Manuel de Brito Camacho. A lei demonstra, no preâmbulo, vontade de inovação segundo a linha reformadora democrática de prover o ensino a todos os cidadãos portugueses, desejando uma equidade de acesso aos estudos universitários contra a frequência elitista de uma minoria, privilegiada graças aos seus recursos monetários. Assume-se a imperiosa necessidade de instituir um sistema de bolsas de estudo, comprovando o sucesso do exemplo de concessão de subsídios dado por “modernos estados europeus, como a França, Itália, Bélgica, Suíça e as republicas americanas”⁸⁶, por forma a promover a elevação do nível dos estudos. Assim, contribuir-se-ia para o aumento do grau de literacia, sobretudo entre os mais jovens, factor decisivo para o avanço científico, económico e cultural do País, através de uma moderna noção de ensino defensora do experimentalismo contra a mera repetição de fórmulas inquestionáveis. No fundo, um desejo de equiparação às potências mundiais:

“Attentendo a que o exemplo bem patente de outras nações, em condições análogas á nossa, demonstra, com o rigor de uma verdadeira experiencia politica, que este é o processo mais efficaz de promover o rapido desenvolvimento dos povos recém-nascidos para a vida moderna, como o proclama bem alto o successo com que foi posto em pratica pelo Japão e por certos estados Balkanicos e da América do Sul”⁸⁷.

Composto por quarenta e um artigos, apenas o primeiro respeita à mencionada criação de instituições universitárias em Lisboa e no Porto, dotadas de evidente cunho estatal; advertindo que posteriormente se publicaria a sua Constituição, a maior ênfase foi, de facto, colocada na atribuição de bolsas de estudo – liceais e universitárias –, problema considerado urgente colmatar. Para além do auxílio no pagamento das propinas, instituíram-se ainda bolsas que se prestavam ao aperfeiçoamento de estudos no estrangeiro, sendo minuciosamente descrita toda a estruturação, processo de concessão e contrapartidas das bolsas. Seguindo o aval do progresso e preconizando a modernidade almejada pelo novo governo, incute-se ao bolseiro um imprescindível sentido de “aperfeiçoamento da sua educação científica, artistica, moral e social”⁸⁸, formando-o

⁸⁶ Preâmbulo, Decreto com força de lei de 22 de Março de 1911, *op. cit.*, p. 1261.

⁸⁷ *Ibidem, loc. cit.*

⁸⁸ Artigo 26º, Capítulo III, *Ibidem*, p. 1262.

como cidadão, académica e culturalmente preparado para ser útil ao desenvolvimento do País. De notar que, com o novo regime político, o ensino passou do Ministério do Reino para a alçada do recém-criado Ministério do Interior.

A prometida Constituição Universitária não tardou, sendo publicada pela Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial em *Diário do Governo* a 22 de Abril de 1911⁸⁹. Divide-se em dez capítulos distintos, explicitando de início as três finalidades da Universidade, relacionadas com o progresso científico, a preparação para o mundo profissional e a difusão da cultura nacional⁹⁰. Define as três Universidades portuguesas e sua composição⁹¹, enquanto estabelecimentos públicos dependentes e inspeccionados pelo Ministério do Interior e dotados pelo Estado. Assim, a reformada Universidade de Coimbra compreende as Faculdades de Ciências, Letras, Direito e Medicina, e as anexas Escolas de Farmácia e Normal Superior. Lisboa parece destronar o monopólio coimbrão, ao assumir preponderância quanto ao número de Faculdades inclusas: Ciências, Letras, Ciências Económicas e Políticas, Medicina e Agronomia, acrescentando-se as Escolas de Farmácia, Normal Superior e Medicina Veterinária. A congénere portuense constituía-se pelas Faculdades de Ciências, Comércio e Medicina com Escola de Farmácia anexa. O quadro universitário nacional seria, em tempo oportuno e na medida que existissem verbas disponíveis no Tesouro, completado com Faculdades e Escolas Técnicas em falta. Na realidade, só posteriormente se decretou a criação de novas Faculdades e a reforma das existentes, e mesmo assim casos houve em que a concretização após instituição no papel se prolongasse por muito tempo⁹². No seguimento do decreto em análise, insere-se um capítulo dedicado à autonomia universitária, ressaltando ser “confiado às Universidades o seu próprio governo económico e científico”⁹³; não havendo necessidade de supervisão estatal em casos de aquisição ou recepção de bens, pertenciam a posse dos edifícios e material escolar exclusivamente à Universidade⁹⁴. A sua autonomia reflectir-se-ia igualmente em termos económicos, visto que cabia ao Estado garantir o pagamento dos seus professores e funcionários, discernindo-se várias fontes de receita para a instituição,

⁸⁹ Decreto com força de lei de 19 de Abril de 1911, *Diário do Governo*, nº 93, 22 de Abril de 1911, pp. 1638-1640.

⁹⁰ Artigo 1º, Capítulo I, *Ibidem*, p. 1638.

⁹¹ Artigos 3º a 5º, Capítulo I, *Ibidem, loc. cit.*

⁹² Cf. Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, p. 689.

⁹³ Artigo 7º, Capítulo II, Decreto com força de lei de 19 de Abril de 1911, p. 1638.

⁹⁴ Artigos 9º e 10º, Capítulo II, *Ibidem, loc. cit.*

como propinas de inscrição e subsídios conferidos pelos municípios. De facto, procurou este diploma integrar a participação municipal nas actividades universitárias, para seu incremento, através de uma descentralizadora atitude de divisão do País em três circunscrições “directamente interessadas no aperfeiçoamento e ampliação dos respectivos estabelecimentos de ensino”⁹⁵. Importa focar, igualmente, a liberdade concedida quanto à administração e organização do ensino, e o cunho republicano considerando as Universidades laicas e isentas de qualquer confissão religiosa, pois que “a religião só pode ser considerada como objecto de investigação científica e philosophica”⁹⁶. Finalmente, elencam-se minuciosamente os termos de organização dos corpos indispensáveis ao funcionamento académico: Senado, Reitor, Conselhos das Faculdades e Escolas, Assembleia Geral da Universidade, Secretaria e Tesouraria, bem como são explicitados direitos e deveres de professores e estudantes. Atesta-se, portanto, um entendimento das Universidades como organismos bastante independentes, e uma aparente perda da primazia de Coimbra, que apenas lentamente se efectivou. Porém, ao contrário do que as intenções faziam prever, esta complexa regulamentação não foi de imediato passada à prática, pois “embora a maior parte das faculdades e escolas superiores começasse de facto a funcionar nos começos do ano lectivo de 1911-1912, algumas houve que só em anos posteriores conheceram regulamentação e efectividade”⁹⁷. Se a vontade de transformação era imensa, escasseavam os recursos necessários, bem como uma concertada organização e uma relativa estabilidade, tanto política como financeira.

Esclareciam os decretos do primeiro ano do regime republicano sobre diversos aspectos da vida universitária, inexistindo no entanto “uma visão de conjunto cujos dados ficaram dispersos e indefinidos na vasta legislação parcelar dedicada ao assunto”⁹⁸, bem como não era referida a instalação física das novas instituições. Entretanto, surgira necessidade de uma certa mudança, reflexo da instabilidade governativa destes primeiros anos da República e da sua evolução ministerial. Volvidos três anos, foi publicada uma proposta de lei⁹⁹ visando uma reorganização universitária, apresentada na Câmara dos

⁹⁵ Artigo 17º, Capítulo III, *Ibidem, loc. cit.*

⁹⁶ Artigo 14º, Capítulo II, *Ibidem, loc. cit.*

⁹⁷ A. H. Oliveira Marques, “Escolas e Ensino”, Joel Serrão, A. H. Oliveira Marques, *Nova História de Portugal, vol. XI - Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Presença, 1991, p. 558.

⁹⁸ Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, p.692.

⁹⁹ Proposta de lei de reorganização das Universidades, *Diário do Governo*, II série, nº 159, 10 de Julho de 1914, pp. 2503-2506.

Deputados, a 28 de Junho de 1914, pelo Ministro da Instrução, José de Matos Sobral Cid (1877-1941). No prólogo, congratula o anterior decreto como “notável diploma”¹⁰⁰, por ter dotado as Universidades e suas Faculdades com autonomia e recursos financeiros que possibilitaram “em pouco mais de três anos, não só o notável progresso dos laboratórios, bibliotecas, gabinetes de estudo, museus e órgãos de ensino já existentes, mas também a criação de novos institutos e de novas instalações materiais de muito apreciável importância”¹⁰¹. Frisando que nesse curto espaço de tempo maior prosperidade e avanço alcançou a Universidade de Coimbra, graças à sua existência secular, que criara desde longa data um forte espírito universitário – não descurando a decisiva obra republicana nas outras duas instituições; será, porém, a Universidade de Lisboa a principal contemplada nesta proposta de reorganização. Defendendo a necessidade de esclarecer e completar determinados aspectos da Constituição Universitária, Sobral Cid afirma ser imprescindível haver distinção entre as esferas de acção das Universidades, das Faculdades e das Escolas, bem como quanto às suas posses e atribuições. Assim, confirma as três Universidades nacionais, agora dependentes do recentemente criado Ministério de Instrução Pública¹⁰², compreendendo a Universidade de Lisboa:

“sete Faculdades: de Letras, de Ciências, de Medicina, de Direito e Ciências Sociais, de Agronomia, de Medicina Veterinária, de Ciências Técnicas e de Ciências Comerciais; e três escolas de aplicação: a Escola de Farmácia e a de Medicina Tropical, anexas à Faculdade de Medicina, e a Escola Normal Superior, anexa à Faculdade de Letras. O Observatório Astronómico de Lisboa fica anexo à Faculdade de Ciências”¹⁰³.

Aumentava-se consideravelmente o número de Faculdades, sendo a Escola de Medicina Veterinária elevada à condição de Faculdade e integrando-se o Instituto Superior de Agronomia, bem como os Institutos Superior Técnico e Superior de Comércio enquanto Faculdades de Ciências Técnicas e de Ciências Comerciais, respectivamente – não por simples anexação mas através de uma integração ponderada e adaptação¹⁰⁴. A centenária Coimbra manteria a sua organização, ao passo que na Universidade do Porto

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 2503.

¹⁰¹ *Ibidem*, *loc. cit.*

¹⁰² Pela Lei nº 12 da Presidência do Ministério, *Diário do Governo*, nº 156, 7 de Julho de 1913, p. 2509.

¹⁰³ Artigo 3º, Proposta de lei de reorganização das Universidades, *op. cit.*, p. 2506.

¹⁰⁴ Cf. Prólogo, *Ibidem*, p. 2504.

permaneceriam as Faculdades de Medicina, com Escola de Farmácia anexa, e de Ciências que receberia uma Escola de Engenharia, extinguindo-se a anterior Faculdade de Comércio¹⁰⁵. Assim, Lisboa passaria a caso único no país, congregando a vertente clássica – Direito, Letras, Medicina e Ciências – a par da inovação técnica veiculada pelas desejadas inclusões, tornando-a numa das maiores Universidades do mundo e permitindo equipará-la ao avanço científico académico no estrangeiro. Em adição, o Ministro explora a situação do professorado e estabelece a sua remuneração, recorrendo a exemplos internacionais, por forma a evitar discrepâncias significativas entre as diversas instituições de ensino superior¹⁰⁶, prova de uma autêntica intenção democratizadora.

Discerne-se, de facto, uma vontade uniformizadora do ensino superior, considerando que o Instituto Superior Técnico, também criado em 1911¹⁰⁷, ganhara importância tal em Lisboa que os seus professores auferiam vencimentos mais elevados do que os docentes das Faculdades universitárias. Curiosamente, na mesma sessão da Câmara dos Deputados¹⁰⁸ em que entregou este projecto de reorganização das Universidades, o Ministro da Instrução Pública, Sobral Cid, apresentou, para discussão, uma proposta de lei visando a obtenção de um empréstimo inscrito no orçamento de Estado, com fim à construção de raiz de um edifício para o Instituto Superior Técnico. Aparenta ser preponderante a sua instalação, devido às insalubres condições no “mais velho e desmantelado barracão que há em Lisboa”¹⁰⁹, incapazes de responder às suas necessidades pedagógicas¹¹⁰ – ao passo que o planeamento de edificações para a Universidade de Lisboa não é sequer considerada pelo Ministro.

¹⁰⁵ Artigo 4º, *Ibidem*, p. 2506.

¹⁰⁶ Cf. Artigos 6º a 12º, Proposta de lei de reorganização das Universidades, *op. cit.*, p. 2506.

¹⁰⁷ O Instituto Superior Técnico, implementado por impulso do Ministro do Fomento, Brito Camacho (1862-1934), foi decretado a 23 de Maio de 1911 e instalado na Rua da Boavista, ao Conde Barão, na freguesia de São Paulo. Só nos finais de 1930 será integrado na Universidade Técnica de Lisboa, já dotado de novas instalações no topo da Alameda D. Afonso Henriques, projectadas por Porfírio Pardal Monteiro.

¹⁰⁸ Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, 133ª sessão ordinária, 28 de Junho de 1914, pp. 18-20.

¹⁰⁹ *Idem*, *Ibidem*, p. 20.

¹¹⁰ A construção do necessário edifício moderno para o Instituto, capaz de albergar laboratórios e todo o material adjacente ao ensino, é reforçada através do argumento de se poderem empregar numerosos operários da construção civil lisboetas. Afonso Costa confere, na citada sessão, o seu aval de aprovação quanto à inscrição de um empréstimo no orçamento de Estado do ano de 1914/1915 para este projecto. No ano de 1915 – quiçá na sequência destas propostas parlamentares – o arquitecto Ventura Terra (1866-1919) foi encarregado de conceber um projecto para as instalações do Instituto Superior Técnico, que não foi levado a avante. Madalena Cunha Matos inseriu na sua tese de doutoramento uma reprodução desse projecto, posse do IST. Cf. José-Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, 3ª edição, Venda Nova, Bertrand Editora, 1991, p. 241, e Madalena da Cunha Matos, *As Cidades e os Campi. Contributos para o estudo dos territórios universitários em Portugal*, Dissertação para obtenção do Grau de Doutor em Engenharia do Território, UTL-IST, 1999, p. 310.

Não obstante o progresso que poderia vir a representar a implantação desta proposta, não chegou a ser aceite nem se efectivaram as disposições; na sequência, queixaram-se os professores lisboetas da existência de três Universidades de feição clássica em Portugal¹¹¹, lamentando o caducar da proposta de Sobral Cid¹¹². No discurso que proferiu aquando da abertura do ano lectivo de 1915/1916, o Professor Barbosa de Magalhães (1879-1959) reforça, veemente, que

“urge meter dentro da Universidade os estabelecimentos de ensino, que, por todos os motivos, da Universidade devem fazer parte; (...) Esta integração constituirá um ato de justiça e contribuirá para o progresso do ensino, por permitir crear e desenvolver entre esses estabelecimentos profissionais e técnicos e os puramente scientificos, que já pertencem à Universidade, as intimas relações, que devem existir”¹¹³.

É subscrito pelo Professor Pedro José da Cunha (1867-1945), que refere ser necessário integrar na instituição todos os estabelecimentos de ensino superior da circunscrição universitária de Lisboa¹¹⁴, exceptuando as Escolas de Guerra e Naval¹¹⁵. A conjuntura instável do país, em termos políticos, económicos e sociais, contribuiu certamente para a proposta não ser aplicada. Tendo em conta a multiplicidade de Ministros da Instrução até 1918¹¹⁶ e a falta de verbas, que impossibilitava a concessão total das bolsas de estudo, acrescentava-se a natural resistência por parte de professores de Coimbra apegados à tradição pedagógica, bem como pelos melhor remunerados docentes do Instituto Superior Técnico.

Seria, em 1916, retomada a questão da autonomia universitária, através da publicação da Lei nº 616 do Ministério da Instrução Pública¹¹⁷. Próxima da uniformização

¹¹¹ Vide António Joaquim Pereira Machado (coord.), *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1915-1916, 1ª parte, Lisboa, Papelaria Favorita, 1916, p. 11 e *Idem*, *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1916-1917, 1ª parte, Lisboa, Papelaria Favorita, 1918, pp. 5-6.

¹¹² Cujo segundo ministério termina a 12 de Dezembro de 1914, seguindo-se na pasta o Coronel Frederico António Ferreira de Simas.

¹¹³ António Joaquim Pereira Machado (coord.), *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1915-1916, 1ª parte, p. 22.

¹¹⁴ O que incluía o Instituto Superior Técnico, o Instituto Superior de Comércio, o Instituto Superior de Agronomia e a Escola de Medicina Veterinária.

¹¹⁵ *Idem*, *Ibidem*, p. 110.

¹¹⁶ Entre a criação em 1913 e Dezembro de 1918 existiram 17 Ministros da Instrução Pública; na totalidade do período abrangido até ao golpe de 28 de Maio de 1926, contaram-se 49 ocupantes do cargo.

¹¹⁷ Lei nº 616, *Diário do Governo*, I série, nº 122, 19 de Junho de 1916, pp. 607-608.

desejada por Sobral Cid, confere esta legislação às Universidades e Escolas Superiores autonomia pedagógica e financeira similar à do Instituto Superior Técnico e do Instituto Superior de Comércio¹¹⁸, o que atesta a importância própria que estes dois estabelecimentos haviam alcançado. Desta forma, retomando a atribuição da posse de edifícios e material afecto ao ensino às Faculdades e Escolas, implementa “às universidades a [posse] dos prédios que lhe foram especialmente adstritos”¹¹⁹. A autonomia financeira reflecte-se na gestão interna das verbas por parte de cada instituição, ou seja, todas as faculdades e escolas eram obrigadas a concorrer para o valor das despesas gerais da Universidade anualmente fixadas, revertendo os rendimentos sobejantes para os correspondentes estabelecimentos. Sempre sob inspecção dos órgãos do Senado e Conselho Escolar, poderiam aplicá-los como entenderem, inclusive cedê-los a outras instituições universitárias¹²⁰. Seguidamente, impõe-se a organização dos programas curriculares, detalhada e a ser apresentada publicamente; definem-se aspectos de organização e deveres respeitantes a reitores – que “poderão ser reconduzidos indefinidamente”¹²¹, embora não se extinguindo a habitual eleição trienal; professores e órgãos adjacentes¹²², bem como se estipulam as situações de exames¹²³ e a atribuição do grau de doutor.

Esta legislação, mais do que alterar a lei basilar decretada em 1911, pretendeu fundamentalmente modificar e esclarecer determinados pontos administrativos dessa anterior legislação. Atesta-se o espírito progressista republicano e o desejo de regulamentar a realidade do ensino superior português conforme os modernos exemplos internacionais, entendendo o peso das instituições universitárias como “importante fonte cultural do país”¹²⁴. Mesmo que, muitas vezes, as intenções não passassem da sua condição inicial, permanecendo sem efectivação: fruto da ainda incipiente aceitação da Universidade no panorama nacional, para lá da tradicional Coimbra – e mesmo esta era posta em causa –, e igualmente da instabilidade governativa. Constantes afrontas e oposições nos debates parlamentares, argumentando com as dificuldades financeiras que assolavam Portugal, contribuíram decerto para o lento progresso das Faculdades e para se

¹¹⁸ Artigo 1º, *Ibidem*, p. 607.

¹¹⁹ Artigo 2º, *Ibidem*, *loc. cit.*

¹²⁰ Cf. Artigo 3º, *Ibidem*, *loc. cit.*

¹²¹ Artigo 7º, *Ibidem*, *loc. cit.*

¹²² Cf. Artigos 4º a 11º, *Ibidem*, pp. 607-608.

¹²³ Artigos 13º a 15º, *Ibidem*, p. 608.

¹²⁴ Patrícia Santos Pedrosa, *op. cit.*, p. 39.

encarar a sua instalação como assunto de resolução secundária. Aliás, à semelhança de outros projectos adiados, como foi, por exemplo, o caso da criação de um Panteão Nacional onde, à semelhança de outros países europeus, se pudesse prestar homenagem a algumas das mais distintas personalidades portuguesas: em 1916 foi decretado esse destino à Igreja de Santa Engrácia¹²⁵, em Lisboa, cuja construção iniciada no século XVII permanecia inacabada até então. A I República não foi capaz de efectivar o término, esperando-se até ao ano de 1966, já no ocaso do regime estadonovista, pelo fim do mito das “obras de Santa Engrácia” e pela sua adaptação a Panteão Nacional¹²⁶.

3. A premência de edifícios condignos ao moderno ensino superior

Comprova-se que os supracitados decretos nada adiantaram em concreto a respeito da instalação física das Faculdades e Escolas Superiores que implementaram no território nacional¹²⁷. A resolução do problema afigurava-se urgente desde a fundação, e para os casos de Lisboa e Porto, o Ministro do Interior, António José de Almeida (1866-1929), nomeou logo nesse ano de 1911 uma comissão composta por professores das respectivas instituições para, em cada uma das cidades, se estudar e propor “no mais curto prazo de tempo, as condições necessárias para a instalação da Universidade”¹²⁸. Os membros escolhidos foram, no caso de Lisboa, os professores Adriano Augusto de Pina Vidal¹²⁹, Dr. António dos Santos Lucas¹³⁰, Carlos Bello de Moraes¹³¹, Francisco Soares Branco Gentil¹³², José Evaristo de Moraes Sarmiento¹³³, José Maria de Queiroz Veloso¹³⁴ e José Veríssimo de Almeida¹³⁵. A 18 de Setembro desse ano, o Professor Queiroz Veloso (1860-1952) enviou um ofício ao Reitor da Universidade de Lisboa, comunicando que através do despacho de dia 1 desse mês se “autorizou a instalação dessa Universidade no

¹²⁵ Classificada, por acção republicana em 1910, como Monumento Nacional. No entanto, até 1954 foi ocupada por uma fábrica militar de calçado, tendo-se instalado o Exército no templo no séc. XIX.

¹²⁶ Sobre este assunto, *vide* o catálogo Maria João Neto (coord. ed.), *Obras de Santa Engrácia. O Panteão na República/The building Works of Saint Engratia. The Pantheon under the Republic*, Lisboa, Ministério da Cultura/IGESPAR, 2010.

¹²⁷ Embora a lei nº 616, de 19 de Junho de 1916, refira a posse dos edifícios adstritos, não questiona nem especifica essa instalação.

¹²⁸ Despacho de 5 de Junho de 1911, *Diário do Governo*, nº 131, 6 de Junho de 1911, p. 2425.

¹²⁹ Adriano Augusto de Pina Vidal (1841-1919), Director da Faculdade de Ciências.

¹³⁰ António dos Santos Lucas (1866-1923), Professor da Faculdade de Ciências.

¹³¹ Carlos Bello de Moraes (1867-1933), Director da Faculdade de Medicina.

¹³² Francisco Soares Branco Gentil (1878-1964), Professor da Faculdade de Medicina.

¹³³ José Evaristo de Moraes Sarmiento (1843-1930), Director da Escola Superior de Farmácia.

¹³⁴ José Maria de Queiroz Veloso (1860-1952), Director da Faculdade de Letras.

¹³⁵ José Veríssimo de Almeida (1834-1915), Director do Instituto de Agronomia e Veterinária.

edifício sito na Praça do Brasil, pertença do Estado (Ministro das Finanças) onde funciona o asilo da Conceição cujas educandas permanecerão por enquanto”¹³⁶. Este asilo de recolhimento, sob protecção da Casa Pia, ocupava o extinto Convento das Trinitárias do Rato desde 1895¹³⁷. Pouco parece ter sido realmente efectivado pela comissão lisboeta no sentido de incrementar as instalações, pois no que respeita à sua Universidade funcionavam as suas Faculdades e escolas – Faculdades de Ciências, Letras, Ciências Económicas e Políticas, Medicina e Escolas de Farmácia, Normal Superior, Agronomia e Medicina Veterinária – em edifícios preexistentes, numa sequência directa das antecessoras. Prolongou-se a estadia em condições precárias ao funcionamento lectivo por largos anos até ao advento do regime estadonovista, e como veremos bem para além disso. No fundo, mesmo dotadas de estatuto universitário, “as Faculdades ficaram onde estavam quando simples escolas ou cursos: em edifício próprio – as mais antigas; em casas de empréstimo ou de aluguer – as mais modernas, e as que surgiram com o organismo central, ou após ele”¹³⁸.

A Faculdade de Medicina¹³⁹, herdeira da Escola Médico-Cirúrgica, funcionava desde 22 de Novembro de 1911¹⁴⁰ num edifício¹⁴¹ no Campo Mártires da Pátria. Este, ocupava o lugar da antiga Praça de Touros de Sant’Ana¹⁴², tendo sido inaugurado em Abril de 1906¹⁴³, por ocasião do 15º Congresso Internacional de Medicina. Deixava assim

¹³⁶ Ofício reproduzido em *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1913-1914, Lisboa, Tipografia Casa Portuguesa, 1914, p. 118.

¹³⁷ Não se conseguiu aferir se foi realmente concretizada a mencionada instalação da Universidade. À falta de mais documentação respeitante ao assunto, crê-se ter sido uma proposta sem futuro. Poder-se-ia tratar, inclusivamente, de uma referência para colocação dos Serviços Centrais e Reitoria, sem casa própria e, assim, localizada relativamente perto das Faculdades – facto que não extravasa a suposição.

¹³⁸ João da Silva Correia, *A Cidade Universitária*, Separata das Conferências sobre Problemas de Urbanização realizadas no Salão Nobre dos Paços do Concelho, Nov.1934-Jan.1935, Lisboa, S. Industriais C.M.L., 1936, p. 13.

¹³⁹ Esta Faculdade foi a primeira contemplada por legislação republicana, aquando da reforma do ensino médico, pelo Decreto com força de lei de 22 de Fevereiro de 1911. *Diário do Governo*, nº 45, 24 de Fevereiro de 1911, pp. 742-745.

¹⁴⁰ Oito meses após a sua integração como Faculdade na Universidade de Lisboa.

¹⁴¹ “O projecto inicial é do arquitecto José Maria Nepomuceno e do engenheiro Cabral Couceiro, substituídos depois pelo arquitecto Leonel Gaia, que deu uma variante ao primeiro risco, e pelos engenheiros Abecassis e Borges de Castro”. Norberto Araújo, *Peregrinações em Lisboa*, Livro IV, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, [1938], p. 33.

¹⁴² Estivera a praça de touros, construída em madeira, nesse lugar desde 1831, passando então a situar-se no Campo Pequeno. Cf. António Joaquim Pereira Machado (coord.), *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1915-1916, 2ª parte, Lisboa, Imprensa Livraria Ferin, 1917, p. 53.

¹⁴³ Inaugurado em 1906, havia porém já em 1890 saído uma portaria que decretava a concepção de um projecto e seu orçamento para a criação de um edifício destinado à Escola Médico-Cirúrgica.

o anexo no Hospital de São José¹⁴⁴, para ser ministrado o ensino num prédio erigido propositadamente, decorado profusamente com trabalhos de artistas de renome. Laboraram neste empreendimento os pintores Veloso Salgado¹⁴⁵, Columbano Bordalo Pinheiro¹⁴⁶, João Vaz¹⁴⁷, José Malhoa¹⁴⁸, António Ramalho¹⁴⁹, Jorge Colaço¹⁵⁰ e o escultor Moreira Rato¹⁵¹. Denota-se um vincado intento decorativo, paralelamente pedagógico e de elogio da Medicina, no que respeita às artes plásticas integradas neste equipamento destinado ao ensino superior. Esta concepção de aplicação de obras artísticas no espaço arquitectónico, contribuindo para a sua valorização e provindo trabalho a artistas de reconhecido mérito, assemelha-se ao modelo de integração que será desenvolvido pelo regime do Estado Novo, como veremos. O edifício era ainda elogiado pelo Reitor da Universidade João Maria de Almeida Lima (1859-1930) em 1916: “Quem visite as soberbas instalações dessa Faculdade, aonde brilham todos os requisitos do ensino moderno profissional, levará a impressão que (...) honra o país”¹⁵². Como complemento indispensável do ensino, funcionavam aulas específicas no Hospital de Santa Marta.

Nas dependências da Faculdade de Medicina integrava-se ainda a Escola Superior de Farmácia, já no ano de 1915 “sem expansão alguma possível, não podem as suas instalações deixar de ser deficientíssimas”¹⁵³, ao que se juntava a falta de docentes

¹⁴⁴ Cf. S. da Costa Sacadura, J. T. Montalvão Machado, *Andanças do Ensino Médico na capital. Do Hospital Real de Todos-os-Santos ao Hospital de Santa Maria*, Separata de *O Médico*, nº 697, Porto, Tipografia Sequeira, 1965, pp. 37-38.

¹⁴⁵ Coube a José Veloso Salgado (1864-1945) pintar um enorme friso, a fresco, na Sala dos Actos Grandes, narrando a História da Medicina desde a Antiguidade, com foco em determinados pontos-chave da sua evolução e assinalando figuras como Pasteur e os médicos portugueses Sousa Martins e Câmara Pestana.

¹⁴⁶ A Escola Médico-Cirúrgica incumbiu Columbano Bordalo Pinheiro (1857-1929) de retratar dezanove ilustres Professores, todos no activo na altura: quatro telas de grandes dimensões ornavam a Sala do Conselho. Entre 1954 e 1956, foram levadas para o novo edifício da Faculdade, na Cidade Universitária, estando actualmente expostas na área da Direcção.

¹⁴⁷ João Vaz (1859-1931) foi encarregue de pintar o tecto da Sala dos Actos Grandes, tendo também realizado pintura de cavalete para diversas salas.

¹⁴⁸ A José Malhoa (1855-1933) encomendou-se um enorme retrato do Rei D. Carlos, patente na Sala dos Actos Grandes; pintou ainda o tecto da Sala dos Júris.

¹⁴⁹ António Ramalho (1858-1916) concebeu pinturas em tela para algumas salas.

¹⁵⁰ Jorge Colaço (1868-1942) criou cinco painéis de azulejos historiados para a Sala dos Passos Perdidos, representando diversos episódios da História da Medicina, sobretudo portuguesa.

¹⁵¹ Moreira Rato (1860-1937) executou doze medalhões em mármore que adornavam o exterior do edifício, representando notáveis Professores, portugueses e estrangeiros, cuja actividade docente fora iniciada antes de 1836. Actualmente, tal como algumas das elencadas peças, são pertença da Faculdade de Medicina de Lisboa, que as conserva no corredor e *hall* da Aula Magna.

¹⁵² António Joaquim Pereira Machado (coord.), *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1916-1917, 1ª parte, Lisboa, Papelaria Favorita, 1919, p. 8.

¹⁵³ António Joaquim Pereira Machado (coord.), *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1915-1916, 1ª parte, Lisboa, Papelaria Favorita, 1917, p. 177.

impedindo qualquer ampliação ou melhoramentos a nível do ensino. A Escola de Farmácia permaneceria agregada a Medicina mesmo após ter recebido o estatuto de Faculdade, em 1921¹⁵⁴, instalada em edifício contíguo, nos terrenos da Quinta da Torrinha, ao Campo Grande, embora distinto do de Medicina.

Seguindo o caminho trilhado pelo Curso Superior de Letras, a Faculdade de Letras¹⁵⁵ permaneceu instalada na Academia Real das Ciências, que se mudara para o extinto Convento de Jesus, em 1834. A Faculdade ocupava “a parte oeste (...), com seus claustros”¹⁵⁶, sofrendo desde início das suas actividades lectivas a inconveniência destas instalações – a imediata afluência de elevado número de alunos levou ao sobrepopoamento do edifício nos primeiros anos lectivos, incapaz de se coadunar com as modernas necessidades do ensino e a diversificação crescente dos *curricula*. Lastimava o Reitor Almeida Lima, aquando da abertura do ano académico, em 1915, a instalação da Faculdade “por favor numa espécie de corredor, amavelmente cedido pela Academia das Ciências”¹⁵⁷. Insistia continuamente no ano seguinte que esse “lúgubre corredor”¹⁵⁸ enclausurava os estudantes, cuja

“deprimente insuficiência de sua instalação, tanto mais inconveniente quanto essa Faculdade tem como objectivo principal a preparação do professorado secundário e deveria ser portanto uma Faculdade Modelo”¹⁵⁹.

Repetia este desgosto o Professor Pedro José da Cunha, no ano de 1917, por estar a Faculdade impropriamente “confinada num antigo edifício público, onde não há possibilidade de montar os laboratórios e gabinetes de trabalho, que são indispensáveis para um ensino verdadeiramente universitário”; o tom cáustico aumentava na crítica de João da Silva Correia (1891-1937) aos “ignóbeis edifícios”¹⁶⁰, acusando a instalação

¹⁵⁴ Decreto nº 7238, *Diário do Governo*, I série, nº 12, 18 de Janeiro de 1921.

¹⁵⁵ A primeira organização dos seus planos de estudos deu-se com o Decreto com força de lei de 9 de Maio de 1911. *Diário do Governo*, nº 109, 11 de Maio de 1911, pp. 1905-1907.

¹⁵⁶ Norberto Araújo, *op. cit.*, Livro V, p. 49.

¹⁵⁷ António Joaquim Pereira Machado (coord.), *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1915-1916, 1ª parte, p. 13.

¹⁵⁸ *Idem*, *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1916-1917, 1ª parte, p. 7.

¹⁵⁹ *Idem*, *Ibidem*, p. 8.

¹⁶⁰ *Idem*, *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1917-1918, 1ª parte, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920, p. 81.

“num troço subalterno dum casarão conventual”, no qual se entrava
“melodramaticamente por um túnel, e em que a única aula que tem ar e luz funciona
paredes meias com uma estrebaria, donde (...) reboam (...) os zurros impertinentes dos
burros”¹⁶¹.

À falta de espaço provocada pela frequência dos estudantes, na ordem dos 80
inscritos nesse ano lectivo de 1917/1918¹⁶², acrescia a impossibilidade de dotar a exígua
instituição com material necessário e de instalar condignamente a biblioteca, devido à
ausência de recursos “que ao Estado compete proporcionar”¹⁶³. Mencione-se
complementarmente a inclusão da Escola Normal Superior nas suas indigentes instalações
em 1916, bem como, já anteriormente, em 1913, a anexação pedagógica à Faculdade do
Museu Etnológico Português, embora funcionando em espaço diferenciado¹⁶⁴.

A Faculdade de Ciências, estabelecida a 12 de Maio de 1911¹⁶⁵ e regulamentada a
22 de Agosto do mesmo ano, instalou-se no edifício da antecessora Escola Politécnica,
anterior Colégio dos Nobres, que em 1761 ocupara o extinto Noviciado da Cotovia,
dotado de jardim e laboratórios. Compreendia também as instalações da Reitoria e da
Faculdade de Letras – que se pretendiam provisórias, mas foram permanecendo no local
durante as subseqüentes décadas. Provida de condições materiais de excepção, apesar da
constante necessidade de incremento de laboratórios e gabinetes de investigação, o
número de alunos decresceu, porém, naturalmente, à semelhança do que se registou nos
restantes estabelecimentos, durante os anos da I Guerra Mundial aquando da mobilização
portuguesa, “dando-se até a curiosa circunstância dalguns deles [cursos] ficarem sendo
frequentados quási exclusivamente por senhoras”¹⁶⁶. A Faculdade seria ampliada, em
1917, através de um pavilhão anexo inaugurado a 15 de Outubro¹⁶⁷, e mostrava-se como

¹⁶¹ *Idem, Ibidem, loc. cit.*

¹⁶² Cf. Carneiro Pacheco, *Relatório sobre as mais precárias instalações da Universidade de Lisboa*, Separata dos *Arquivos da Universidade de Lisboa*, Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional da Publicidade, 1934, Doc. nº 7.

¹⁶³ *Idem, Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1917-1918, 1ª parte, p. 92.

¹⁶⁴ Criado em 1893 como Museu Etnográfico Português, foi por decreto de 16 de Agosto de 1913 anexado pedagogicamente à Faculdade de Letras, ficando igualmente dependente da Repartição da Instrução Universitária e funcionando em Belém.

¹⁶⁵ Decreto com força de lei de 12 de Maio, *Diário do Governo*, nº 112, 15 de Maio de 1911, pp. 1966-1967.

¹⁶⁶ António Joaquim Pereira Machado (coord.), *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1917-1918, 1ª parte, p. 25.

¹⁶⁷ *Idem, Ibidem*, p. 9.

exemplo a seguir para a comunidade académica graças ao notável aperfeiçoamento científico produzido:

“desenvolvem-se os laboratórios onde se empregam os mais preconizados métodos do Ensino Experimental, enriquecem-se os museus que já constituem um motivo de orgulho Nacional, exerce-se uma decisiva acção no estudo da Meteorologia, fundamental na organização sistemática de importantíssimos da actividade económica, como o são a Agricultura, a hidráulica, o turismo, etc.”¹⁶⁸.

Afigura-se como estabelecimento com as melhores condições nestes anos de 1910, que “acontecem para as instalações das Ciências sem grandes constrangimentos”¹⁶⁹.

Da análise da legislação criadora da Universidade de Lisboa de 1911 se depreende que não se instituiu na capital uma Faculdade de Direito tal como a que existia em Coimbra. Em 1913 é alterada a designação da Faculdade de Ciências Económicas e Políticas da capital para Faculdade de Estudos Sociais e de Direito, dotada pelo Ministério do Interior com uma verba de 15.000\$00 para sua organização¹⁷⁰, e assim criando o curso de Direito em Lisboa. O seu funcionamento foi regulamentado a par da Faculdade de Direito de Coimbra, a 4 de Setembro seguinte¹⁷¹, sendo instalada de início no edifício da Faculdade de Ciências onde as “aulas funcionaram até 19 de Abril de 1914”¹⁷². Nessa altura, alugou-se um palacete no Campo Mártires da Pátria, pertença dos herdeiros do 2º Visconde de Valmor¹⁷³, escolha infeliz e imprópria, que não era sequer edifício do Estado, mas mera moradia particular arrendada – sendo um “prédio esplêndido, carece no entanto condições para nele se instalar um estabelecimento de ensino desta ordem”¹⁷⁴. Encontrava-se em mau estado de conservação, e encarava-se ser necessário proceder à escolha de um novo alojamento capacitado para receber o acréscimo de estudantes previsto, “sendo muito para desejar que seja propositadamente construído, em local próprio”¹⁷⁵. Porém, sem concretização, repetindo-se no ano lectivo seguinte que

¹⁶⁸ *Idem*, *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1916-1917, 1ª parte, p. 7.

¹⁶⁹ Patrícia Santos Pedrosa, *op. cit.*, p. 23.

¹⁷⁰ Lei Orçamental de 30 de Junho de 1913, Artigo 7º, *Diário do Governo*, nº 151, 1 de Julho de 1913, p. 2412.

¹⁷¹ Decreto nº 118, *Diário do Governo*, nº 207, 4 de Setembro de 1913, p. 3339-3347.

¹⁷² António Joaquim Pereira Machado (coord.), *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1915-1916, 1ª parte, p. 32.

¹⁷³ *Idem*, *Ibidem*, p. 54

¹⁷⁴ *Idem*, *Ibidem*, loc. cit.

¹⁷⁵ *Idem*, *Ibidem*, p. 55.

“não corresponde às necessidades do presente, e muito menos às que se prevêem num próximo futuro. As dispendiosas instalações e mudanças; a renda pesada de grandes edifícios que a instalação da Faculdade exige, determina um dispêndio anual, que se não for suficiente poderia concorrer em grande parte para o pagamento da amortização e juro dum empréstimo para a construção dum edifício próprio”¹⁷⁶.

Independentemente da oposição às adaptações em construções preexistentes para desenvolvimento da Faculdade, permaneceria longos anos neste edifício de aluguer, incapaz de albergar o crescente número de alunos – já se contavam 114 em 1913¹⁷⁷ – por ser insuficiente em termos de salas para as actividades lectivas e de estudo.

Idêntico destino pautou a existência da Reitoria nesta primeira década, não possuindo a Universidade de Lisboa sequer edifício próprio para albergar os seus serviços centrais de secretariado e tesouraria – situação que se viria a estender pelos cinquenta anos subsequentes à sua criação. Encontrava-se a Reitoria instalada

“acanhadamente em duas salas que deve á benévola generosidade da Faculdade de Ciências. É uma situação de miséria humilhante quando os estrangeiros nos visitam, e a que portanto urge atender”¹⁷⁸.

Embora os decretos legislativos aparentassem conferir primazia à recentemente criada Universidade de Lisboa e os estudantes afluíssem em larga escala, o facto é que a sua afirmação se mostrava bastante difícil, mantendo a tradicional Coimbra o seu prestígio e primazia. “As novas Universidades de Lisboa e Porto não ganharam a consideração popular”¹⁷⁹, olhadas com desconfiança como “intrusas, criações artificiais de um governo revolucionário”¹⁸⁰, e poderá esta realidade ter contribuído para a morosa implementação da sua sede. Não existia um salão nobre, um núcleo central da Universidade para eventos como as aberturas solenes dos anos lectivos ou a atribuição de graus académicos, não tinha a Reitoria “face pública, (...) local onde o Reitor, no cimo do seu papel de magno

¹⁷⁶ *Idem, Ibidem*, pp. 13-14.

¹⁷⁷ Cf. Carneiro Pacheco, *op. cit.*, p. 4.

¹⁷⁸ António Joaquim Pereira Machado (coord.), *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1915-1916, 1ª parte, p. 14.

¹⁷⁹ A. Celestino da Costa, *A Universidade portuguesa e o problema da sua reforma*, conferências feitas em 19 e 22 de Abril de 1918 a convite da Federação Académica de Lisboa, Porto, Tipografia Renascença Portuguesa, 1918, p. 8.

¹⁸⁰ *Idem, Ibidem, loc. cit.*

representante da universidade, pudesse receber ou reunir-se com figuras importantes, tanto nacionais como internacionais”¹⁸¹.

Muito se ressentia o corpo docente quanto às condições precárias em que se via obrigado a leccionar e investigar. O Reitor Almeida Lima, em 1915, embora louvasse ser “sem dúvida uma das ações da República digna de se immortalizar, a da criação das Universidades”, deplorava o facto de o Governo não perpetuar os seus feitos através de via monumental no solo pátrio; alertava não se tratar de mera questão sentimental, “ainda que digna de interesse, porque a construção dalguns edifícios Universitários impõe-se como medida económica”¹⁸². Logicamente, esta conjuntura criara um clima de insatisfação no panorama universitário lisboeta. Os Professores alicerçavam-se em exemplos de outras nações, como a Alemanha, precursora da extensão universitária às exigências do país e progressiva cientificamente, e os Estados Unidos da América, dotados de Universidades que eram “verdadeiras cidades”¹⁸³ integrando edifícios, jardins, laboratórios, museus e campos desportivos, para justificar a necessidade de expansão do espírito universitário na capital e colmatar a falta de instalações. Num ambiente de edifícios relativamente dispersos em que o contacto entre si era escasso, como se não agregados para o mesmo objectivo comum, sem casa própria que fomentasse o conhecimento tanto entre professores da instituição como a vinda de estrangeiros para conferências, debates, troca de ideias para acompanhamento da evolução científica internacional, lamentava-se ter a Universidade “uma pequena alma e nenhum corpo (...) falta [-lhe] por completo a anatomia, de que resulta uma vida sem esteio, sem finalidade”¹⁸⁴.

Ainda durante a Grande Guerra, em Abril de 1918, Augusto Celestino da Costa (1884-1956), professor da Faculdade de Medicina de Lisboa formado em Coimbra, proferiu duas conferências a pedido dos estudantes, versando sobre a problemática da reforma universitária em Portugal, a poucos meses da publicação de um novo Estatuto Universitário¹⁸⁵. Defensor de uma transformação radical do ensino superior português¹⁸⁶,

¹⁸¹ Patrícia Santos Pedrosa, *op. cit.*, p. 24.

¹⁸² António Joaquim Pereira Machado (coord.), *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1915-1916, 1ª parte, p. 13.

¹⁸³ *Idem*, *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1916-1917, 1ª parte, p. 30.

¹⁸⁴ *Idem*, *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1917-1918, 1ª parte, p. 36.

¹⁸⁵ Estipulado sob presidência de Sidónio Pais pelo Decreto nº 4554 de 6 de Julho de 1918, colocava as três Universidades portuguesas sob dependência e direcção da Secretaria de Estado da Instrução Pública.

¹⁸⁶ Cf. A. Celestino da Costa, *op. cit.*, pp. 8-9.

dada a ainda má aceitação das novas instituições por parte da Nação, esclarece ser o ensino universitário fundamental para se renovarem os precedentes patamares lectivos e assim contribuir para a evolução do país. Demonstra conhecimento real acerca da história universitária em Portugal, bem como se testemunha o seu entendimento acerca da evolução no campo internacional – Alemanha, França, Inglaterra, Itália, incidindo inclusivamente sobre os Estados Unidos da América. Debruça-se também sobre a questão do professorado e dos métodos de ensino, bem como opina acerca das bolsas de estudo existentes. De particular importância é o seu discurso ter igualmente em atenção a questão da incorporação das escolas técnicas na Universidade de Lisboa, proposta em 1914; considerando-a como hipótese viável devido à sua existência recente, e desejando-se como promotora do moderno ensino, encara-a porém de difícil concretização prática tendo em conta o regime de estudos e recrutamento de docentes totalmente diferente, a par do distinto espírito institucional¹⁸⁷. Denota-se a sua clara preocupação concernindo as insuficientes instalações da Universidade de Lisboa, pois delas depende essa almejada reorganização universitária:

“É necessário criar a nova Universidade com os seus edifícios situados perto uns dos outros, os seus institutos, laboratórios e clínicas feitas de novo e expressamente”¹⁸⁸.

O desenvolvimento da Universidade passaria, assim, pela inserção das suas Faculdades e restantes constituintes numa envolvente construída de raiz para conjugá-la – evidente vontade de agregação num pólo demarcado, exemplo da modernidade conglomerando as diversas disciplinas. Para a sua concretização, aborda o eterno problema económico que pautará a construção da Cidade Universitária na capital, pois assume-se como investimento dispendioso de “alguns milhares de contos”. Tal empresa obrigaria logicamente a algum sacrifício nacional em termos financeiros, situação a que a população já se habituara, consequência do estado de guerra europeu:

“estamos metidos numa guerra colossal e (...) o bom nome da Nação exige que honremos os nossos compromissos. O custo da Universidade seria inferior ao que actualmente gastamos por mês na grande guerra. Que ao terminar a guerra a Nação faça o sacrifício de supor que ela durou mais um mês e a Universidade far-se-á...”¹⁸⁹.

¹⁸⁷ *Idem, Ibidem*, p. 42.

¹⁸⁸ *Idem, Ibidem*, p. 71.

¹⁸⁹ *Idem, Ibidem*, p. 72.

Impunha-se, paralelamente à melhoria dos estabelecimentos lectivos, zelar pelo bem-estar dos estudantes e suas condições de vida, que se afiguravam péssimas para os vindos de outras zonas do país: faltavam as residências de estudantes, apontando Celestino da Costa um exemplo madrileno de residência que visitara, sob tutela da Junta de Ampliação dos Estudos, cujos moldes de higiene e conforto deveriam ser seguidos¹⁹⁰. À semelhança deste importante testemunho, por várias vezes os professores da capital repetiam o seu conhecimento sobre casos universitários internacionais, expondo os edifícios e todos os apetrechos técnicos com que eram dotados¹⁹¹, por forma a ilustrar a precariedade de existência da Universidade de Lisboa, visto que esses

“modelos estrangeiros abriam as portas da possibilidade, ou melhor, do desejo de uma instituição universidade lisboeta com todas as condições e dignidade, tão preparada e sã como as melhores”¹⁹².

No mês de Julho desse ano de 1918, sob presidência de Sidónio Pais, foi dado um passo que parecia atender às avultadas queixas em relação às insustentáveis condições de instalação da Universidade de Lisboa, no seio do clima politicamente instável que regrava Portugal. Nomeia-se uma comissão, no dia 4, para a urgente “escolha de terreno para construir os edifícios da Faculdades de Letras e de Direito (...) e para construir o corpo central administrativo da mesma Universidade”¹⁹³. Constituir-se-ia por sete elementos: o reitor da Universidade de Lisboa, Dr. Pedro José da Cunha, o professor e director da Faculdade de Letras, Dr. José Maria de Queiroz Veloso, o professor e director interino da Faculdade de Direito, Dr. António Abranches Ferrão, o secretário da Universidade, António Joaquim Pereira Machado, o inspector geral da sanidade escolar, Dr. Sebastião Cabral da Costa Sacadura, o engenheiro Augusto Vieira da Silva e o arquitecto Raul Lino. Esta portaria, por “ter saído incompleta e com inexactidão”, foi reforçada a 9 de Agosto seguinte, frisando ser da competência da instituída comissão “proceder à escolha do

¹⁹⁰ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 72-74.

¹⁹¹ *Vide*, por exemplo, António Joaquim Pereira Machado (coord.), *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1916-1917, 1ª parte, pp. 6 e 30.

¹⁹² Patrícia Santos Pedrosa, *op. cit.*, pp. 31-32.

¹⁹³ Portaria da Secretaria de Estado da Instrução Pública de 4 de Julho de 1918, *Diário do Governo*, II série, nº 158, 8 de Julho de 1918, p. 2182.

terreno para a construção daquele edifício e de elaborar e apresentar, no mais curto prazo, o respectivo projecto e orçamento”¹⁹⁴.

Da leitura do texto, destaca-se a ideia de edificação de raiz de um prédio único que albergasse os três casos mais necessitados¹⁹⁵, bem como a assunção do nome de Reitoria para o inexistente corpo central administrativo. Atentando nas figuras incumbidas de pertencer à comissão, verifica-se uma vontade de abertura¹⁹⁶ quanto ao tratamento destes assuntos, próprios da Universidade, na medida em que são chamados para o projecto pessoas externas à instituição. Surgem o engenheiro Augusto Vieira da Silva (1869-1951), olisipógrafo pertencente à Associação dos Arqueólogos Portugueses, ligado à carreira administrativa¹⁹⁷, e o viajado arquitecto Raul Lino (1879-1974), que fizera a sua formação na Alemanha com Albrecht Haupt¹⁹⁸ e criara a insígnia da Universidade de Lisboa¹⁹⁹. Personagens ligadas à cidade, dotadas de conhecimentos teóricos e práticos nos campos da engenharia e da arquitectura, o que lhes conferia credibilidade no âmbito da matéria em estudo. Este aspecto diferencia esta comissão de estudo da primeira, instituída em Junho de 1911, da qual constavam apenas professores da casa e que não veio a concretizar a sua incumbência²⁰⁰. Porém, embora dotada de técnicos exteriores que representavam a sociedade para além do foro académico, estando os membros convictos da necessidade urgente desta construção e sendo a portaria inclusivamente reforçada, a comissão não chegaria a resolver a questão devido à instabilidade política vigente. Sem embargo, atentando nas palavras de Marcello Caetano (1906-1980), proferidas algumas décadas mais tarde, enquanto Reitor da Universidade de Lisboa:

¹⁹⁴ Portaria da Secretaria de Estado da Instrução Pública de 9 de Agosto de 1918, *Diário do Governo*, II série, nº 187, 12 de Agosto de 1918, p. 2592.

¹⁹⁵ Facto que curiosamente se reflectirá nas primeiras soluções apresentadas pelo arquitecto Porfirio Pardal Monteiro na década de 30, em que surgem os três edifícios num conjunto unitário.

¹⁹⁶ Mesmo que essa abertura se revelasse simplesmente como aparente, com intuito de levar as acções públicas para a ordem do dia da população portuguesa.

¹⁹⁷ Augusto Vieira da Silva passou por diversos cargos civis, tendo deixado de parte a carreira militar activa. Destaque-se, a título de exemplo, os desempenhos do cargo de chefe da Repartição da Propriedade Industrial da Direcção-Geral do Comércio e Indústria do Ministério do Fomento e a chefia da 1ª Repartição Técnica do Trabalho da Direcção-Geral do Trabalho.

¹⁹⁸ Embora só viesse a receber o diploma oficial de arquitecto no ano de 1926, até esse ano de 1918 Raul Lino já contava com avultada obra de projectos arquitectónicos para moradias em território nacional.

¹⁹⁹ O arquitecto concebeu o *ex-libris* entre 1911 e 1914, no qual incluiu como símbolos identificativos o galeão das armas da cidade de Lisboa, navegando sobre o mar, com dois corvos e duas colunas, encimado por estrelas-

²⁰⁰ É interessante notar que um dos membros dessa primeira comissão é, agora em 1918, novamente nomeado: o Professor Queiroz Veloso, da Faculdade de Letras.

“nem por isso a Universidade deixou de insistir na satisfação daquilo que considerava a sua mais instante e fundamental necessidade, sendo raro o ano em que o Reitor não formulasse publicamente o pedido aos Poderes Públicos para que a dotassem das instalações indispensáveis”²⁰¹.

No ano seguinte foram levadas a cabo as primeiras propostas que se realizam efectivamente, para lá do plano das intenções, no sentido de instalar a Universidade de Lisboa. Contudo, a fixação territorial, adjacente ao Campo Grande, revelou-se morosa e prolongou-se por décadas.

Ao contrário do que seria de prever através da anterior legislação, e das carências de edifícios para a Reitoria e para as Faculdades de Letras e de Direito, a primeira compra de terrenos para a instalação de construções universitárias disse respeito à Escola Superior de Farmácia, imediatamente seguida pela Faculdade de Medicina. No mesmo dia, 10 de Maio de 1919, foram concedidos empréstimos a ambas as instituições por parte do Estado, por forma a procederem à resolução do problema de falta de estabelecimentos próprios e adequados ao ensino moderno, combatendo a saturação das condições existentes. O decreto nº 5558²⁰², encarando a imperiosa necessidade de construir um edifício para a Escola Superior de Farmácia por esta funcionar “em instalações inadequadas, acanhadíssimas e dispersas da Faculdade de Medicina”²⁰³, onde não se vislumbrava possibilidade de incrementar ou expandir os seus laboratórios, tão indispensáveis ao ensino, tomava os exemplos das restantes escolas do país como fundamento para edificar uma em Lisboa, pois “as escolas de Coimbra e do Porto já têm edifícios novos e apropriados ao ensino moderno e já só a Escola Superior de Farmácia da capital o não possui”²⁰⁴. Assim, autorizava o Governo a contracção de um empréstimo de “500.000\$ para a aquisição do terreno e construção do edifício (...) e aquisição do material e mobiliário escolar”²⁰⁵.

Quanto à Faculdade de Medicina, permitiu-se um empréstimo no valor de 2.000.000\$ “destinado à construção de edifícios para a instalação dos Institutos Clínicos e

²⁰¹ Discurso do Prof. Doutor Marcello Alves Caetano, MOP/CANIU, *O Novo Edifício da Reitoria*, Lisboa, 1961, s/paginação.

²⁰² Decreto nº 5558, *Diário do Governo*, I série, nº 98, 10 Maio 1919, pp. 808-809.

²⁰³ *Idem, Ibidem*, p. 808.

²⁰⁴ *Idem, Ibidem, loc. cit.*

²⁰⁵ *Idem, Ibidem*, p. 809.

outros estabelecimentos necessários ao ensino médico”²⁰⁶, visto ser inconcebível o desenvolvimento do ensino médico sem localização específica, distinta dos hospitais civis de assistência pública, e sem organização administrativa autónoma sobre os serviços e institutos de investigação clínica que da Faculdade dependem. Ficavam esses institutos livres para angariarem receitas para o seu desenvolvimento técnico e físico. O mesmo decreto nomeia uma comissão, à qual se entregaria o empréstimo e que se encarregaria da superintendência “na direcção das obras de construção dos referidos edifícios”²⁰⁷, cuja designação de membros se faria oportunamente.

Enquanto o decreto respeitante à Escola de Farmácia discrimina a compra de terreno e de equipamento – o que não se verifica no caso de Medicina, que apenas menciona a construção dos edifícios –, não se nomeia porém uma comissão de escolha ou projecção de instalações, facto colmatado com a publicação de uma portaria poucos dias depois, a 14 de Maio²⁰⁸. Com vista a cumprir o disposto no decreto nº 5558, nomeavam-se oito elementos “para constituírem a comissão que há de elaborar o projecto da construção do edifício da Escola Superior de Farmácia da Universidade de Lisboa e administrar as respectivas obras”²⁰⁹, sendo eles o Director da Escola, Dr. Rui Teles Palhinha, os professores de Farmácia António Moreira Beato, Manuel Fernandes da Cruz, Eduardo Augusto Pereira Pimenta e Raúl Lúpi Nogueira, o inspector da sanidade escolar, Dr. Sebastião Cabral da Costa Sacadura, o arquitecto chefe da secção de construções, Amílcar da Silva Pinto, e o presidente da Associação de Estudantes de Farmácia, Manuel Rodrigues Machado.

Não obstante, aparentemente, maior atenção se despender à construção de uma nova Escola de Farmácia, a primeira aquisição de terreno é efectuada pela Faculdade de Medicina. A 20 de Fevereiro de 1920 assinou-se a escritura da compra de uma área de aproximadamente 149.000 m², anterior Quinta da Nazaré, no sítio da Palma de Cima “a 600 metros para oeste” do Campo Grande²¹⁰, pelo valor total de 372.500\$. Acto fundador que marca a localização física futura do que virá a ser a Cidade Universitária de Lisboa,

²⁰⁶ Decreto nº 5787-JJJJ, Artigo 1º, *Diário do Governo*, I série, nº 98, 24º Suplemento, 10 Maio 1919, p. 1346-UUUU (distribuído a 6-VI-1919).

²⁰⁷ Artigo 3º, *Idem, Ibidem, loc. cit.*

²⁰⁸ *Vide Diário do Governo*, II série, nº 121, 27 de Maio de 1919, p. 1741.

²⁰⁹ *Idem, Ibidem, loc. cit.*

²¹⁰ *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1919-1920, Lisboa, Imprensa Nacional, 1928, p. 71.

esta parece ser a primeira referência quanto à localização adjacente ao Campo Grande²¹¹. Para além do extenso planalto que compreendia o terreno da quinta, pertenciam agora à Faculdade “um palácio com três pavimentos em bom estado de conservação, um outro prédio urbano de três andares e várias barracas com rés-do-chão e outras construções rústicas, vários poços, etc.”²¹². Esta etapa, descrita em relatório pela Comissão dos Edifícios Escolares (de Medicina), composta pelos professores Francisco Gentil, Augusto Celestino da Costa e António Flores, apesar de se centrar no caso particular de Medicina, revela igualmente preocupação quanto à instalação das restantes Faculdades no perímetro circundante, contribuindo para a congregação da Universidade de Lisboa:

“Perto dele existem terrenos em idênticas circunstâncias, convenientes para outras instalações universitárias, principalmente os que o prolongam para leste e chegam ao Campo Grande, na altura da sua extremidade meridional, perto do Mercado Geral de Gados. Uma vez conjugadas as novas construções com o plano de arruamentos previsto pela Câmara Municipal e já em princípio de realização, os terrenos terão fácil acesso por duas avenidas perpendiculares ao Campo Grande e por duas que vão ao sítio do Rêgo, que lhe fica muito perto”²¹³.

Conquanto os professores de Medicina da comissão estivessem a par das necessidades de instalação universitária, e se apresentassem conscientes sobre o facto de esta compra manifestar possibilidades efectivas de resposta às carências das Faculdades e dos serviços centrais dada a amplitude do terreno, nada avançam ou propõem em concreto nesse sentido. Patrícia Santos Pedrosa salienta no seu estudo sobre a implantação territorial da Cidade Universitária de Lisboa, o facto de esta primeira etapa, tão decisiva para a sua futura localização, ter sido tomada e projectada sem o auxílio de arquitectos ou urbanistas, ausentes do processo²¹⁴.

²¹¹ Desconhecem-se os detalhes que terão levado à escolha e compra destes terrenos; no entanto, terão tido o seu peso factores como a disponibilidade de um vasto espaço nos terrenos da Palma de Cima, e a relativa periferia da zona, embora perto de um núcleo em expansão. Em adição, não muito longe, na zona da Palhavã, projectava-se a instalação do complexo hospitalar do Instituto Português de Oncologia, de cuja comissão de obras também fazia parte Francisco Gentil – que, a partir de 1923, receberia a incumbência de dirigir o Instituto Português para Estudo do Cancro, ligado à Universidade de Lisboa.

²¹² *Idem, Ibidem, loc. cit.*

²¹³ *Idem, Ibidem, loc. cit.*

²¹⁴ Cf. Patrícia Santos Pedrosa, *op. cit.*, pp. 43 e 49.

Em relação à Escola de Farmácia, continuava em Fevereiro de 1920 a ser urgente a construção do seu edifício e das dependências anexas, visto permanecer no edifício da Faculdade de Medicina sem possibilidade de expansão, ao que pela portaria nº 2182, de dia 26, se estipula que a

“direcção e administração dos trabalhos necessários para a execução do plano dos edifícios a construir fique a cargo duma sub-comissão composta do director da Escola Superior de Farmácia, Rui Teles Palhinha, do arquitecto Amílcar da Silva Pinto e de Manuel Rodrigues Machado”²¹⁵.

Reduziram-se visivelmente os membros da comissão anteriormente estabelecida, que de oito passam a apenas três. Dotou-se a presente subcomissão de autonomia administrativa, dispondo das quantias necessárias para compra de terreno, construção dos edifícios e compra directa do material para os trabalhos²¹⁶. Crê-se que, devido ao menor número de vozes envolvidas nas decisões, mais rapidamente se pudesse atender à execução imperiosa do projecto, estendendo-se a procura como consequência de preços demasiado elevados ou revelando-se “a distância a que ficaria colocado o edifício e as suas condições de acesso (...) inaceitáveis”²¹⁷. Teve naturalmente influência a efectuada compra de terreno por parte de Medicina, ao Campo Grande, para a escolha de localização da Escola Superior de Farmácia. No local, existia um edifício que “embora construído para casa de habitação, pode ser adaptado ao serviço escolar, enquanto não se constrói o novo edifício”²¹⁸. Um factor de atracção, pois rapidamente se apercebeu a Escola de Farmácia da escassez de recursos para efectuar uma construção de raiz de imediato, limitando-se à compra da propriedade e organização do projecto para a dita nova construção.

Assim, procedeu à compra de aproximadamente 38.000 m² de terreno, pertencentes à Quinta da Torrinha, pagos com um empréstimo no valor de 500.000\$ autorizado pelo Estado, por decreto de 29 de Março do mesmo ano, para despesas de aquisição de terreno, construção do edifício e aquisição de mobiliário e material escolar²¹⁹.

²¹⁵ Portaria nº 2182, *Diário do Governo*, I série, nº 42, 26 de Fevereiro de 1920, p. 302.

²¹⁶ A portaria é novamente publicada, rectificada por ter saído com inexactidão, embora não se altere alguma das disposições, em *Diário do Governo*, I série, nº 43, 27 de Fevereiro de 1920, p. 307.

²¹⁷ *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1919-1920, p. 85.

²¹⁸ *Idem, Ibidem, loc. cit.*

²¹⁹ Decreto nº 6482, *Diário do Governo*, I série, nº 64, 29 de Março de 1920, p. 535.

O arquitecto da comissão, Amílcar Marques da Silva Pinto (1890-1978)²²⁰, chegou a apresentar um projecto para construção das novas instalações, mas a edificação de um alojamento próprio não se concretizou nesta altura, permanecendo por cinquenta anos na moradia preexistente, sucessivamente adaptada. Curiosamente, no seu relatório do ano lectivo de 1919-1920, o Director da Escola, Dr. Rui Teles Palhinha (1871-1957), narra o acontecimento focando que o terreno adquirido se situa “perto do local onde se pensava vir a estabelecer de futuro os serviços centrais da Universidade e as Faculdades de Letras e de Direito”²²¹ – o rumo da instalação adequada, em edifícios próprios, das instituições em falta parecia, portanto, já delineado.

No total, adquiriram as citadas duas escolas da Universidade de Lisboa uma área de aproximadamente 200.000 m² “para nela se implantarem as respectivas instalações, com possibilidade de ao lado, em amplos terrenos livres, virem a ser construídos também edifícios para as outras Faculdades”²²². Terrenos amplos a Sudoeste do Jardim do Campo Grande, zona privilegiada por ser relativamente rural e desocupada em termos urbanos, longe do bulício citadino. Graças à herança do impulso do engenheiro Frederico Ressano Garcia (1847-1911), que no seu *Plano de Melhoramentos*, de 1903, definiu a zona que futuramente constituirá a Cidade Universitária – incluindo as Quintas da Torrinha, do Pimenta, da Nazaré e da Calçada – como parque urbano público e reserva natural para a cidade²²³.

Estes negócios não obedeceram a uma ordem totalmente lógica, isto é, não responderam de imediato às necessidades que a comunidade académica apontava como mais urgentes de suprir – instalações capazes para a Reitoria e as Faculdades de Direito e de Letras, que desde longa data expunham as suas carências. É natural que, embora sendo este um investimento importante para a Universidade de Lisboa, se ouvissem contestações no meio, como o sublinhou o reitor Pedro José da Cunha ao fazer um balanço sobre o ano lectivo findo de 1918-1919:

²²⁰ Arquitecto formado na Escola de Belas-Artes de Lisboa, esteve ligado desde 1918 à carreira pública e mantinha em simultâneo um atelier privado na capital. Foi nomeado para esta comissão enquanto chefe da secção de construções, estando nesta altura também a serviço do Ministério da Saúde. Cf. José Raimundo Noras, Tiago Soares Lopes, “Amílcar Pinto, um arquitecto na província”, *Monumentos. Cidades, Património, Reabilitação*, nº 29, Lisboa, IHRU, Junho de 2009, p. 173.

²²¹ *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1919-1920, p. 85.

²²² Carneiro Pacheco, *op. cit.*, p. 5.

²²³ Cf. Patrícia Santos Pedrosa, *op. cit.*, pp. 27-28.

“O outro facto, agradável de registar, consiste na satisfação parcial dada a antigas e justificadas pretensões da Universidade, no que respeita às dotações de que necessita, para poder realizar a construção dos seus edifícios próprios. Mas essa satisfação, que classifiquei como parcial, foi na realidade não só incompleta, como também incongruente. Pois, ao passo que se concedeu à Faculdade de Medicina uma verba razoável para poder construir os edifícios, que lhe faltam, obedecendo a todos os requisitos modernos, e à Escola Superior de Farmácia uma cifra mais que suficiente para uma instalação quasi luxuosa dos seus serviços, nem um centavo se dispensou para as construções destinadas aos serviços centrais da Universidade e às Faculdades de Letras e de Direito, não obstante as nossas reiteradas instancias e as condições precárias e deprimentes das suas actuais instalações”²²⁴.

De facto, parece inconcebível uma tal distribuição das verbas estatais, desequilibrada e privilegiando Medicina e Farmácia em detrimento das Faculdades que o meio universitário reconhecia como mais carenciadas em termos de instalações, tanto que eram sucessivamente sublinhadas as suas condições precárias de ensino – não obstante, o futuro demonstrará que se manteve o privilégio de investimento, sobretudo para a Faculdade de Medicina e seu Hospital Escolar. Prioridades que se compreendem, no que respeita ao incremento da medicina e pelo que o acesso à assistência na saúde importa à totalidade da população, incluindo a percentagem analfabeta.

Apenas em 1925 se tomou nova acção quanto às instalações da Universidade de Lisboa, a última precedendo o Golpe Militar de 28 de Maio de 1926. “Sendo Reitor o Professor Dr. Pedro José da Cunha, foi a situação exposta pela Universidade ao Governo e ao Parlamento”²²⁵, resultando na apresentação de um Proposta de Lei ministerial a 12 de Agosto²²⁶, dedicada aos ensinos universitário e primário. Através dela, sugerem o Ministro das Finanças, António Torres Garcia (1889-1937), e o Ministro da Instrução Pública, João Camoesas (1887-1951), que o Governo contraia um empréstimo de 30.000.000\$00, inscrito no orçamento geral do Estado, “para despesas de instalação do ensino universitário e primário”²²⁷. Destinava-se à Universidade de Lisboa a quantia de 14.000.000\$00 e apontava, adicionalmente, para estabelecimentos necessários à sua

²²⁴ *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1919-1920, p. 10.

²²⁵ Carneiro Pacheco, *op. cit.*, p. 5.

²²⁶ Proposta de Lei nº 973, *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº 110, 12 de Agosto de 1925, pp. 5-6.

²²⁷ *Idem, Ibidem*, p. 5.

Faculdade de Medicina uma verba de 2.000.000\$00 – quantias avultadas em comparação com os 5.000.000\$00 referidos para a Universidade do Porto e os 2.000.000\$00 para a congénere de Coimbra. A capital era claramente a grande favorecida nesta proposta de impulso, estando discriminada a aplicação do empréstimo, dirigida “à construção dos edifícios para a sede da Universidade, Faculdade de Letras e Faculdade de Direito e conclusão da Faculdade de Farmácia”²²⁸ – a única solução para Lisboa é, assim, a construção de edifícios de raiz, indo ao encontro das inúmeras queixas de instalação em prédios existentes, ao passo que no caso do Porto se coloca a hipótese de aquisição de edifícios a par da construção. Era evidente a delimitação das intenções, tão importantes para o incremento da instituição universitária lisboeta; mas a proposta foi discutida, votada e rejeitada – como o viria a expor Carneiro Pacheco:

“Bastou, porém, que um parlamentar – um só! – se decidisse a fazer obstrucionismo, impedindo a votação, para que, contra o interesse colectivo, o mal houvesse ficado sem remédio e hoje [1934] se encontre extraordinariamente agravado”²²⁹.

O debate em seu torno estendeu-se da 110^a sessão, no dia 12 de Agosto, quando Torres Garcia – o mencionado único oponente – requereu a sua discussão imediata antes da ordem do dia, até ao encerramento das actividades parlamentares a 15 de Agosto. Criticou-se o facto de se apresentar uma proposta “deste quilate e de tal magnitude”²³⁰ já no final do ano legislativo, não havendo tempo conveniente para sua apreciação. O deputado António de Paiva Gomes (1878-1939) tomou a palavra longamente: aponta a crise económica que atravessava Portugal, questionando a proposta em termos de impedimento do alcance do desejado equilíbrio orçamental²³¹ e referindo haver problemas mais prementes a resolver, nomeadamente a indústria e a agricultura; coloca também em causa a obtenção de receitas para as obras através do aumento tributário dos impostos aplicados a determinados artigos de luxo importados, como automóveis de turismo, sedas e peles de abafa. No final do seu extenso discurso, embora reconheça “a necessidade de instalações higiénicas e condignas”²³² para as instituições universitárias, considera ser essa

²²⁸ *Idem, Ibidem*, pp. 5-6.

²²⁹ Carneiro Pacheco, *op. cit.*, p. 5.

²³⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº 110, 12 de Agosto de 1925, p. 4.

²³¹ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 6-8.

²³² *Idem, Ibidem*, p. 8.

uma atenção excessiva e pouco oportuna, ao que questiona a concentração de dotações na capital em detrimento da província.

Rapidamente a problemática se debruça particularmente sobre a questão económica, dado os tempos de carência, sendo em vão a argumentação de Torres Garcia quanto a não se tratar de “um problema financeiro, mas sim um problema pedagógico”²³³ – o ideal republicano de valorização cultural e incremento do País graças a um ensino universitário de excelência ainda não era apoiado pela maioria. Foi inclusivamente feita uma contra-proposta, por outro deputado, com vista a “remodelar os serviços de instrução pública, realizando todas as economias que forem possíveis, sem prejuízo do regular funcionamento desse serviço público”²³⁴, que insere no seu âmbito outras instituições de ensino em estado degradante como o Instituto Superior Técnico, “instalado num verdadeiro pardieiro, imundo, indigno”²³⁵ – que, no entanto, não chega a ser aprovada apesar da alteração que gerou.

Quanto à proposta de lei nº 973, o deputado Tavares Ferreira, professor primário, compreendendo a urgência do pedido, interroga a necessidade de existirem três Faculdades de Farmácia, advogando que o diminuto número de alunos de cada uma não justifica o seu funcionamento, exigindo a supressão de uma delas²³⁶. Aplica o mesmo raciocínio às três Faculdades de Letras de Portugal²³⁷. E, certamente, pergunta como se chegou à quantia apontada sem estudos apresentados²³⁸, sendo assim um valor arbitrário:

“Parece que a primeira coisa a fazer era o plano das obras, elaborado depois de se ter verificado que as obras seriam necessárias e destas quais deveriam ser primeiramente executadas. E estava então nisto uma base para se calcular a importância a gastar”²³⁹.

Segundo a almejada lei não haveria atribuição monetária coerente, sendo o dinheiro “distribuído em harmonia com as propostas apresentadas pelas próprias Faculdades”²⁴⁰.

²³³ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº 111, 13 de Agosto de 1925, p. 6.

²³⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº 110, 12 de Agosto de 1925, p. 16.

²³⁵ *Idem, Ibidem*, p. 17.

²³⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº 112, 14 de Agosto de 1925, p. 7.

²³⁷ *Idem, Ibidem*, p. 8.

²³⁸ Já Paiva Gomes lamentara a inexistência de um relatório prévio que estruturasse e fundamentasse a proposta, ausente de cálculos concretos, nem se verificava real inserção deste problema particular no vasto conjunto financeiro que pautava o País.

²³⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº 112, 14 de Agosto de 1925, p. 9.

²⁴⁰ *Idem, Ibidem, loc. cit.*

Os ministros proponentes responderam sensatamente às acusações, frisando João Camoesas a pertinência da moção, por se desejar aplicar a verba na construção de edifícios indispensáveis para um ensino eficaz, pois relativamente a Lisboa

“não é segredo para ninguém que a Faculdade de Direito, cuja frequência é de algumas centenas de alunos, se encontra instalada numa casa que se destinava à habitação, e que a Faculdade de Letras não tem aulas com a capacidade bastante para ministrar o ensino à sua população escolar”²⁴¹.

Menciona ainda que a melhoria das condições de instalação da Universidade da capital interessa a toda a Nação, fruto da sua frequência por pessoas provenientes de diferentes locais de todo o país, sendo vergonhoso não se possuir uma sala nobre para receber dignamente um congresso internacional que se avizinhava.

Apesar da perseverança, terminam as actividades das sessões legislativas sem que se aprove a proposta, não se levando a avante nenhuma acção de construção dos edifícios mais deploravelmente instalados – tanto para o ensino primário, como para o universitário. Os deputados da Câmara mostravam-se preocupados com o endividamento que poderia ser causado, contribuindo para um maior desequilíbrio do orçamento estatal, focando cada um haver assuntos cuja solução era mais importante, como a questão das estradas ou as escolas primárias provincianas em estado de ruína. Acresce a estrutura demasiado simplificada desta proposta de lei para o problema complexo que pretende colmatar, que sem os devidos estudos e cálculos prévios perde a necessária credibilidade e justificação.

Em 1926, quinze anos após a implementação legislada da Universidade de Lisboa, frequentavam-na já 1823 alunos²⁴², obrigados a estudar em ambientes impróprios e edifícios insuficientes, incapazes de veicular um ensino moderno adequado, compassado com o estrangeiro. De facto, a maior preocupação da actividade legisladora da primeira década da República aparentou ser a organização institucional e o funcionamento interno do ensino superior, ao invés da indispensável edificação de construções próprias ao moderno ensino, apanágio da sua acção reformadora. Edifícios insistentemente

²⁴¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº 110, 12 de Agosto de 1925, pp. 14-15.

²⁴² Cf. Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, p. 714. O número de estudantes surge discriminado por escolas: Faculdade de Letras 212, Faculdade de Direito 564, Faculdade de Ciências 471, Faculdade de Medicina 452, Faculdade de Farmácia 35, Escola Normal Superior 89.

reclamados pela comunidade universitária, como o virá a focar anos mais tarde Marcello Caetano, em reflexão sobre as etapas e vicissitudes da construção da Cidade Universitária:

“Desde cedo as autoridades académicas lisboenses viram que, para dar consistência à nova Universidade, era preciso dotá-la de instalações próprias, de modo a facilitar contactos entre as escolas e a robustecer o seu espírito de unidade. Mas os tempos não eram propícios a despesas (o Estado não tinha dinheiro) nem a realizações (os serviços não faziam obras). Tudo ficava, portanto, em... comissões. As comissões estudavam, opinavam, relatavam... e dissolviam-se. Quando aparecia alguém a descrever o que devia ser a Cidade Universitária, acrescentava logo que era sonho!”²⁴³.

Aproximava-se o golpe militar de 28 de Maio, que accionaria uma mudança de rumo face ao legado destes inconstantes anos da I República. Trouxe um novo regime governativo, que marcou o País por quase cinquenta anos e ao qual se delegou a concretização das instalações universitárias lisboetas em pólo demarcado, incapaz de ser resolvida pela instabilidade destas primeiras décadas de vigência da República em Portugal. No entanto, ainda muito se iria passar até à sua definitiva concretização, como veremos.

²⁴³ Marcello Caetano, *Carneiro Pacheco e a Universidade de Lisboa*, separata de *O concelho de Santo Tirso – Boletim Cultural*, vol. VII, nº 1, Porto, 1960, p. 5.

A Cidade do Saber. Estudo do Património Artístico integrado nos edifícios projectados
pelo arquitecto Porfírio Pardal Monteiro para a Cidade Universitária de Lisboa (1934-1961)

II

A CIDADE UNIVERSITÁRIA DE LISBOA: UMA HERANÇA PARA O ESTADO NOVO

“É certo que numa escola o essencial é haver mestres devotados
e discípulos com curiosidade de saber.

Mas há um mínimo de condições materiais cuja existência
se torna imprescindível à eficácia do ensino,
ao papel educador da Universidade, ao próprio prestígio da função docente.”

Marcello Caetano, “Mensagem à UL dirigida à Assembleia Geral
realizada em 6 de Fevereiro de 1959 para honrar a memória
do falecido Reitor Victor Hugo Duarte de Lemos”²⁴⁴

²⁴⁴ Marcello Caetano, *Pela Universidade de Lisboa! (1959-1962)*, Lisboa, IN-CM, 1974, pp. 1-15.

A Cidade do Saber. Estudo do Património Artístico integrado nos edifícios projectados
pelo arquitecto Porfírio Pardal Monteiro para a Cidade Universitária de Lisboa (1934-1961)

A edificação de uma cidade universitária na capital, destinada a albergar as Faculdades criadas no advento republicano, tornou-se num caso de difícil concretização que seria legado ao regime estadonovista. Consequentes impasses e obstruções várias haviam impedido a ocupação de novos edifícios durante a vigência da I República, como vimos, situação que a Ditadura Militar também não foi capaz de solucionar – embora se continuasse a discutir, nesse período, a premência de novas instalações. O Estado Novo, implementado constitucionalmente em 1933, na sequência da gradual promoção de António de Oliveira Salazar (1889-1970)²⁴⁵, recebeu esta questão e efectivou a sua conclusão, embora vagarosamente. A construção de novos edifícios universitários em Lisboa não constituiu uma prioridade para o Presidente do Conselho, que mais atenção dispensou no seguimento das obras de remodelação na Alta de Coimbra para implantação da Cidade Universitária no local – mesmo não sendo este complexo uma obra concebida por sua iniciativa ou orientação estética²⁴⁶.

Salazar preconizou uma ideologia política e social bem definida²⁴⁷: um Estado forte “mas limitado pela moral”²⁴⁸, autoritário, antidemocrático, nacionalista, alicerçado num sistema corporativo e intervencionista. Uma realidade que se veio a espelhar na promoção de obras públicas e, de certo modo, na própria estética arquitectónica que nesse âmbito foi incrementada. Se por diversas vezes o Presidente do Conselho afirmou que não ambicionava ser comparado a Mussolini e repetidamente certificou a António Ferro, em entrevista, que o Fascismo constituía um caso especificamente italiano e impossível de ser cegamente aplicado em Portugal²⁴⁹, o certo é que no respeitante aos complexos

²⁴⁵ Sobre a questão da emergência de Oliveira Salazar na cena política portuguesa e paulatina implementação do regime estado-novista, *vide*, por exemplo, Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Salazarismo no Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988; Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal, vol. XII – “Portugal e o Estado Novo (1930-1960)”*, Lisboa, Editorial Presença, 1992; Fernando Rosas, “Da Ditadura Militar ao Estado Novo: a «longa marcha» de Salazar”, José Mattoso (dir.), *História de Portugal, vol. 7 – “O Estado Novo (1926-1974)”*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 150-241.

²⁴⁶ Embora focando a importância destas remodelações em discurso, no ano de 1937, as propostas da primeira comissão de estudo eram anteriores; Salazar contribuiu para um reforçar desta obra e esteve, ao contrário de Lisboa, interessado e a par da sua evolução. Cf. Nuno Rosmaninho, *O Poder da Arte (...)*, pp. 69-72 e 186-187.

²⁴⁷ Sobre este assunto *vide*, por exemplo, João Medina, “Deus, Pátria e Família: ideologia e mentalidade do Salazarismo”, João Medina (dir.), *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias, vol. XII – “O «Estado Novo». I – O ditador e a ditadura”*, Alfragide, Ediclube, [1993], pp. 11-142.

²⁴⁸ Oliveira Salazar, “Princípios fundamentais da revolução política” (30-VII-1930), *Discursos*, vol. I – 1928-1934, Coimbra, Coimbra Editora Lda., 1935, p. 80.

²⁴⁹ Referiu Salazar, em 1932, ao jornalista: “Não compare (...) o caso italiano com o português. (...) Somos um País pobre, doente, que não suporta facilmente grandes injeções de sangue novo... Vamos devagarinho, passo a passo”. Cf. António Ferro, *Entrevistas a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2007, p. 99.

universitários, as tipologias arquitectónicas desenvolvidas sob os regimes totalitários então no poder parecem ter prevalecido como modelo²⁵⁰.

A Cidade Universitária de Lisboa, cuja projecção efectiva se iniciou na senda construtiva que definiu o período áureo do regime, viu a sua concretização protelada por um longo período de tempo, facto relacionado com vicissitudes várias, como observaremos. O regime salazarista herdou a condição de urgência desta edificação, premente desde a fundação da Universidade; se com relativa brevidade se solucionou a questão do local de implantação, a concepção e o levantamento dos três edifícios prementes – Faculdades de Letras e de Direito e Reitoria – pautaram-se por uma morosidade extrema que se afigurou, a certo momento, interminável.

1. A escassez de condições lectivas nos edifícios do ensino superior universitário: urgências e propostas de instalação malogradas (1926-1934)

Até à ascensão de Salazar ao poder, o interesse maior do Governo consistira em desarticular a obra educativa e cívica do republicanismo, que apostara no ensino como meio de formação do cidadão democrático; de facto, o regime não demonstrou idêntica preocupação quanto à modificação das instituições e das estruturas que suportavam o sistema escolar. A obra da Ditadura Militar referente ao ensino contemplara, sobretudo, o ensino primário, linha que os salazaristas seguiram, conferindo à escola a função de “perpetuar uma hierarquia social rígida”²⁵¹. Moldou-se a escola à imagem do Estado, centralizador e nacionalista, orientada por um complexo Ministério fiscalizador, remodelado sob a denominação de Ministério da Educação Nacional, em 1936²⁵². O ensino liceal registou a partir da década de 30 um crescimento significativo, embora não constasse das prioridades de desenvolvimento do regime, que inclusivamente tentou

²⁵⁰ Para além de outros aspectos que aproximaram o Estado Novo de regimes como o Fascismo italiano e o Nazismo alemão, nomeadamente no que toca ao reforço da autoridade e ao controlo e restrição das liberdades públicas, à reorganização da Censura, à agregação da sociedade em órgãos de enquadramento e à inculcação de valores nacionalistas por via pedagógica, por exemplo.

²⁵¹ Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar. A Escola Primária Salazarista 1926-1939*, Lisboa, Editorial Presença, 1978, p. 145.

²⁵² Lei nº 1941, *Diário do Governo*, I série, nº 84, 11 de Abril de 1936, pp. 411-413. Aboliu-se a designação Instrução Pública, evidenciando a importância que o regime conferia à educação em detrimento da instrução: segundo a concepção estadonovista, a escola era uma agência de controlo social encarada como um meio educativo, de formação da consciência, e não como mero repositório transmissor de conhecimentos, que definia a simples instrução. Cf. Maria Filomena Mónica, *op. cit.*, p. 344.

encerrá-lo, acusado enquanto mero curso preparatório para o ensino superior²⁵³. Relativamente à Universidade, a atenção dispensada pelas instâncias governativas não foi premente, dado que os esforços se concentraram na inculcação ideológica entre os mais novos, naturalmente mais permeáveis à trilogia “Deus, Pátria, Família” do que uma elite erudita, de opiniões formadas²⁵⁴. A frequência do ensino superior universitário, num país com elevadas taxas de analfabetismo, permaneceu apanágio de uma minoria aburguesada, capaz de dar resposta aos dispêndios que esta formação acarretava; mesmo implementando a concessão de bolsas de estudo aos menos afortunados, a sua passagem pelas Universidades era ínfima comparada à das classes abastadas – mantinha-se a hierarquia social tão desejada pelo regime.

A Universidade foi a menos contemplada em termos legislativos e de alteração estrutural, mesmo que se almejasse semelhante corte com a herança republicana; no entanto, esta etapa da vida portuguesa não significou uma interrupção das questões do ensino superior, ou o cessar da problemática das instalações universitárias na capital do país. Logo a 26 de Outubro de 1926 foi publicado o Estatuto da Instrução Universitária²⁵⁵, assinado pelo então Ministro Artur Ricardo Jorge (1886-1971)²⁵⁶. Propondo uma revisão do anterior Estatuto de 1918, e acentuando a confusão e a disparidade das estruturas que compunham a Universidade portuguesa, buscou estatuir-lhe “uma norma geral da orgânica e da funcionalidade”²⁵⁷, concomitante ao “melhoramento da situação das Universidades e do seu ensino”²⁵⁸, pois que advinham do ensino superior os futuros dirigentes do País. Na realidade, o decreto elenca apenas alguns acertos organizativos à legislação republicana, base que continuou sendo seguida, sem se vincarem verdadeiramente transformações de ordem pedagógica ou administrativa²⁵⁹. Destaca-se a paulatina perda de autonomia da

²⁵³ Cf. António Nóvoa, “Ensino Liceal”, Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p. 301.

²⁵⁴ O ensino superior era, a nível da legislação, excluído das normas impostas para os diversos graus de ensino, como a obrigatoriedade da pertença à Mocidade Portuguesa e do canto coral como meio de coesão nacional, ou a colocação do crucifixo nas salas de aula das escolas primárias, símbolo da educação cristã.

²⁵⁵ Decreto nº 12426, *Diário do Governo*, I série, nº 220, 2 de Outubro de 1926, pp. 1469-1478. Por ter saído incompleto, republicou-se com as devidas correcções por três vezes no mesmo ano, nos dias 30 de Outubro e 16 e 22 de Novembro.

²⁵⁶ O médico e professor da Faculdade de Ciências de Lisboa ocupou a pasta da Instrução Pública de 19 de Junho a 22 de Novembro de 1926.

²⁵⁷ Decreto nº 12426, *op. cit.*, p. 1469.

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 1470.

²⁵⁹ Sem se desejar uma standardização total, importou implementar um molde comum normativo, destacando o preâmbulo medidas privilegiadas dada a sua urgência: acerto da nomenclatura que designa os membros dos corpos docentes; uniformização dos graus conferidos aos estudantes; imposição de concursos como única via de acesso ao professorado, qualquer que fosse a categoria; obrigatoriedade de realização de

Universidade²⁶⁰, na teoria totalmente conferida; a intromissão do Estado nos assuntos universitários acentua-se através da escolha directa do Reitor²⁶¹, da sua confiança e portanto de controlo facilitado. Nenhuma disposição se refere às instalações universitárias, apenas havendo menções à possessão e transferência de terrenos e edifícios já ocupados pelas Faculdades e seus serviços²⁶².

O Estatuto seria revisto e publicado em 1930²⁶³, já sob ministério de Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974), seguindo moldes similares, sem alterar a estrutura tradicional do ensino superior universitário. Das modificações, mencione-se a retoma de uma prerrogativa do decreto fundador de 1911, a regulamentação da concessão de bolsas de estudo²⁶⁴; em adição, a codificação das medidas de controlo em situação de exames e concursos, e o acesso relativamente facilitado às Universidades²⁶⁵. Novamente, encontra-se descurada a questão das instalações.

Como constatámos no capítulo anterior, não houve resposta efectiva às reclamações ou anuição às propostas urgentes apresentadas na Câmara dos Deputados em 1925²⁶⁶. A ausência de construções específicas para ensino superior em Lisboa continuava em debate após o derrube da I República: assunto urgente para a Universidade mas, aparentemente, não para o Governo, cuja prioridade de investimentos construtivos assentou no ensino primário. Nos inícios da Ditadura Militar, o problema da instalação das instituições que compunham a Universidade cingiu-se, praticamente, à discussão entre os membros do Senado Universitário, urgindo a obtenção de edifícios condignos para a Reitoria e Secretaria Geral e para as dispersas Faculdades²⁶⁷. Intentou-se solucionar o problema através da elaboração de uma planta de edificações para a Reitoria e Faculdades

um exame de admissão ante as Faculdades de Letras ou de Ciências; concentração dos poderes governativos na Reitoria, Senado Universitário e Assembleia Geral da Universidade.

²⁶⁰ Cf. Cristina Faria, *As Lutas Estudantis contra a Ditadura Militar (1926-1932)*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 45, e Luís Reis Torgal, *A Universidade e o Estado Novo. O Caso de Coimbra. 1926-1961*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, 1999, p. 186.

²⁶¹ Neste Estatuto, o reitor é ainda, tal como o vice-reitor, eleito pela Assembleia Geral, que comunica a decisão em lista tríplice ao Governo, que o nomeia. Porém, em pouco tempo será esta disposição alterada, passando a ser directamente escolhido pelo Governo.

²⁶² Cf. artigos 31º a 37º, Decreto nº 12426, *op. cit.*, p. 1473

²⁶³ Decreto nº 18717, *Diário do Governo*, I série, nº 178, 2 de Agosto de 1930, pp. 1576-1586.

²⁶⁴ Os estudantes sem meios estavam, assim, isentos do pagamento de propinas e emolumentos universitários.

²⁶⁵ Esta disposição é reformulada volvidos dois anos: com vista a manter um certo nível de aproveitamento entre os discentes, elite intelectual que futuramente governaria a Nação, delimita-se a selecção de estudantes através de exame e de uma nota mínima final do curso liceal. Cf. Cristina Faria, *op. cit.*, pp. 82-83.

²⁶⁶ Cf. *infra*, Capítulo I, pp. 63-66.

²⁶⁷ Cf. Patrícia Santos Pedrosa, *Cidade Universitária de Lisboa (...)*, pp. 79-82.

de Letras e de Direito. Proposta do Professor Abranches Ferrão (1883-1932), acedida pelo vice-reitor, António Faria Carneiro Pacheco (1887-1957), que “entende que se deve entregar a confecção desse projecto a pessoa competente para fazer um projecto com todo o carácter universitário”²⁶⁸. Medida demasiado simplista para uma obra de tamanha envergadura, sem sequer terem sido apontados os terrenos de implantação, não teve seguimento, perdurando as alterações entre o Senado e o Ministro da Instrução em torno da obtenção e construção de edifícios. Nesse ano de 1928, num ambiente de corte de despesas excessivas do Estado assistiu-se, inclusivamente, à imposição da supressão de determinados estabelecimentos republicanos, entre os quais certas Faculdades²⁶⁹, por iniciativa do Ministro da Instrução Alfredo de Magalhães (1870-1957)²⁷⁰. No final do ano, ascendeu a reitor Francisco Xavier da Silva Teles (1861-1930), escolhido directamente pelo Governo para o cargo, e que em entrevista lamentou as condições precárias da Reitoria, alicerçando-se em casos estrangeiros, como a Alemanha e a Inglaterra, como exemplos de organização a seguir, porém sem indicar medidas concretas de acção para pôr término à existência física degradante da instituição²⁷¹.

O extravasamento da discussão do assunto para lá do ambiente meramente académico, assumindo um carácter de debate público através do jornal *Diário de Notícias*, iniciou-se a partir de Julho de 1929. Centrou-se em torno da localização do bairro universitário, assim entendido devido à necessidade de congregar as Faculdades e os serviços da Reitoria num espaço delimitado, que promovesse a proximidade “de modo a tornar real a instituição universitária”²⁷². Após um episódio rapidamente ultrapassado, relacionado com a compra de um prédio na Quinta da Praia, na Praça Vasco da Gama em Belém, para eventual acomodação da Faculdade de Letras²⁷³ – facto que, concretizado, significaria uma fragmentação ainda maior da Universidade de Lisboa²⁷⁴ – impôs-se na

²⁶⁸ Sessão do Senado Universitário de 17 de Janeiro de 1928, p. 214, *cit.* por Patrícia Santos Pedrosa, *op. cit.*, p. 80.

²⁶⁹ A Faculdade de Direito de Lisboa foi restabelecida pouco após a sua extinção, ainda em 1928 e por acção de Duarte Pacheco, sorte que não coube às Faculdades de Letras e de Farmácia do Porto.

²⁷⁰ Cf. Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, p. 747.

²⁷¹ Cf. “Universidade de Lisboa. O programa do novo reitor”, *Diário de Notícias*, nº 22585, ano 64º, 11 de Dezembro de 1928, p. 1.

²⁷² “Universidade de Lisboa. A instalação de suas Faculdades”, *Diário de Notícias*, nº 22785, ano 65º, 5 de Julho de 1929, p. 1.

²⁷³ Decreto nº 16860, *Diário do Governo*, I série, nº 113, 21 de Maio de 1929, pp. 1224-1225.

²⁷⁴ Esta compra despoletou alguma polémica, sendo o principal detractor António Carneiro Pacheco, que se opôs ao Professor de Letras Matos Romão (1882-1969), a favor desse recurso para a instalação. Vence o

ordem do dia a conglomeração em edifícios no Campo Mártires da Pátria. A razão para essa localização afigurava-se óbvia, pois para além de ser um ponto central da cidade, albergava já as Faculdades de Medicina e de Direito, bem como possuía casas que poderiam ser adquiridas para instalar os restantes estabelecimentos²⁷⁵. Deste modo, prevaleceu a ideia de ocupação de preexistências sobre a construção propositada de raiz, alternativa de certo economicamente mais viável. Em Dezembro desse ano, sendo reitor o Professor José Caeiro da Mata (1877-1963), uma notícia refere a possível compra de um palacete no Campo de Santana contíguo à Faculdade de Direito, para sua ampliação, após visita do Presidente do Ministério, Ivens Ferraz (1870-1933), que fora acompanhado pelo reitor e por professores da Universidade. Paradoxalmente, o general Ivens Ferraz havia notado “o estado deficiente de algumas das aulas”, insuficientes para o número de alunos, e escutado “as justas reclamações que os professores lhe apresentaram”²⁷⁶, factos que não erradicaram o desejo de compra do palacete, igualmente carecendo de remodelações. Mais uma vez, o plano não ultrapassou a esfera intencional.

1.1. A construção ao Campo Grande defendida pelo Arquitecto Carlos Ramos

O assunto da construção de novos edifícios universitários em Lisboa, cuja mediatização se implementara, estava assim na ordem do dia. Foi com a publicação de uma série de artigos no *Diário de Notícias*, a partir de Fevereiro de 1930, que a questão da sua localização foi novamente posta em causa: o Campo de Santana, preenchido por habitações, revelava-se uma conglomeração exígua que poderia contribuir para uma imiscuição demasiada dos estudantes na vida cidadina.

No dia 6 de Fevereiro, com intuito de promover a discussão pública, o jornal inseriu na primeira página uma entrevista ao avisado arquitecto Carlos Ramos (1897-1969), que estivera envolvido na edificação do moderno Instituto Português de

futuro vice-reitor, argumentando ser indispensável a reunião das Faculdades, propondo como localização o antigo Campo de Santana; aí, o Ministério da Educação adquirira um edifício que Carneiro Pacheco considera ser mais acertado para funcionamento da Reitoria – o que, no entanto, não foi efectivado. O antigo palácio em Belém veio a ser ocupado pelo Liceu D. João de Castro, solução igualmente apontada por Carneiro Pacheco. Cf. Patrícia Santos Pedrosa, *op. cit.*, pp. 82-85.

²⁷⁵ Defendia-se, por exemplo, que o edifício comprado pelo Ministério da Instrução em 1928, na esquina com a Travessa do Torel, fosse cedido para instalação da Faculdade de Letras e da Reitoria.

²⁷⁶ “O Bairro Universitário”, *Diário de Notícias*, nº 22937, ano 65º, 6 de Dezembro de 1929, p. 1.

Oncologia²⁷⁷, e se apresenta como defensor da construção de uma Cidade Universitária na zona do Campo Grande²⁷⁸. Aparentemente, uma ideia sua, embora certamente apoiada na posse de talhões na área por parte das Faculdades de Medicina e de Farmácia, o que justificaria a escolha do local. O arquitecto, cultor de uma abordagem crítica do seu mister e atento ao panorama internacional, advoga no artigo a impossibilidade de inserção dos edifícios universitários no Campo de Santana, sem capacidade para receber construções de tal estatura, com as suas necessidades pedagógicas e científicas específicas. As soluções que vinham sendo apontadas para recepção de um edifício hospitalar, Santa Marta-Rilhafoles²⁷⁹ e Campolide, são igualmente descartadas, inexecutáveis por falta de espaço para ampliações e, no caso de Campolide, devido à sua localização numa colina. A experiência que o arquitecto colheira em viagem de estudo pelos principais estabelecimentos hospitalares europeus²⁸⁰ permitiu-lhe fundamentar a defesa de união das instalações, mesmo atentando apenas no caso da Faculdade de Medicina e do Hospital Escolar. Referindo ser impróprio estarem rodeados por habitações, que obrigariam a demolições, por vezes sem as condições de higiene fundamentais, propõe a implantação do conjunto das edificações universitárias na enorme área perto do Campo Grande, aproveitando terrenos já pertencentes à instituição. Interpelado quanto a localização exacta desse projecto, Carlos Ramos envia uma planta [FIG.1], que o *Diário de Notícias* publica como complemento do artigo. Na malha urbana, no eixo da Avenida Estados Unidos da América, surgem inseridos talhões para habitações – presumivelmente para estudantes e professores –, para as Faculdades de Letras e de Farmácia a sul, e as de Direito e de Ciências a norte, rodeando um edifício central, a Reitoria, que encabeça o edifício da Faculdade de Medicina. A nascente, ligado ao anterior, o complexo do Hospital Escolar, constituído por onze blocos ligados entre si, situado perto do nó da Avenida da República com o Campo Grande. De resto, nenhuma nota explicativa ou justificativa acompanha o projecto, deixando-se o assunto em aberto para discussão.

²⁷⁷ Tendo projectado o inovador Pavilhão do Rádio (1927), obra arquitectónica depurada, de linhas racionalistas, atendendo sobretudo à sua funcionalidade científica e de internamento de doentes; é considerado um dos marcos da nova estética modernista em Portugal.

²⁷⁸ “A Cidade Universitária de Lisboa deve erguer-se, conforme a autorizada opinião do arquitecto Carlos Ramos, em terrenos vizinhos do Campo Grande”, *Diário de Notícias*, nº 22996, ano 66º, 6 de Fevereiro de 1930, p. 1.

²⁷⁹ Já existiam instalações com serviços hospitalares tanto em Santa Marta, onde funcionava o Hospital Escolar, como em Rilhafoles.

²⁸⁰ Viagem que realizou em 1929, na companhia do médico Marck Athias. Sobre este assunto, *vide* M. Athias, C. Ramos, “Os meios de luta contra o cancro em alguns países europeus. Relatório de Viagem – Fevereiro-Abril de 1929”, *Separata do Arquivo de Patologia*, vol. II, nº 1, Março, 1930, pp. 84-132.

Seguiram-se três entrevistas a membros da Universidade de Lisboa, o vice-reitor Queirós Veloso²⁸¹, e os professores Egas Moniz (1874-1955) e Santos Lucas (1866-1939), directores das Faculdades de Medicina²⁸² e de Ciências²⁸³, respectivamente²⁸⁴. Os três encorajam e concordam com a construção de edifícios na área do Campo Grande, dado ser imprescindível a sua concretização para o correcto funcionamento de todas as componentes universitárias, incluindo residências para estudantes, campos desportivos e áreas de lazer, forçosamente comunicantes com a cidade através de uma rede viária de transportes a desenvolver pela Câmara Municipal. Focam-se como exemplos os *campi* edificados “nas grandes cidades progressivas da Europa e da América”²⁸⁵, não havendo razão para que Portugal não promovesse construções universitárias de similar calibre num “arrabalde citadino”²⁸⁶, à imagem desses casos estrangeiros²⁸⁷. O Campo Grande é encarado, portanto, como lugar que reúne condições para a edificação da Cidade Universitária de Lisboa, compreendida na sua aceção global enquanto local de estudo mas também de fomento do espírito académico, sendo posta de parte a anterior ideia, publicamente defendida e praticamente decidida, de ocupação do Campo de Santana.

Na sequência do debate público em torno desta concretização, pronunciou-se no mesmo jornal diário o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Vicente de Freitas (1869-1952)²⁸⁸: apoiando a concentração das Faculdades e instalações universitárias por forma a cessar a sua dispersão por vários bairros da capital, reforça o auxílio total que a municipalidade prestará no tocante à resolução do problema de transportes e comunicações na área do Campo Grande, contribuição para o progresso e modernização

²⁸¹ “A Cidade Universitária de Lisboa e o que a seu respeito nos disse o Prof. Queirós Veloso, vice-reitor da Universidade”, *Diário de Notícias*, nº 23002, ano 66º, 12 de Fevereiro de 1930, p. 1.

²⁸² “A Cidade Universitária de Lisboa e as considerações que a seu respeito faz o ilustre director da Faculdade de Medicina, prof. Egas Moniz”, *Diário de Notícias*, nº 23004, ano 66º, 14 de Fevereiro de 1930, p. 1.

²⁸³ “A Cidade Universitária de Lisboa. O que a seu respeito nos disse o director da Faculdade de Ciências, prof. Santos Lucas”, *Diário de Notícias*, nº 23008, ano 66º, 18 de Fevereiro de 1930, p. 1.

²⁸⁴ Desejou o jornal entrevistar igualmente os directores das Faculdades de Direito e da Faculdade de Farmácia, facto que a interrupção lectiva do Carnaval impossibilitou. Posteriormente, intentou-se a conversa, mas dada a inserção destes professores na comissão de estudos, adiante referida, compreendeu-se a impossibilidade de pronúncia dos mesmos sobre o assunto em causa. Cf. “Cidade Universitária de Lisboa. Duas Entrevistas que se não fazem e uma conversa, ao longo da rua do Ouro, com o presidente da Câmara Municipal”, *Diário de Notícias*, nº 23038, ano 66º, 18 de Março de 1930, p. 1.

²⁸⁵ “A Cidade Universitária de Lisboa e o que a seu respeito nos disse o Prof. Queirós Veloso, vice-reitor da Universidade”, *op. cit.*, p. 1.

²⁸⁶ *Idem, Ibidem, loc. cit.*

²⁸⁷ Ao longo das entrevistas, são referidas as cidades de Milão, Madrid e Paris, e particularmente no caso das construções hospitalares, Lyon e S. Paulo.

²⁸⁸ “Cidade Universitária de Lisboa. Duas Entrevistas que se não fazem e uma conversa, ao longo da rua do Ouro, com o presidente da Câmara Municipal”, *op. cit., loc. cit.*

da cidade. O mesmo general Vicente de Freitas que, dois anos antes, afirmara que se canalizariam os esforços do Governo para o desenvolvimento da instrução primária gratuita e do ensino técnico agrícola, ao que “a secundária e a superior não será preciso desenvolvê-las com tanta intensidade e serão pagas por aqueles que as quiserem receber”²⁸⁹ – a frequência do ensino superior permanecia confinada a uma minoria desafogada financeiramente, o que demonstra a ineficácia da atribuição de bolsas de estudo.

1.2. A primeira comissão de estudo e o “projecto integral” sob reitorado de Caeiro da Mata (1930)

Ainda no final do mês de Fevereiro de 1930, noticiou o *Diário de Notícias* a convocação da “comissão encarregada do estudo da Cidade Universitária”²⁹⁰ para uma reunião no novo edifício do Ministério da Instrução Pública, sem que houvesse sido publicamente apresentada a sua criação ou tivessem sido nomeados os seus elementos constituintes. Volvidos alguns dias, a 2 de Março, relatou-se a instalação dessa comissão de estudo da Cidade Universitária no mencionado edifício, recebida pelo secretário geral da Instrução Pública, Monteiro de Barros. Pugnando-se pela elaboração de um plano de “fácil realização e dentro das possibilidades do Tesouro”²⁹¹, pertenciam à comissão:

“os srs. drs. Caeiro da Mata, (...) David Lopes, Santos Lucas, Egas Moniz e Moreira Beato, respectivamente directores das Faculdades de Letras, Ciências, Medicina e Farmácia, e os srs. drs. Aquiles Machado e Azevedo Neves, vogais do Conselho Superior de Instrução Pública e do Senado Universitário de Lisboa”²⁹².

Meses mais tarde, sob alçada do reitor Caeiro da Mata, apresentou esta comissão um projecto integral de instalação universitária com planta anexa [FIG.2], entregue ao Ministro da Instrução e igualmente publicado no *Diário de Notícias*²⁹³. Apresentado e aprovado plenamente pelo Senado Universitário, como o relata Carneiro Pacheco²⁹⁴,

²⁸⁹ *Diário de Notícias*, nº 22352, ano 64º, 19 de Abril de 1928, p. 1.

²⁹⁰ “A Cidade Universitária”, *Diário de Notícias*, nº 23017, ano 66º, 27 de Fevereiro de 1930, p. 1.

²⁹¹ “Novos Edifícios Universitários”, *Diário de Notícias*, nº 23020, ano 66º, 2 de Março de 1930, p. 1.

²⁹² *Idem, Ibidem, loc. cit.*

²⁹³ “A Cidade Universitária”, *Diário de Notícias*, nº 23124, ano 66º, 16 de Junho de 1930, p. 9.

²⁹⁴ Cf. Carneiro Pacheco, *Relatório sobre as mais precárias instalações (...)*, p. 9.

estimaram-se os custos da obra em c.150.000 contos²⁹⁵, cobrindo uma área de 80 hectares de terreno, dos quais já 150.000 m² pertenciam à Faculdade de Medicina e c.38.000 m² à de Farmácia, factor com o seu peso financeiro para a escolha da localização. Assim, a região da Palma de Cima, a oeste do Campo Grande, prevalece sobre outras soluções apontadas: excluíram-se o Campo de Santana, Rilhafoles e Bemposta, por constituírem zonas exíguas incapazes de congregar a Universidade na íntegra sem evitar demolições consideráveis, e a zona de Campolide-Amoreiras, visto que implicaria “a difícil remoção de grandes quartelamentos e da Penitenciária”²⁹⁶. Os terrenos da Palma de Cima encontravam-se no seio de arruamentos já traçados pela Câmara Municipal, passíveis de aceder a vários pontos de Lisboa, na senda do plano de melhoramentos de Ressano Garcia, que tornara a verdejante zona não-urbanizável, outro ponto a favor. Paralelamente, a menção do incremento dos transportes, através da ampliação da linha de eléctrico.

O projecto revela-se, de facto, metodicamente delineado nas suas componentes justificativas, bem como quanto à estruturação da implantação e distribuição espacial dos edifícios a erigir, norteado por seis indicações básicas: reunião de todas as Faculdades e dependências universitárias; disposição de terrenos suficientes para projecção de edificações futuras, como residências estudantis e campos de jogos; construção de raiz de edifícios adequados aos fins a que se destinam, “segundo os modernos princípios arquitectónicos, (...) evitando demolições, reconstruções e adaptações”²⁹⁷; localização de fácil acesso e comunicante com pontos distintos da cidade; conservação de tudo aquilo que, proveniente das actuais instalações, possa ser reaproveitado e execução do plano “dentro de curto espaço de tempo”²⁹⁸. Consideram-se sete grupos de edifícios: Reitoria e Secretaria Geral²⁹⁹, Faculdades de Letras, de Direito, de Ciências, de Farmácia e de Medicina com os respectivos anexos, e o Hospital Escolar, com capacidade para 1000 camas³⁰⁰. Em adição, encara-se o aproveitamento e manutenção de algumas instalações

²⁹⁵ “O Bairro Universitário a construir no Campo Grande importará em 150.000 contos”, *Diário de Notícias*, nº 23120, ano 66º, 12 de Junho de 1930, p. 1.

²⁹⁶ “A Cidade Universitária”, *op. cit.*, p. 1.

²⁹⁷ *Idem, Ibidem, loc. cit.*

²⁹⁸ *Idem, Ibidem, loc. cit.*

²⁹⁹ Com capacidade de integrar salas de festas, de conferências, de reuniões de sociedades científicas, a biblioteca universitária e a Escola Normal Superior.

³⁰⁰ São, inclusivamente, enumeradas despesas aproximadas para cada uma das parcelas do projecto, atentando ao total de 150000 contos: edifício da Universidade (Reitoria), 8500 contos; Faculdade de Letras, 8500 contos; Faculdade de Direito, 8500 contos; Faculdade de Ciências, 11500 contos; Faculdade de Farmácia, 5000 contos; Faculdade de Medicina, 14000 contos; Hospital Escolar, 30000 contos; residências

pertencentes à Universidade, nomeadamente os institutos anexos à Faculdade de Medicina³⁰¹ e o edifício da Faculdade de Ciências³⁰², que não interessava saírem da tutela da instituição.

Num claro ímpeto de progresso, e demonstrando uma visão projectada para o futuro, planearam-se os edifícios contabilizando não apenas o número de estudantes inscritos à data, mas prevendo uma duplicação da população universitária. Relativamente à planta, assume-se como um esquema hipotético, sem carácter definitivo e carecendo de estudos mais aprofundados, visando proporcionar uma base de trabalho que demonstre ser possível conjugar a totalidade de edifícios das Faculdades e seus serviços na área proposta³⁰³. Esta, surge atravessada por uma avenida planeada pela Câmara Municipal, que ligaria a Embaixada de Espanha a Telheiras, na qual se integra o eixo das construções³⁰⁴. A poente da avenida, encontram-se os edifícios da Faculdade de Direito, Universidade (Reitoria) e Faculdade de Letras, interligados por galerias; a nascente, o bloco da Faculdade de Medicina com a Faculdade de Farmácia anexa, igualmente ligada por uma galeria, e no mesmo esquema a Faculdade de Ciências e o seu Observatório. Segue-se o núcleo do Hospital Escolar, com diversos pavilhões interligados entre si. A sul, mais perto do nó entre a Avenida da República e o Campo Grande, dispõem-se as zonas destinadas a acolher as residências dos estudantes e para prática de educação física. Como o refere Patrícia Santos Pedrosa, este esboço aproxima-se do “desenho de vias circulares do parque proposto, em 1903, por Ressano Garcia”³⁰⁵, preenchidas pelos edifícios, divergindo do plano anterior que Carlos Ramos apresentara.

de estudantes e campos de jogos, 9000 contos; compra de mais 61 hectares de terreno, 20000 contos; apetrechamentos, 35000 contos.

³⁰¹ Menciona-se uma remodelação do Hospital Escolar, permanecendo anexo à Faculdade, à semelhança dos institutos Médico-Legal, Bacteriológico de Câmara Pestana, Oftalmológico e a Maternidade, com funcionamento continuado, facto que não impedia a criação de novas instalações para o ensino dessas especialidades.

³⁰² O edifício da Faculdade de Ciências prestar-se-ia a albergar as colecções de História Natural do Museu Bocage.

³⁰³ Como se referiu, o desenho foi reproduzido no *Diário de Notícias* de 16 de Junho de 1930. Carneiro Pacheco inseriu, no seu *Relatório sobre as mais precárias instalações da Universidade de Lisboa*, a mesma planta (Doc. nº 3), com algumas notas à margem e assinalando os terrenos já pertencentes às Faculdades Medicina e de Farmácia. Assim, incorpora as áreas de construção destinadas a cada edifício: Medicina, 20000 m²; Hospital Escolar, 30000 m²; Ciências, 16000 m²; Farmácia, 5000 m²; Letras, 12000 m²; Direito, 12000 m²; Universidade, 12000 m²; Residências dos estudantes, 10000 m²; Educação Física, 100000 m².

³⁰⁴ Sendo que o eixo desta da Embaixada de Espanha 1040 m.

³⁰⁵ Patrícia Santos Pedrosa, *op. cit.*, p. 91.

Um projecto de conjunto, integrador, com intenções de futuro, que se poderia afigurar como acertado para o problema em questão, que foi, porém e novamente, gorado, sem lhe ter sido dada qualquer continuidade. No final de 1930, reuniu-se o Senado Universitário para uma última sessão, intentando diligências junto de Cordeiro Ramos, insistindo não apenas nos urgentes casos da Reitoria e Faculdades de Letras e de Direito, pois o Professor Egas Moniz reforçou a precariedade das instalações hospitalares da Universidade. A visita ao degradado Hospital de Santa Marta que se realizou no início de Janeiro seguinte, noticiada pelo *Diário de Notícias*, apesar de ter evidenciado alguma vontade de resolução do problema por parte das instâncias governativas, constituiu mais uma promessa vã³⁰⁶. Focou Queirós Veloso, crente na realização da utopia que ainda constituía a cidade universitária lisboeta, que se mantinha a carestia da

“instalação condigna, não por estarem dispersas as diferentes Faculdades, pois é impossível reunir num só edifício a enorme variedade de ensinos que abrange uma Universidade moderna, mas por lhe faltarem órgãos essenciais, como a Reitoria (...) e haver Faculdades deficientemente acomodadas”³⁰⁷.

Acusações repetidas por Carneiro Pacheco aquando da tomada de posse do cargo de vice-reitor da Universidade de Lisboa, em Fevereiro³⁰⁸. Também os estudantes de Direito demonstravam a sua insatisfação face as péssimas condições lectivas: “nós, que vegetamos nos cochichos dum palaciosinho do velho Campo de Santana!”, com carteiras “mimosas, pequeninas, verdadeiros bijous (...) para meninos da instrução primária”³⁰⁹, em número insuficiente para os alunos, na ordem das seis centenas de inscritos.

Mantinha-se, naturalmente, a discussão e a apresentação de soluções durante as sessões do Senado Universitário. A 28 de Outubro de 1931, informou Carneiro Pacheco, em exercício de funções de reitor aquando da permanência de Caeiro da Mata no estrangeiro, acerca do ofício que enviara “dias antes (...) a Sua Excelência o Ministro da

³⁰⁶ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 92.

³⁰⁷ José Maria Queiroz Veloso, “A Universidade de Lisboa”, Ernesto Beleza de Andrade (coord.), *Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1930-31, pp. 7-8.

³⁰⁸ Nomeado para as funções por decreto a 10 de Fevereiro de 1931, no seu discurso de tomada de posse, apresentando as suas intenções, foca naturalmente o problema das instalações universitárias em edifícios adequados, para o qual confluíam todos os esforços de estabelecimento de um plano de conjunto. Cf. “Discurso do vice-reitor sobre as instalações universitárias”, *Idem, Ibidem*, pp. 489-492.

³⁰⁹ Carlos Bana, “Uma Faculdade de Direito original”, *Liberdade*, nº 102, 29-III-1931, citado por Cristina Faria, *op. cit.*, pp. 67-68.

Instrução Pública”³¹⁰ concernindo o malfadado problema. Repetiu-se, a par de uma nova exposição por parte da Faculdade de Letras, a imprescindibilidade da construção de edifícios novos e definitivos para o conjunto da Universidade, pois

“a seguir-se outro caminho, a aparente melhoria resultante duma comparação com as deficiências actuais transformar-se-ia de facto na inutilização do plano unitário a que devem quanto possível obedecer as instalações universitárias, na condenação de uma Faculdade a inevitáveis deformações de funcionamento, numa fonte de pesados gastos de adaptação de um prédio cujo abandono mais tarde ou mais cedo seria absolutamente certo”³¹¹.

Concordaram os professores presentes com a nomeação de uma comissão para estudo de um plano para esses trabalhos, atendendo às modernas necessidades pedagógicas e à capacidade financeira do país, anuindo igualmente que as primeiras construções deveriam destinar-se à Reitoria, às Faculdades de Direito e de Letras e ao Hospital Escolar.

1.3. O empenho de Carneiro Pacheco: o *Relatório* e os modelos universitários de além-fronteiras

Foi preciso passar praticamente um ano para que o Governo instituisse, no Ministério da Instrução Pública, “uma junta com o fim especial de estudar e propor no mais curto prazo de tempo um plano de conjunto para a conveniente instalação de todos os serviços da Universidade de Lisboa”³¹², incluindo as anexas residências dos estudantes, campos de jogos e “todos os elementos integrantes das mais modernas instituições similares”. Sendo encarada a urgência de proceder à elaboração do plano de conjunto, conforme às possibilidades do Tesouro e por via a possibilitar qualidade de vida e ensino à população académica, constituir-se-ia a junta pelo reitor e vice-reitor da Universidade, um médico, um engenheiro e um arquitecto³¹³. Relata Carneiro Pacheco que, na sequência da publicação do decreto, se realizou no Ministério das Obras Públicas e Comunicações uma reunião entre o Ministro Duarte Pacheco (1900-1943) e o Reitor da Universidade de

³¹⁰ “Sessão do Senado Universitário em 28 de Outubro de 1931 (Doc. Nº 9)”, reproduzido em Carneiro Pacheco, *Relatório sobre as mais precárias instalações (...)*, pp. 29-32.

³¹¹ *Idem, Ibidem*, p. 30.

³¹² Decreto nº 21683, *Diário do Governo*, I série, nº 224, 23 de Setembro de 1932, p. 1937.

³¹³ Sem ter sido especificado, em decreto posterior, a composição efectiva da junta.

Lisboa, tendo o assunto sido discutido e considerado “sob diversos aspectos”³¹⁴ por forma a satisfazer as prementes necessidades de instalação. Para que não se olvidassem os casos mais inadiáveis, o reitor enviou logo de seguida uma nota a Duarte Pacheco; corroborando as anteriores propostas do Senado Universitário, destaca a utilização dos vastos terrenos já adquiridos ao Campo Grande para esse núcleo, com inclusão de equipamentos para estudantes³¹⁵, e foca a desejável construção de um novo Hospital Escolar nas imediações³¹⁶. Segundo menciona o vice-reitor, após a reunião elaborou a Reitoria estudos para o programa das instalações, enviados à Direcção Geral do Ensino Superior e Belas Artes a 5 de Abril de 1933. Trata-se, na realidade, apenas de uma listagem de serviços e salas necessárias ao funcionamento dos três supracitados edifícios, previstos para o dobro da população académica então inscrita nos diversos cursos³¹⁷. Não surgem qualquer tipo de plantas ou esboços arquitectónicos, embora o local de implantação reunisse condições excepcionais quer para a construção cuidadosamente projectada do conjunto universitário, sem distúrbios provocados pela vida urbana quotidiana, quer para uma futura e inevitável expansão da cidade de Lisboa.

Em Maio de 1933, o vice-reitor António Carneiro Pacheco³¹⁸ redigiu o seu *Relatório sobre as mais precárias instalações da Universidade de Lisboa*, publicado no ano seguinte³¹⁹. Como tem vindo a ser referido, Carneiro Pacheco muito activamente se empenhou pela causa das instalações da Universidade de Lisboa, autêntico co-reitor como o constatou posteriormente Marcello Caetano³²⁰, sendo “difícil resistir à [sua] rajada de entusiasmo e energia”³²¹. No texto, reforça a necessidade imperiosa de dar resposta ao

³¹⁴ Carneiro Pacheco, *op. cit.*, p. 10.

³¹⁵ Campos de jogos desportivos, balneários e residências para estudantes, a instalar por iniciativa dos próprios.

³¹⁶ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 10-11.

³¹⁷ Na Reitoria, previam-se 3057 alunos; nos casos das duas Faculdades, estimava-se um acréscimo dos estudantes atingindo o número 1000. Cf. *Idem, Ibidem*, Doc. nº 5, pp. 19-21.

³¹⁸ Professor da Faculdade de Direito de Lisboa, politicamente empenhado nas causas do regime, entre outros casos, como membro da Comissão Executiva da União Nacional, António Faria Carneiro Pacheco foi vice-reitor da Universidade de Lisboa de 1931 a Janeiro de 1936, data em que foi nomeado Ministro da Instrução Pública. Nessa função, remodelaria o ministério – alterando a denominação para Educação Nacional, e toda a esfera pedagógica do ensino no Portugal de então. Cf. “Pacheco, António Faria Carneiro (1887-1957)”, Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito (dir), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. 2, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 709-710.

³¹⁹ A peça original, dactilografada, assinada por Carneiro Pacheco e completada com os respectivos anexos, encontra-se no espólio de correspondência oficial de Oliveira Salazar, AN-TT: AOS/CO/ED-1, PT 2, 78-158.

³²⁰ Marcello Caetano, *Carneiro Pacheco (...)*, p. 4.

³²¹ *Idem, Ibidem*, p. 5.

problema, sobretudo face às situações insuficientes e inaceitáveis das Faculdades de Direito e de Letras e da própria Reitoria³²², sem condições de albergar o governo universitário nem sala para receber individualidades estrangeiras ou celebrar o início do ano lectivo, expondo simultaneamente a verdadeira epopeia de tentativas de resolução desde o Governo de Sidónio Pais. Deste relatório, importa reter os exemplos que demonstram o conhecimento da realidade estrangeira na matéria. Ao apresentar o projecto noticiado em 1930, menciona a construção de cidades universitárias dotadas de condições técnicas e pedagógicas de excelência³²³, segundo moldes arquitectónicos sóbrios e económicos, passíveis de rápida execução. Tais conjuntos surgiam inclusivamente em países assolados por crises, “como a vizinha Espanha”³²⁴, num clima convulso antecedente à guerra civil – em Madrid, vira erguer e entrar em funcionamento, em menos de seis meses, as Faculdades de Filosofia e de Letras. Interessam-lhe as vantagens da instalação conjunta dos três casos inadiáveis num único edifício, concentrando serviços e desviando-os “do centro das grandes cidades para a periferia, embora a uma distância facilmente acessível”³²⁵, à semelhança do que sucedia em Madrid, Milão e Bruxelas. Do último exemplo é inserida uma planta³²⁶, que inclui o edifício central da *Université Libre* de Bruxelas ladeado pelas Faculdades de Direito e de Filosofia, todos interligados por galerias³²⁷. Carneiro Pacheco revelava-se claro nas intenções e procurava os modelos de além-fronteiras como defesa:

“Com as crescentes exigências do moderno ensino, com os progressos da arquitectura pedagógica – de linhas sóbria, mas obedecendo a preceitos – com o exemplo do que vai pelo mundo em matéria de construções universitárias, não pode admitir-se, em pleno século XX e em Lisboa, que se dêem lições ou se instalem laboratórios e

³²² Outro ponto de interesse do vice-reitor é a ausência de uma biblioteca universitária central, que lamenta.

³²³ Erigiam-se construções não só de carácter lectivo, mas também se considerava a vida física e moral do estudantes, através de ginásios e residências.

³²⁴ Carneiro Pacheco, *op. cit.*, p. 8.

³²⁵ *Idem, Ibidem*, p. 11.

³²⁶ Referimo-nos à edição impressa do *Relatório*. Na versão dactilografada, patente no arquivo de Oliveira Salazar, estão anexas uma planta para uma nova Faculdade de Medicina (Doc. nº10), uma publicação referente à Cidade Universitária de Madrid e à história da instituição no país (Doc. nº11), e uma brochura ilustrada sobre a residência de estudantes da Cidade Universitária madrilena, patrocinada pela Fundacion del Amo (Doc. nº12).

³²⁷ As primeiras propostas de Pardal Monteiro, como veremos, reflectem esse modo de união entre os três edifícios, repetindo-se também a organização dos corpos em torno de um ou mais pátios interiores.

institutos de investigação numa Faculdade em salões de dança, quartos de dormir ou salas de jantar, por muito que se transformem ou disfarcem”³²⁸.

Ideias resolutas que teriam de aguardar, novamente, a sua concretização – Marcello Caetano, já em 1960, afirmaria:

“Não fora a má vontade sistemática de certos sectores do Poder contra a Universidade da capital e nessa hora renovadora, em que Duarte Pacheco derrubava, ele também, as montanhas de cepticismo e de indolência da velha paisagem nacional, a Cidade Universitária ter-se-ia erguido logo”³²⁹.

Dada a situação agravante dos Hospitais Escolares da capital e do Porto, resolveu o Governo autorizar a construção de dois equipamentos dessa natureza, anexos às respectivas Faculdades de Medicina de cada uma das cidades, para a qual se criava uma comissão administrativa das obras³³⁰. Constituída por membros a nomear pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, sendo obrigatória a presença de dois professores de Medicina, um de cada cidade. Aumentava-se a previsão de camas do projecto sob reitorado de Caeiro da Mata, de 1930, passando a capacidade de 1000 para 1500 camas por edifício. Estipulava o decreto um prazo bastante diminuto para a conclusão das obras, almejando-se que fossem “inauguradas em 29 de Dezembro de 1936”³³¹. As competências da recém-criada comissão, dependente do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, apenas se legislaram em Março de 1934³³², sem haver menção à sua constituição concreta³³³ ou a possíveis elaboradores do projecto; definiu-se a data de 30 de Setembro desse ano como limite para apresentação do plano geral de obras, fundamentado, e respectivos anteprojectos. Porém, os primeiros anteprojectos para o caso lisboeta apenas foram aprovados em Fevereiro de 1939³³⁴, elaborados em colaboração com o arquitecto alemão Hermann Distel (1875-1945), autor do projecto megalómano da Clínica

³²⁸ Carneiro Pacheco, *op. cit.*, p. 12.

³²⁹ Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 5.

³³⁰ Decreto-lei nº 22917, *Diário do Governo*, I série, nº 171, 31 de Julho de 1933, p. 1498.

³³¹ *Idem, Ibidem, loc. cit.*

³³² Decreto nº 23706, *Diário do Governo*, I série, nº 71, 27 de Março de 1934, pp. 383-385.

³³³ Refere o artigo 2º do decreto que a comissão administrativa será composta por seis membros, “sendo um uma individualidade com larga prática de administração pública, que servirá de presidente, dois professores de medicina (...), dois engenheiros civis e um comercialista, que servirá de secretário”.

³³⁴ Cf. “Hospital Escolar”, *Binário*, nº 49: “Cidade Universitária de Lisboa”, Lisboa, Outubro de 1962, p. 684.

Universitária de Berlim (1941-42)³³⁵. Desde a publicação das competências da comissão, em 1934, esperar-se-iam dez anos até ao início da construção do Hospital Escolar de Lisboa, futuro Hospital de Santa Maria.

1.4. O arranque definitivo do projecto: a instituição da Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários – CANEU (1934)

1934 revelou-se um ano de certo modo decisivo para a concretização da Cidade Universitária lisboeta, mesmo que não tenha significado o vero arranque das obras, situação que se alongaria até meados da década de 1950.

A 31 de Outubro de 1934, uma notícia no *Diário de Lisboa* deu conta da retoma dos estudos de construção necessários para “instalar condignamente a reitoria da Universidade de Lisboa e as Faculdades de Letras e de Direito”³³⁶, publicando a planta do projecto integral de 1930, encarado como “plano inicial”, no qual de se destacam a negro os três mencionados edifícios [FIG.3]. Esse plano, que então se estipula como viável, é entendido como “mais reduzido” devido à construção apenas parcial do conjunto; a sua reutilização, mesmo que somente como base, permite aferir a inércia com que assunto foi sendo encarado nesses quatro anos, sem inovações específicas desde então³³⁷. Refere-se o facto de no dia anterior, 30 de Outubro, ter o Conselho de Ministros deliberado que se iniciassem os trabalhos técnicos para estudo e futura edificação da obra, tendo o Ministro das Obras Públicas “nomeado uma comissão, presidida pelo sr. dr. Carneiro Pacheco,

³³⁵ Pretendia-se um gigantesco Hospital com capacidade para 3250 camas, inserido na almejada *Germania*, capital de Hitler planificada pelo arquitecto Albert Speer. Vide Peter R. Pawlik, *Von Bergedorf nach Germania. Hermann Distel 1875-1945. Ein Architektenleben in bewegter Zeit*, Herzogenrath, Verlag Murken-Altrogge, 2009, pp. 320-337.

³³⁶ “Ao cabo de 25 anos começa a estudar-se a construção dos novos edifícios das Faculdades de Direito e de Letras”, *Diário de Lisboa*, nº 4296, ano 14º, 31 de Outubro de 1934, p. 5.

³³⁷ José-Augusto França menciona que, em Fevereiro de 1933, publicou o mesmo *Diário de Lisboa* um plano “de uma Cidade Universitária com residências para estudantes, que deveria ser realizada no Campo Grande” e a proposta dos arquitectos Segurado e António Varela, no ano seguinte, de uma Cidade Olímpica em local próximo; a estas ideias acrescenta o levantamento de um arranha-céus de 26 andares e planta em U nos jardins do Hotel Avis, a concluir em 1940 com projecto do espanhol Pedro Mugurunza. Estas referências são igualmente citadas por Margarida Acciaiuoli, que frisa “as preocupações que ali se depositaram ao mesmo tempo que se preparavam os centenários e se erigia a capital do Império que essa residência de estudantes e centro cultural [o arranha-céus] deveria ecoar”. No entanto, ao confrontarmos estas pistas com os periódicos citados, não pudemos constatar a publicação do plano. Cf. José-Augusto França, José-Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XX (...)*, pp. 244-245, e *Idem, Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, 5ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 90; Margarida Acciaiuoli de Brito, *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes. “Restauração” e “Celebração”*, vol. 1, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea, FCSH-UNL, 1991, p. 441.

reitor em exercício, da Universidade de Lisboa”³³⁸ e integrada pelos engenheiros Fernando Galvão Jácome de Castro e Eduardo Evangelista de Carvalhal. Contando com a colaboração de um arquitecto, não identificado, teria a comissão três meses para elaboração e apresentação do ante-projecto para os três edifícios; previa-se uma solução económica e integrada nos preceitos da moderna arquitectura pedagógica, higiénica e despretensiosa de luxos, correspondendo às exigências elementares, notícia recebida com ânimo pela população académica.

Quanto à comissão mencionada, foi oficialmente nomeada por Duarte Pacheco através de portaria no dia seguinte³³⁹. Na sequência da decisão do Conselho de Ministros de promover a construção dos edifícios em debate, elegeu o Ministro as figuras supracitadas como membros constituintes da comissão – Carneiro Pacheco, vice-reitor e Professor da Faculdade de Direito, e os engenheiros Jácome de Castro e Evangelista de Carvalhal – acrescentando João da Silva Correia, director e Professor da Faculdade de Letras; assim, dois dos membros estavam indelevelmente ligados aos problemas de instalação. Incumbidos de conceber o programa e o projecto das construções, a ser entregue num prazo de três meses, foi-lhes dada a liberdade de proposta de um arquitecto colaborante na elaboração. A primeira reunião efectuou-se a 29 de Novembro, data em que a comissão encetou os seus trabalhos³⁴⁰.

Durante o mesmo mês, e até Janeiro do ano seguinte, decorreram nos Paços do Concelho, em Lisboa, conferências subordinadas a problemas de urbanização³⁴¹. Entre os conferencistas encontrava-se João da Silva Correia, em substituição de Carneiro Pacheco, impossibilitado de comparecer. O director da Faculdade de Letras, tendo discursado a 8 de Dezembro, teceu diversas considerações de interesse concernindo a Cidade Universitária de Lisboa³⁴², recuando às origens da Universidade³⁴³ e relembrando a debilidade das

³³⁸ “Ao cabo de 25 anos começa a estudar-se a construção dos novos edifícios das Faculdades de Direito e de Letras”, *Diário de Lisboa*, p. 5.

³³⁹ Portaria de 1 de Novembro, *Diário do Governo*, II série, nº 275, 22 de Novembro de 1934, p. 5048.

³⁴⁰ ME-NATCE, MOP/CANIU, CANEU, Processo nº 100 “Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro”, Pasta 1. *Relatório sobre a evolução do estado actual dos trabalhos relativos aos edifícios universitários*, 29 de Janeiro de 1942, p. 1 [dactilografado]. **[Documento nº 1]**

³⁴¹ *Problemas de Urbanização. Conferências realizadas no Salão Nobre dos Paços do Concelho*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1936.

³⁴² João da Silva Correia, *A Cidade Universitária*, Separata das Conferências sobre Problemas de Urbanização realizadas no Salão Nobre dos Paços do Concelho, Nov.1934-Jan.1935, Lisboa, Serviços Industriais da C.M.L., 1936.

instalações desde 1911. Neste sentido, destacam-se as suas expectativas e os objectivos de trabalho para a recém-criada comissão. Primeiramente, impunha-se uma reflexão acerca do local, a “inda quási campezina”³⁴⁴ zona a ocidente do Campo Grande, das únicas áreas vastas de terreno livres na cidade para obra de tamanha envergadura, não longe do moderno Instituto Superior Técnico (1927-1935/42) e da futura estação central ferroviária da capital. Relativamente às construções, de traça moderna e simples mas com o seu grau de imponência, deveriam atender e adaptar-se aos preceitos climatéricos e financeiros³⁴⁵ do País. Particularmente, frisa a funcionalidade das diversas salas e a imprescindibilidade do estudo cuidado das bibliotecas. Em adição, havia que atentar nos aspectos intelectual, físico e moral, para plena integração dos estudantes. A edificação conglomerada fomentaria o reforço do espírito universitário entre a população académica, acrescido pela inclusão de campos para jogos desportivos e de courelas para jardinagem, e naturalmente de instalações para as Associações de Estudantes e o Orfeão Académico. Meios promotores do convívio social e do espírito de grupo, bem como de “paciência (...) e respeito do trabalho manual”³⁴⁶ – um projecto de cidade universitária que, paralelamente ao incremento intelectual, valorizasse a inclusão e concentração dos discentes e estimulasse as suas capacidades físicas e morais, segundo princípios de ordem, disciplina e trabalho colectivo, mormente pugnando por um certo controlo das dissidências políticas no seio das organizações escolares. Em suma, que os preparasse como indivíduos e cidadãos conscientes e interventores na vida nacional, conforme os moldes do regime que se erguia. Silva Correia termina o seu discurso convicto das vantagens e do progresso que traria:

“As novas instalações universitárias, realizadas numa visão de conjunto, outorgarão à cidade de Lisboa, esbelta entre as cidades mais esbeltas, um pergaminho espiritual a que ela, capital de uma Nação descobridora de Mundos e construtora de Impérios, tem não menor jus que Roma, Paris ou Madrid – outras cabeças e outros cérebros de latinidade imortal”³⁴⁷.

³⁴³ Facto que aproveita como justificação da aglomeração relativamente próxima dos edifícios universitários, desde tempos remotos, apresentando as diversas localizações na cidade de Lisboa até ao século XVI.

³⁴⁴ João da Silva Correia, *op. cit.*, p. 21.

³⁴⁵ Aponte-se que, para o ano económico 1934-1935, havia sido inscrita no orçamento geral de Estado uma verba de 500 contos cujas finalidades, entre outras, respeitavam à despesa dos estudos e projectos das instalações universitárias. Cf. *Idem, Ibidem*, p. 20.

³⁴⁶ *Idem, Ibidem*, p. 24.

³⁴⁷ *Idem, Ibidem*, p. 25.

Pouco depois, legislou Duarte Pacheco a autorização para “fazer construir novos edifícios para a instalação da reitoria da Universidade de Lisboa e das Faculdades de Letras e Direito”³⁴⁸, acometendo a direcção e administração das obras de construção à comissão instituída para a edificação dos Hospitais Escolares. Remodelada, essa comissão criada pelo decreto-lei nº 22917 assumiu a designação de Comissão Administrativa dos Novos Edifícios da Universidade de Lisboa (CANEU)³⁴⁹, junto da qual passariam a funcionar duas comissões técnicas, “uma para os hospitais escolares e outra para os edifícios da reitoria e Faculdades”³⁵⁰. À imagem do anteriormente estabelecido, compunham as comissões técnicas dois professores das Faculdades de Medicina, para o caso dos hospitais, e um professor de Direito e um de Letras, para o caso dos outros edifícios. Em termos de despesas, é explicitado como serão consignadas as verbas inscritas no Orçamento Geral de Estado. O regulamento das novas comissões publicou-se a 8 de Janeiro de 1935³⁵¹, ao que no dia seguinte se anunciou a constituição de cada uma³⁵². À CANEU, presidida pelo Dr. Alexandre Alberto de Sousa Pinto, estabelecia-se um prazo até 30 de Junho desse ano para apresentação dos planos gerais das obras, fundamentados³⁵³ e acompanhados dos anteprojectos. Para constituição da comissão técnica dos edifícios lisboetas nomearam-se António Faria Carneiro Pacheco, na qualidade de Presidente, e os vogais Fernando Galvão Jácome de Castro³⁵⁴, João da Silva Correia e Eduardo Evangelista da Carvalhal³⁵⁵, retomando os membros anteriormente estipulados para preparação de estudos e anteprojectos.

Não passara uma semana e tinha já esta comissão elaborado um programa base, enviado no dia 25 de Janeiro à CANEU para ser remetido para aprovação ministerial³⁵⁶;

³⁴⁸ Decreto-lei nº 24776, *Diário do Governo*, I série, nº 290, 13 de Dezembro de 1934, pp. 2111-2112.

³⁴⁹ Na prática, passará a identificar-se como Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários, CANEU – sem possibilidade de equívoco com a comissão de obras da Cidade Universitária de Coimbra: Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra (CAPOCUC).

³⁵⁰ *Idem, Ibidem*, p. 2111.

³⁵¹ Decreto nº 24865, *Diário do Governo*, I série, nº 6, 8 de Janeiro de 1935, pp. 37-39.

³⁵² Portaria de 9 de Janeiro, *Diário do Governo*, II série, nº 16, 19 de Janeiro de 1935, p. 266.

³⁵³ O que incluía “indicação da forma de administração, prazo de execução e estimativa orçamental, e bem assim com a distribuição dos encargos pelos anos económicos abrangidos naquele prazo”. Art. 9º, Decreto nº 24865, p. 38.

³⁵⁴ Que veio a ser eleito como vice-presidente, incumbido de substituir o presidente em caso de impedimentos.

³⁵⁵ O engenheiro tornar-se-ia no administrador delegado desta comissão técnica.

³⁵⁶ Cf. ME-NATCE, MOP/CANIU, CANEU, Processo nº 100 “Arquitecto Porfirio Pardal Monteiro”, Pasta 1. CANEU, *Relatório sobre a evolução do estado actual dos trabalhos relativos aos edifícios universitários*, 29 de Janeiro de 1942, p. 1.

Duarte Pacheco rapidamente emitiu o seu parecer, propondo várias modificações³⁵⁷. A segunda proposta foi “em princípio” aprovada nos inícios de Agosto, “com a reserva posta relativamente às instalações culturais para estudantes” e determinando que “se proceda urgentemente à elaboração dos respectivos ante-projectos e estimativas de custo”³⁵⁸. Carneiro Pacheco rogou para que se procedesse à contratação do arquitecto Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957), convidado em Outubro³⁵⁹ para realizar o projecto que incluía a Reitoria, as duas Faculdades e Instalações Gerais para Estudantes³⁶⁰. Com obra reconhecida, sobretudo em Lisboa, Pardal Monteiro fora responsável pela construção do primeiro pólo moderno de edifícios dedicados ao ensino superior na capital, o Instituto Superior Técnico. A sua competência e o seu espírito moderno atestavam-se igualmente através de outras obras, em construção, como o Instituto Nacional de Estatística (1932-35) e o monumento a António José de Almeida (1933-37) em parceria com o escultor Leopoldo de Almeida (1898-1975), ambos nas imediações do IST, e o novo Seminário dos Olivais (1932-37). O arquitecto enviaria os primeiros estudos relativos aos edifícios universitários de Lisboa para apreciação superior no ano de 1938.

2. O Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro: uma escolha do Engenheiro Duarte Pacheco

À data da criação da CANEU, Duarte Pacheco encontrava-se à frente da pasta das Obras Públicas e Comunicações há já dois anos³⁶¹, após uma passagem pelo Ministério da Instrução Pública, em 1928³⁶². Esse ano de 1934 seria decisivo para o lançamento de projectos públicos de grande envergadura, como o IPO e os Hospitais Escolares, através

³⁵⁷ Alterações sobretudo relacionadas com a supressão de gabinetes ou residências e a diminuição de área de determinadas salas.

³⁵⁸ *Idem, Ibidem*, p. 2.

³⁵⁹ O arquitecto foi convidado pela CANEU por carta datada de 22-X-1935. Cf. António Pardal Monteiro, *Porfírio Pardal Monteiro. Notas Biográficas* [dactilografado], 1990, p. 9.

³⁶⁰ Curiosamente, logo no ano de 1928 o arquitecto foi nomeado pelo Ministro da Instrução – Duarte Pacheco – como membro de uma comissão encarregada de proceder a urgentes estudos para “estabelecer residências de estudantes nas cidades em que elas sejam mais convenientes, organizando os respectivos planos e promovendo a sua instalação”. Tal necessidade prendia-se, sobretudo, com as situações de deslocação residencial para junto das Universidades a que se viam obrigados os professores liceais para proporcionarem a continuação dos estudos a seus filhos. Cf. Despacho de 17 de Julho de 1928, *Diário do Governo*, II série, nº 168, 25 de Julho de 1928, p. 2585.

³⁶¹ Escolhido para o Governo de Oliveira Salazar a 5 de Julho de 1932 como Ministro do Comércio e Comunicações, dois dias depois viu-se alterada a designação do Ministério para Obras Públicas e Comunicações, separando-se da recém-criada pasta para Comércio, Indústria e Agricultura. Decreto nº 21454, *Diário do Governo*, I série, nº 157, 7 de Julho de 1932, pp. 1403-1404.

³⁶² Ocupou o cargo de 18 de Abril a 10 de Novembro de 1928, sob ministério de José Vicente de Freitas.

da implementação das respectivas comissões administrativas das obras de construção³⁶³, bem como de projectos urbanos como o Parque Florestal do Monsanto³⁶⁴, em virtude do equilíbrio nas finanças públicas. Como se verificou, a Cidade Universitária de Lisboa, a par da congénere coimbrã, não constituiu excepção.

Tendo ascendido de forma célere ao cargo de Director efectivo do Instituto Superior Técnico em 1927, aos 27 anos de idade³⁶⁵ – beneficiando do apoio e da profunda amizade do professor catedrático Caetano Beirão da Veiga (1884-1962)³⁶⁶ –, Duarte Pacheco envolveu-se empenhadamente na construção de novas instalações para a sua escola em terrenos próximos do Arco do Cego, cujo projecto arquitectónico confiou a Porfírio Pardal Monteiro. Na condição do seu cargo directivo, Duarte Pacheco impôs-se quanto à escolha do arquitecto, professor de Desenho Arquitectónico no Instituto, preterindo o regente de Arquitectura Álvaro Machado (1874-1944), que fora eleito pelos restantes membros do Conselho Escolar. E, na eventualidade de Pardal Monteiro não aceitar a encomenda, o director ver-se-ia obrigado a convidar um técnico estrangeiro, facto que atesta o apreço e a confiança que depositava no colega. Relembrou-o Pardal Monteiro nas suas memórias autobiográficas, escritas em final de vida, que na ocasião propusera a realização de um concurso para diversos arquitectos, ao que Duarte Pacheco lhe respondeu:

“Tenho a seu respeito boas informações, dadas por pessoas que me merecem a maior confiança. Você é o arquitecto que eu e o Conselho escolhemos. Portanto só tenho um caminho a seguir: entregar-lhe o projecto para o Instituto ou confiar este trabalho a um arquitecto estrangeiro, portanto escolha”³⁶⁷.

Assistente desde 1920, o arquitecto Pardal Monteiro contava já com alguma obra arquitectónica, nomeadamente no âmbito dos serviços prestados como Chefe da Secção de Obras da Caixa Geral de Depósitos³⁶⁸, no delineamento de prédios de rendimento e

³⁶³ Pelos decretos-lei n° 23480 e n° 23703, de Janeiro e Março de 1934, respectivamente.

³⁶⁴ Sendo que os Planos Gerais de Urbanização foram regulamentados pelo decreto-lei n° 24802, de 21 de Dezembro de 1934.

³⁶⁵ Sobre a nomeação de Duarte Pacheco para este cargo e a sua ascensão no Instituto, *vide* Sandra Vaz Costa, *O País a Régua e Esquadro. Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco*, Dissertação de Doutoramento em História, especialidade em Arte, Património e Restauro, FLUL, 2009, pp. 101-126.

³⁶⁶ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 94-95.

³⁶⁷ Citado por Ana Tostões, *Pardal Monteiro. Fotobiografias Século XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2009, p. 55.

³⁶⁸ Na concepção de agências em Lisboa (1921), Porto (1923) e Setúbal (1924).

moradias particulares e no projecto da Estação do Cais Sodré, iniciado em 1925. Nas suas memórias, refere que travara conhecimento com Duarte Pacheco, na altura à frente da pasta da Instrução Pública, no dia da inauguração da estação de caminhos-de-ferro do Cais Sodré, a 19 de Agosto de 1928³⁶⁹. No entanto, ambos integravam o corpo docente e o Conselho Escolar do IST, em instalações exíguas ao Conde Barão, e desde 1927 laborava Pardal Monteiro no projecto dos novos edifícios para a escola, ao que certamente se teriam cruzado em ocasião anterior³⁷⁰. A escolha de Pardal Monteiro, em detrimento de Álvaro Machado, coaduna-se com o espírito de modernização do engenheiro e a sua vontade de incrementar o Instituto, remodelando-o e conferindo-lhe uma linguagem estética nova e compassada com a época que se vivia. A par do Instituto Português de Oncologia, o Instituto Superior Técnico viria a constituir um dos paradigmas dessa nova arquitectura, de inspiração modernista, no território nacional, ao serviço do poder mas igualmente das suas funções inerentes enquanto instituições com finalidades específicas, a assistência e o ensino.

A edificação do novo Instituto Superior Técnico revelar-se-ia como a primeira grande encomenda pública da capital, e, em simultâneo, o início de várias colaborações entre dois homens cuja relação importa tentar compreender. Ambos jovens, de idades próximas, republicanos convictos que haviam perfilado no Batalhão Académico, segundo João Vieira Caldas “homens de acção (...) cheios de energia e de confiança em si próprios”³⁷¹, preocupados com questões relativas à arquitectura e ao urbanismo. De ideias inovadoras, partilharam a convicção do incremento da posição profissional do arquitecto, até então subalterno à figura do engenheiro³⁷². Neste sentido, Pardal Monteiro viria a referir, anos mais tarde e já após o falecimento de Pacheco, a dívida do país para com o engenheiro, elogiando o seu discernimento perante a importância social dos arquitectos, por

³⁶⁹ Cf. Ana Tostões, *op. cit.*, p. 44.

³⁷⁰ Cf. Sandra Vaz Costa, *op. cit.*, pp. 134-139.

³⁷¹ João Vieira Caldas, *Porfírio Pardal Monteiro – Arquitecto*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1997, p. 45.

³⁷² Durante a vigência do regime estadonovista, embora várias tentativas tivessem sido realizadas, não alcançariam os arquitectos o estatuto de Ordem, ao contrário dos engenheiros cuja Ordem foi criada em 1936. Organizavam-se desde 1933 sob o Sindicato Nacional dos Arquitectos, a cujo Conselho Directivo Pardal Monteiro presidiu por alguns anos (1936-1944). A associação só veio a ascender a Ordem dos Arquitectos em 1998. Sobre este assunto *vide* Ana Isabel Ribeiro, *Arquitectos Portugueses: 90 Anos de Vida Associativa. 1863-1953*, 2 vols., Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, FCSH-UNL, 1993.

“ter reconhecido que tão incoerente situação não era conveniente, nem justa nem sequer honrosa para o Estado, nem para a Nação, o que o levou, como era de justiça, a modificá-la equiparando Arquitectos e Engenheiros nas mesmas categorias”³⁷³.

Uma relação que se complementaria através dos métodos de trabalho: Duarte Pacheco, incisivo, reconhecendo as falhas que urgia suprir e rodeando-se de equipas multidisciplinares para a sua resolução; Pardal Monteiro, minucioso na concepção das plantas dos edifícios e atento à realidade além-fronteiras, tomando como base imprescindível viagens de estudo e a participação em congressos no estrangeiro; nas palavras de Ana Tostões,

“de um lado, (...) o encomendador esclarecido, o empreendedor compulsivo, o transformador consequente; do outro, (...) o arquitecto que fazia da eficácia excelência. Em comum, a paixão transformadora e a pulsão construtiva ao serviço do desígnio do progresso”³⁷⁴.

Dois homens que lutaram por um objectivo comum, unidos proximamente pelo trabalho, facto recordado pelo arquitecto: “Do convívio com Pacheco resultou uma grande confiança mútua e uma intimidade que nos levou a colaborar no sentido do interesse geral da Nação”³⁷⁵. Convivência iniciada a propósito do projecto do IST, que se transformou em afinidade e que propiciou, de certo modo, a aliança entre arquitectura e poder, que se reflectiria na política de fomento de obras públicas por parte do regime.

Para as novas instalações do IST pugnou-se por um projecto global, que atendesse às necessidades científicas e pedagógicas específicas do ensino técnico ministrado, mas igualmente enquadrasse a vivência social do espaço e se inserisse na envolvente urbana – é sob o incentivo de Duarte Pacheco que a Câmara Municipal de Lisboa concretiza o vizinho bairro social do Arco do Cego, intento malogrado da I República. Um programa complexo e ambicioso, que Pardal Monteiro solucionou através da concepção de vários módulos respeitantes a cada um dos ramos da engenharia leccionados, dotados de laboratórios, bibliotecas e todo o tipo de salas indispensáveis ao seu funcionamento, bem

³⁷³ Porfirio Pardal Monteiro, “Arquitectos e Engenheiros perante os problemas da Arquitectura”, *Arquitectura*, ano XXII, 2ª série, nº 33-34, Lisboa, Maio de 1950, p. 31.

³⁷⁴ Ana Tostões, *op. cit.*, pp. 54-55.

³⁷⁵ Pardal Monteiro, notas autobiográficas, citado por Ana Tostões, *op. cit.*, p. 80.

como instalações desportivas e de lazer. A impossibilidade se construir apenas um edifício central prendeu-se igualmente com a configuração acidentada do terreno, o que dificultou a implantação. De focar o propósito de continuidade que o arquitecto imprimiu ao complexo, isto é, a projecção dos edifícios com vista a futuras ampliações, acompanhando a evolução da engenharia; a própria obra, suportada por empréstimos contraídos com a Caixa Geral de Depósitos, desenvolveu-se em terrenos que haviam sido adquiridos com uma área bastante superior à necessitada. Assim, tornou-se num investimento igualmente com visão futura, por ter capitalizado a zona e proporcionado novas vias de urbanização³⁷⁶, a levar a cabo pela Câmara Municipal de Lisboa³⁷⁷; sucintamente, dinamizou a expansão da cidade³⁷⁸.

Pardal Monteiro acompanhou a preocupação do director de actualizar o ensino técnico e muni-lo de condições materiais de qualidade³⁷⁹, à semelhança dos melhoramentos nos edifícios escolares primários e, sobretudo, da reforma liceal que desencadeou nos meses em que foi Ministro da Instrução Pública³⁸⁰. Duarte Pacheco concretizou os intentos do poder político, aliando-os aos seus interesses enquanto membro do IST, cujas infra-estruturas urgia erguer, como o evidencia Sandra Vaz Costa:

“se era pretensão do governo reformar o ensino, a legitimação do discurso político poderia passar a obra efectiva: as novas instalações do Técnico. Elevando o projecto (...) a porta-estandarte das reformas do ensino, da projecção do ensino técnico e da formação da nova classe profissional geradora de riqueza”³⁸¹.

³⁷⁶ Revelando-se posteriormente a preocupação de Duarte Pacheco, já Ministro das Obras Públicas e Comunicações, face a questões de urbanismo num país que não formava técnicos especializados – o que o levará a chamar profissionais estrangeiros a Portugal.

³⁷⁷ Era arquitecto do município Luís Cristino da Silva (1896-1976), que realizara já antes do início da edificação do IST o plano de urbanização da área.

³⁷⁸ Em breve outros equipamentos se adicionariam ao local, como o Instituto Nacional de Estatística (1931-35), também de Pardal Monteiro, e a Casa da Moeda (1933-41), do arquitecto Jorge Segurado.

³⁷⁹ Mesmo que o arquitecto fosse obrigado a abdicar de construir uma estrutura recorrendo totalmente ao betão armado, como havia projectado, confinado a aplicações pontuais como vigas, terraços e pavimentos, em face da necessidade de minimizar os custos da obra e por não ser empregue mão-de-obra qualificada, dada a sua inexistência.

³⁸⁰ Cf. Sandra Vaz Costa, *op. cit.*, pp. 170-171 e 174-179. Sobre os edifícios do ensino primário *vide* Filomena Beja et al., *Muitos Anos de Escolas*, vol. 1: *Edifícios para o ensino infantil e primário até 1941*, Lisboa, ME-DGAE, 1990; sobre o melhoramento material e edificação de liceus, *vide* Gonçalo Canto Moniz, *Arquitectura e Instrução. O projecto moderno do liceu 1836-1936*, Coimbra, Edarq - Departamento de Arquitectura, 2007.

³⁸¹ Sandra Vaz Costa, *op. cit.*, p. 112.

Inaugurado em 1935, embora não se tendo realizado a totalidade do planificado³⁸², o IST impôs-se como obra inovadora e moderna no panorama nacional, tanto a nível estético, depurado, pautado por volumes rectilíneos, horizontais e por decoração muito contida, como de intenções funcionais, atendendo à iluminação natural através de amplos vãos com janelas em caixilharia de ferro e a salas com dimensão suficiente para albergar o crescente número de alunos. No topo de uma “pequena acrópole a dominar toda a região”³⁸³, presidindo à imponente Alameda, constituiu a única obra votada ao ensino superior construída na década de 1930 – ainda não seria neste período que a Cidade Universitária de Lisboa ultrapassaria o plano intencional. Adequado às modernas incumbências pedagógicas e de investigação científica almejadas, o IST, com uma dimensão até então desconhecida em Portugal, anunciou uma mudança no que respeita à paisagem urbana da capital, intimamente relacionada com o poder político vigente.

Aquando da abertura do primeiro ano lectivo nas novas instalações do Instituto, Porfírio Pardal Monteiro, contando 38 anos de idade, já recebera a encomenda dos quatro edifícios a compor, numa primeira instância, a Cidade Universitária de Lisboa: Reitoria, Faculdades de Letras e de Direito e Instalações para Estudantes. Durante a construção do IST, complexo que definiu uma alteração conceptual na sua obra, por lhe ter despoletado uma reflexão mais atenta sobre a expressão arquitectónica do seu tempo e suas funcionalidades, continuara a laborar em obras que, conforme José-Augusto França, “incluíam a monumentalidade como valor de função”³⁸⁴. Para além dos já citados exemplos da sua obra edificada até este momento, dedicou-se a projectos tão variados como o *stand* da Ford Lusitana, ao Parque Eduardo VII (1930-32), a polémica Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, na Avenida de Berna (1934-38), o edifício sede do Diário de Notícias (1936-40) na Avenida da Liberdade, e o esboço das gares marítimas de Alcântara (1934-42) e da Rocha do Conde de Óbidos (1934-45), para além de algumas moradias particulares. Este acréscimo de encomendas, tanto públicas como privadas, levaram-no a organizar um *atelier* profissional próprio com diversos colaboradores, nos inícios da década de 1930. A sua reconhecida obra e o caso particular do moderno

³⁸² Do projecto inicial ficariam por erigir o pavilhão de Hidráulica e Ensaio de Materiais e os laboratórios de Máquinas e Motores.

³⁸³ Porfírio Pardal Monteiro, “Instituto Superior Técnico”, *Arquitectos*, nº 4, Lisboa, SNA, Maio 1938, citado por Sandra Vaz Costa, *op. cit.*, p. 139.

³⁸⁴ José-Augusto França, *O Modernismo na Arte Portuguesa*, 3ª edição, Lisboa, ICALP, 1991, p. 60.

equipamento de ensino superior técnico materializado no IST³⁸⁵, terão tido o seu devido peso para o convite de concepção da Cidade Universitária.

À imagem de outros arquitectos da sua geração, Pardal Monteiro encontrou nas encomendas do regime em afirmação, empenhado na sua imagem inovadora e actual e na ilustração da regeneração nacional pretendida, um estímulo ímpar para projectar edifícios segundo princípios contemporâneos, abandonando os formalismos clássicos ministrados na Academia³⁸⁶. As condições para uma actualização da linguagem arquitectónica³⁸⁷ foram providas, sobretudo, graças ao empenho de Duarte Pacheco enquanto Ministro das Obras Públicas e Comunicações (1932-36), pugnando através de uma acção coordenada pela restauração infra-estrutural do país³⁸⁸ – como menciona Margarida Acciaiuoli, o Ministro viu nas potencialidades do movimento moderno “a eficácia para responder cabalmente às funções que em cada caso se lhe pediam”³⁸⁹. Empreendeu-se, nos anos 30, a *Década de Ouro das Obras Públicas*, via mediática de imposição e publicitação da nova ordem política, sustentando-se um programa baseado em princípios que a legitimavam – sempre em prol da Nação, como focou Salazar na sua celebrizada afirmação “Tudo pela

³⁸⁵ O IST constituiu-se como laboratório experimental, proporcionando uma vera ruptura na sua obra arquitectónica e, assim, iniciando um novo ciclo na sua carreira em que predominam as encomendas públicas. Cf. João Vieira Caldas, *op. cit.*, p. 47 e 51.

³⁸⁶ Segundo João Vieira Caldas, “os arquitectos, salvo algumas excepções, viram no Estado Novo, mesmo quando não partilhavam a ideologia oficial e se assumiam pragmaticamente como técnicos disponíveis, a oportunidade de realização de uma obra que de outro modo não teria tido a mesma amplitude”. João Vieira Caldas, “Cinco entremeios sobre o ambíguo modernismo”, Anette Becker, Ana Tostões, Wilfried Wang (org.), *Arquitectura do Século XX. Portugal*, Lisboa, Prestel-DAM, 1998, pp. 27-28.

³⁸⁷ Não nos cabe aqui reflectir sobre a questão da assimilação – e compreensão – do movimento moderno em Portugal, muito menos as polémicas que gerou, havendo estudos que se debruçaram sobre o assunto. Para além do catálogo *Arquitectura do Século XX. Portugal* citado na nota anterior, *vide*, por exemplo, Sérgio Fernandez, *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*, 2ª ed., Porto, FAUP, 1988, e José Manuel Fernandes, *A Arquitectura Modernista em Portugal (1890-1940)*, Lisboa, Gradiva, 1993. Nuno Portas expôs o superficial eco do movimento em terras lusas: “Os testemunhos que recolhemos de alguns desses homens confirmam e confessam a pobreza das fontes que tinham à mão, como da formação que haviam recebido. (...) Ao fim e ao cabo, a ligação ao internacionalismo militante do *Esprit Nouveau*, de Le Corbusier ou da Bauhaus, de Gropius, fez-se indirectamente pela frágil via de algumas estadas em Paris, alguma viagem à Alemanha já pré-hitleriana, à Itália mussoliniana ou apenas a Madrid... ou à consulta das raras revistas que aqui chegavam.” Cf. Nuno Portas, “Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: Uma Interpretação”, *A Arquitectura para Hoje seguido de Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal*, 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 174.

³⁸⁸ Foi sob Duarte Pacheco que se incrementou o reconhecimento oficial do papel do arquitecto, até então preponderando, em estatuto e regalias, a figura do engenheiro; atesta-se a vontade de alteração dessa realidade através das palavras proferidas por Pacheco durante o primeiro ano na presidência da CML, tendo reforçado ser “necessário velar pela estética da Cidade, entregando a quem de direito, aos arquitectos, a orientação geral das construções”. *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, acta nº 4, sessão de 17-III-1938, p. 13, citado por Sandra Vaz Costa, *op. cit.*, p. 233.

³⁸⁹ Margarida Acciaiuoli de Brito, *op. cit.*, p. 439.

Nação, nada contra a Nação”³⁹⁰. Conforme constata João Fagundes, o investimento em infra-estruturas³⁹¹, no cenário de um país profundamente ruralizado cuja economia dependia do estrangeiro e dos mercados das colónias, concorreu, paralelamente à absorção imediata do desemprego, “para o nítido progresso industrial dos anos 50 e 60, embora à custa da exploração férrea de uma mão-de-obra amplamente disponível e disciplinada”³⁹².

A obra da Cidade Universitária de Lisboa, entendida como peça imprescindível da vida da “capital do Império” e portanto patrocinada pelo Governo, ficou numa primeira fase imbuída desse espírito empreendedor de Duarte Pacheco, cuja acção era suportada por uma equipa multidisciplinar³⁹³. Porém, entretanto, a profícua relação de trabalho entre Duarte Pacheco e Pardal Monteiro estancara³⁹⁴, não se resolvendo até 1943, data da morte do Ministro, na sequência de um acidente de viação. O arquitecto ficou privado de encomenda oficial por determinado tempo nos inícios da década de 40, cingindo-se a terminar obras iniciadas e com data prevista de inauguração, como o caso dos projectos para o certame de 1940, ao que apenas após o falecimento de Pacheco, e já nos finais da década, seria relançada a sua obra pública de grande envergadura.

3. Da intenção à morosa efectivação: projectos, retrocessos e construção da Cidade Universitária de Lisboa (1935-1961)

A leitura dos *Anuários da Universidade de Lisboa* referentes aos anos de 1930 indica que o problema das instalações persistia em discussão no meio académico, que,

³⁹⁰ Oliveira Salazar, “O meu depoimento” (7-I-1949), *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV - 1943-1950, Coimbra, Coimbra Editora, 1951, p. 355.

³⁹¹ No período que mediou entre 1932 e 1946, as verbas atribuídas ao MOPC variaram entre 13,8% e 25,5%. A. Sousa Franco, “As finanças do «Estado Novo»: o mito realizado e os seus frutos”, João Medina (dir.), *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol. XII – “O «Estado Novo». I – O ditador e a ditadura”, Alfragide, Ediclube, 1993, p. 349.

³⁹² João Fagundes, “Obras Públicas – a grande fachada do «Estado Novo””, *Idem, Ibidem*, p. 365.

³⁹³ O Ministro contribuiu para o incremento do país em termos de redes viárias, transportes terrestres e aéreos, telecomunicações, enfim, para uma modernização estrutural dos serviços públicos. Particularmente, implementou-se uma nova imagem de dignificação da “capital do Império”, através da instituição de tipologias arquitectónicas que se desejavam identificáveis – estações dos Correios, agências da CGDCP, escolas primárias, palácios de justiça, entre outros, e se repetiram por todo o território português, na senda dos oficiais intuitos de restauração historicista nacional. Sobre o empenho de Duarte Pacheco no que respeita à execução de sistemáticas expropriações de terrenos por utilidade pública e dos Planos Gerais de Urbanização, decretados em 1934, vide Margarida Souza Lôbo, *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*, 2ª edição, Porto, FAUP Publicações, 1995.

³⁹⁴ O litígio entre ambos terá tido origem no facto de Pardal Monteiro enviar ao Ministro, para aprovação, os desenhos do pedestal da estátua de D. João IV, para Vila Viçosa, emoldurado sob um vidro, impossibilitando Duarte Pacheco de comentar e emendá-los, como habitualmente fazia sobre os esboços – “rabiscos” que não agradavam a Porfírio. Não comentando o sucedido, Pacheco não voltaria a confiar qualquer trabalho ao arquitecto. Cf. João Vieira Caldas, *Porfírio Pardal Monteiro (...)*, p. 73.

porém, permanecia constituído por uma minoritária elite privilegiada. O Presidente do Conselho, em discurso, subtilmente se referiu a esse elitismo, considerado necessário, sendo a “Universidade, a fábrica espiritual portuguesa, que há-de educar os homens para governar e ser governados, e fazer a própria ciência do governo, para maior glória e progresso da Nação”³⁹⁵. Logicamente, controlada à semelhança dos demais graus de ensino³⁹⁶ e inserida nos esquemas corporativos “orgânicos” do Estado³⁹⁷. Embora se denotasse algum crescimento a nível da frequência do ensino superior, sendo que no caso lisboeta aumentou o número de estudantes de 1823 para 3373, no período 1926-1940³⁹⁸, segundo António Nóvoa “a população universitária portuguesa mantém-se a níveis muito reduzidos, tanto em dimensão absoluta como em relação à massa demográfica do país”³⁹⁹. Não obstante a baixa produtividade do ensino superior universitário e a incompatibilidade geral da formação com o progresso imprescindível do País⁴⁰⁰, a construção de edifícios novos, adequados, definitivos e com vista a ultrapassar tais circunstâncias, impunha-se para a Universidade de Lisboa, como verificámos anteriormente.

A Comissão Técnica dos Edifícios para a Reitoria da Universidade e Faculdades de Letras e Direito intercedeu junto da CANEU, em Agosto de 1935, para que se contratasse o arquitecto Pardal Monteiro, incumbido de fornecer diversos elementos de estudo para além das plantas dos edifícios, já bastante pormenorizados⁴⁰¹. Até à entrega dos seus primeiros esboços, em 1938, passaram três anos. Volveriam quase duas décadas para que fosse lançada a primeira pedra do conjunto – protelamento que se relacionou

³⁹⁵ Oliveira Salazar, “A Escola, a Vida e a Nação” (28-I-1933), *Discursos, vol. I – 1928-1934*, p. 302.

³⁹⁶ Refere Maria Filomena Mónica que, quanto ao ensino primário, “o Estado decidia e supervisionava em matéria de currículos, compêndios e métodos didácticos, tinha a seu cargo a preparação e o pagamento dos professores, construía e baptizava escolas, escolhia a decoração dos edifícios e elaborava as provas de exame”. Cf. Maria Filomena Mónica, *op. cit.*, p. 153.

³⁹⁷ Este intento de supervisão estatal organizada surge reflectida num folheto anónimo publicado em 1934: “A Universidade terá que viver integrada no Estado Novo (...) Dentro da atmosfera do Estado Novo, ela tem que ser nacionalista, e não internacionalista; corporativista, e não liberalista; organicista, e não democrática”; importava incitar a massa estudantil e “conduzi-la a destinos gloriosos – quais sejam os de servir incansavelmente e desinteressadamente a sua Pátria, que é a mais bela de todas as Pátrias”. Cf. *O Problema Universitário em Portugal*, Lisboa, Editorial Vanguarda, 1934, nesta perspectiva citado por Luís Reis Torgal, *op. cit.*, pp. 89-90.

³⁹⁸ Dados apresentados por Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, p. 772.

³⁹⁹ António Nóvoa, “A «Educação Nacional»”, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal, vol XII – “Portugal e o Estado Novo (1930-1960)”*, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 494.

⁴⁰⁰ Cf. *Idem*, *Ibidem*, p. 495.

⁴⁰¹ A lista afigura-se já extremamente completa, tendo em conta a total ausência de contacto anterior do arquitecto com os projectos. Cf. ME-NATCE, MOP/CANIU, CANEU, Processo nº 100 “Arquitecto Porfirio Pardal Monteiro”, Pasta 1. Ofício de Carneiro Pacheco para Presidente da CANEU, 15 de Agosto de 1935. **[Documento nº 2]**

sobretudo, como verificaremos, com questões económicas e da subida de preços de materiais, bem como com medidas de reformulação da orgânica universitária. Em acréscimo, o relativo desinteresse do Presidente do Conselho face ao empreendimento.

3.1. A localização nos terrenos da zona da Palma de Cima

A escolha necessária dos terrenos para implantação do conjunto recaiu, como havia sido desejado, sobre a zona da Palma de Cima, a oeste do então denominado Campo 28 de Maio⁴⁰². Após insistência da CANEU para solucionar esta questão, acedeu o Ministro das Obras Públicas, Silva Abranches (1888-1939)⁴⁰³, com um despacho em Abril de 1936. O Ministro menciona que os edifícios universitários, incluindo o Hospital Escolar,

“deverão constituir um agrupamento no mesmo local. Após o exame directo que fiz do terreno, determino que para tal seja escolhido o Campo Grande, que reúne todas as condições. Nele existe já iniciada a Escola Farmácia, cujo terreno será incorporado no comprado para o Hospital e com o que venha a ser comprado. (...) Há que começar por adquirir terrenos e indicar o que sendo particular convém reservar. Sobre urbanização deve ser estabelecido necessário o contacto com a Câmara Municipal de Lisboa. Outras construções escolares poderão vir a ser feitas local, podendo prever-se desde já a Escola Belas-Artes. Um plano geral com a implantação todos edifícios previstos deve ser elaborado”⁴⁰⁴.

Coloca-se a questão de aquisição de terrenos, que se prende directamente com as necessárias expropriações. A comissão técnica não dispunha de dotações suficientes para tal, ao que o Presidente da CANEU solicitou uma verba de 2500 contos; no seguimento, Oliveira Salazar despachou com intuito de facilitar as expropriações e compra de terrenos para o Hospital, ainda “sem compromisso acerca das construções das Faculdades”, a atender futuramente aquando da aprovação do plano de obras e respectivos projectos⁴⁰⁵.

⁴⁰² Assim se passou a designar o Campo Grande desde 1935, forma de homenagear o regime.

⁴⁰³ Joaquim José de Andrade e Silva Abranches ocupou a pasta durante o afastamento de Duarte Pacheco das Obras Públicas e Comunicações, entre 18-I-1936 e 25-V-1938.

⁴⁰⁴ ME-NATCE, MOP/CANIU, CANEU, Processo nº 100 “Arquitecto Porfirio Pardal Monteiro”, Pasta 1. *Relatório sobre a evolução do estado actual dos trabalhos relativos aos edifícios universitários*, 29 de Janeiro de 1942, pp. 2-3.

⁴⁰⁵ A 19 de Agosto de 1936.

Silva Abranches autorizou, então, que a Comissão adquirisse “os terrenos necessários até à quantia de 2500 contos, (...) serão comprados como sendo destinados ao Hospital Escolar de Lisboa. Oportunamente se destrinçará o que deve ser computado à Reitoria e Faculdades”⁴⁰⁶. No final do ano, por forma a coadjuvar a CANEU no processo das imprescindíveis expropriações, um decreto possibilitou a reserva, “pelo prazo de dois anos, prorrogável (...), dos terrenos e construções situados a oeste do Campo 28 de Maio”⁴⁰⁷. Área encarada como provável de ser ocupada pelas novas instalações universitárias, no seio dos planos de urbanização previstos, para a qual se instituíram comissões de peritos para estabelecimento dos valores das parcelas e prédios a expropriar, calculados “tendo em atenção a média dos valores que tinham nos três anos anteriores”⁴⁰⁸. Como nota Patrícia Santos Pedrosa, tratando-se de uma zona não urbanizável, herança do plano de Ressano Garcia de 1903, os valores seriam certamente baixos⁴⁰⁹. Em Maio de 1937 é aprovada a compra continuada de terrenos, cujo valor limite ascende a 4750 contos⁴¹⁰, após solicitação da CANEU⁴¹¹; no entanto, as novas aquisições ultrapassariam os baixos preços dos prédios já reservados, visto que o decreto classificara os terrenos como urbanizáveis⁴¹². Surgiu, concomitantemente, a necessidade de fundamentar a construção de novos edifícios para as duas Faculdades, requerida pelo Presidente do Conselho, pois a edificação não fora ainda aprovada pelo Governo – facto que se poderia afigurar algo paradoxo, devido às continuadas insistências desde longa data por parte dos membros da Universidade⁴¹³.

⁴⁰⁶ *Idem, Ibidem*, p. 4.

⁴⁰⁷ Decreto-lei nº 27262, *Diário do Governo*, I série, nº 276, 24 de Novembro de 1936, p. 1495.

⁴⁰⁸ Art. 3º, § 3º, *Idem, Ibidem, loc. cit.*

⁴⁰⁹ Cf. Patrícia Santos Pedrosa, *op. cit.*, p. 102. A autora foca duas plantas de urbanização, executadas entre 1935 e 1937, com implantação marcada e concentrada dos edifícios universitários e Hospital, cujo carácter é já distinto do último plano apresentado (1930). Ambas dispõem-nos de forma hierarquizada, com o Hospital e instalações para estudantes no topo, sendo que no plano de 1937 se encontram definidas num edifício só a Reitoria e as Faculdades de Letras e de Direito. Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 102-105.

⁴¹⁰ Relativamente a Lisboa, os terrenos foram avaliados em 7.953.030\$00. ME-NATCE, MOP/CANIU, CANEU, Processo nº 100 “Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro”, Pasta 1. Ofício de Alexandre Alberto de Sousa Pinto para Ministro das Obras Públicas e Comunicações, 27 de Abril de 1937, p. 3.

⁴¹¹ ME-NATCE, MOP/CANIU, CANEU, Processo nº 100 “Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro”, Pasta 1. *Relatório sobre a evolução do estado actual dos trabalhos relativos aos edifícios universitários*, 29 de Janeiro de 1942, pp. 4-5.

⁴¹² O Presidente da CANEU aconselha, inclusivamente, a reserva de outras áreas adjacentes. ME-NATCE, MOP/CANIU, CANEU, Processo nº 100 “Arquitecto Porfírio Pardal Monteiro”, Pasta 1. Ofício de Alexandre Alberto de Sousa Pinto a Ministro das Obras Públicas e Comunicações, 27 de Abril de 1937, p. 3.

⁴¹³ O despacho, comunicado pelo Ministro das Obras Públicas à CANEU, informa que o parecer que justificasse a mencionada construção deveria ser emitido pelo Ministro da Educação Nacional, à data Carneiro Pacheco – que, como se verificou, muito se empenhou pela rápida execução da Cidade Universitária de Lisboa. Cf. ME-NATCE, MOP/CANIU, CANEU, Processo nº 100 “Arquitecto Porfírio

3.2. A visita a modelos universitários estrangeiros: um suporte na concepção dos primeiros projectos de Pardal Monteiro

O ano de 1937⁴¹⁴, antecedendo a apresentação dos primeiros estudos de Pardal Monteiro, revela-se importante no processo de concepção dos mesmos. É nesta data que o arquitecto enceta a sua viagem de estudo⁴¹⁵, prática considerada indispensável e já concretizada para outras obras, e se intensificara no início da década de 30⁴¹⁶. O arquitecto muito prezava a aprendizagem e a compreensão da experiência arquitectónica coeva de outros países, estabelecendo contactos internacionais e sendo o único correspondente português da revista francesa *L'Architecture d'Aujourd'hui* – revista que, no ano de 1936, incluía numa edição um extenso artigo relativo ao tema das Cidades Universitárias, apresentando os casos de Roma, Montreal, Atenas, Madrid, Oslo e Paris⁴¹⁷, o que não terá passado despercebido a Pardal Monteiro. Esta viagem de 1937 assume importância não apenas pelos edifícios visitados, onde se destacam as Cidades Universitárias de Roma e Paris, mas também por ter sido acompanhado por Duarte Pacheco, então afastado da actividade política. Constituiu a única deslocação de Pacheco ao estrangeiro em quarenta e três anos de vida, e segundo João Fagundes “muito contribuiria para a actualização crítica dos seus conhecimentos e preocupações em matéria de arquitectura e urbanismo”⁴¹⁸. Recordou o arquitecto, no memorial escrito em 1956, a visita a Roma no Verão, de onde “saíram a visitar alguns países”, terminando na capital francesa “onde estava a última exposição internacional realizada até antes da segunda guerra mundial”⁴¹⁹. Esta missão profissional levou-os ainda a conhecer Argel, Nápoles, Pompeia e Veneza⁴²⁰.

Pardal Monteiro”, Pasta 1. Ofício de Alexandre de Sousa Pinto para Ministro da Educação Nacional, 17 de Maio de 1937.

⁴¹⁴ É igualmente neste ano que Carlos Ramos publica os seus projectos para a Escola Superior de Farmácia a erigir na Quinta da Torrinha, não concretizados. Vide “Escola Superior de Farmácia”, *Arquitectura. Revista de Arte e Construção*, ano X, nº 38, Abril-Junho de 1937, pp. 182-185 e 190.

⁴¹⁵ A viagem de estudo, comum entre arquitectos e artistas desde longa data, tornou-se numa etapa importante na concepção das obras públicas estadonovistas. Sobre algumas viagens emblemáticas, veja-se o elenco de Patrícia Santos Pedrosa, *op. cit.*, pp. 71-79.

⁴¹⁶ Segundo Sandra Vaz Costa nos dá conta, a única viagem efectuada por Pardal Monteiro em 1937, referida no seu processo de professor do IST, decorreu de 17 a 21 de Maio, sendo o motivo a participação no Congresso Internacional de Arquitectos, sem local especificado. Cf. Sandra Vaz Costa, *op. cit.*, p. 137, nota 138.

⁴¹⁷ Alexandre Persitz, “Cités Universitaires”, *L'Architecture d'Aujourd'hui*, ano 7, nº 6, Junho de 1936, pp. 8-39.

⁴¹⁸ João Fagundes, *op. cit.*, p. 367.

⁴¹⁹ Porfirio Pardal Monteiro, *Entrada de Diário de 23-IX-1956* [dactilografado], citado por Sandra Vaz Costa, *op. cit.*, p. 217, nota 169. De referir que o arquitecto já havia, anteriormente, estado em ambas as